



UNIVERSIDADE DO VALE DO TAQUARI UNIVATES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*
MESTRADO EM ENSINO

**APRENDIZAGENS EM ESPAÇOS NÃO FORMAIS E O
EMPODERAMENTO FEMININO: UM ESTUDO DE CASO EM UMA
ASSOCIAÇÃO DA REGIÃO AMAZÔNICA**

Katiane Vargens de Oliveira

Lajeado, dezembro de 2017

Katiane Vargens de Oliveira

**APRENDIZAGENS EM ESPAÇOS NÃO FORMAIS E O
EMPODERAMENTO FEMININO: UM ESTUDO DE CASO EM UMA
ASSOCIAÇÃO DA REGIÃO AMAZÔNICA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ensino, da Universidade do Vale do Taquari Univates, como parte da exigência para obtenção do grau de Mestre em Ensino, na área de Alfabetização Científica e Tecnológica, na linha de pesquisa Ciência, Sociedade e Ensino.

Professora Orientadora: Dra. Neli
Teresinha Galarce Machado

Lajeado, dezembro de 2017

Katiane Vargens de Oliveira

**APRENDIZAGENS EM ESPAÇOS NÃO FORMAIS E O
EMPODERAMENTO FEMININO: UM ESTUDO DE CASO EM UMA
ASSOCIAÇÃO DA REGIÃO AMAZÔNICA**

A Banca examinadora _____ a Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Mestrado em Ensino, da Universidade do Vale do Taquari Univates, como parte da exigência para obtenção do grau de Mestre em Ensino, na área de Alfabetização Científica e Tecnológica, na linha de pesquisa Ciência, Sociedade e Ensino.

Profa. Dra. Neli Teresinha Galarce Machado
Orientadora
Universidade do Vale do Taquari – Univates

Profa. Dra. Suzana Feldens Schwertner
Universidade do Vale do Taquari – Univates

Profa. Dra. Márcia Solange Volkmer
Universidade do Vale do Taquari – Univates

Profa. Dra. Sílvia Maria dos Santos Stering
Instituto Federal de Ciência, Tecnologia e Educação de Mato Grosso – IFMT

*Dedico à minha amada filha Heloísa, a
expressão do amor mais puro e
imensurável que tenho na vida.*

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus por mais esta vitória.

“Tudo posso naquele que me fortalece” (Filipenses, 4. 13).

Várias pessoas estiveram comigo e contribuíram de alguma forma para a concretização desta etapa da minha vida, chega a hora de agradecê-las:

A minha Heloísa, filha querida, presença valiosa, companheira de jornada, que alimenta minha esperança e me move na luta em construir um mundo com mais equidade social e fraternidade, sobretudo para nós, mulheres.

"Verso perdido
...eu te amo a perder de vista. ”
(Mario Quintana)

Aos meus pais, irmãos e sobrinhos, em especial minha mãe, Lindaura e minha irmã Ivanice, serei eternamente grata por ter o privilégio de poder contar com aqueles que nunca me abandonaram.

Quer fazer algo para promover a paz no mundo?
Vá para casa e AME sua família. (Madre Teresa de Calcutá)

A Sílvia, um potencial como educadora e como ser humano, que me estendeu a mão nos momentos felizes, nas dificuldades e com boa vontade, competência e com alteridade caminhou junto a mim, fomentou meu crescimento e sucesso nesta etapa, com comprometimento, lealdade e carinho. Sílvia, a você a

minha admiração, o meu respeito, minha gratidão, por me proporcionar nesta importante experiência, uma grande oportunidade de crescimento pessoal, acadêmico e profissional, muito agradecida!

A minhas amigas Maria Luiza, Luzia, Aline, Gerli, Kaise e Patrícia, pelo ombro amigo para chorar em momentos que a desesperança imperou. Na esperança de que dias melhores virão, tecemos vivências felizes que me fortaleceram a assumir o poder sobre minha vida.

Quem caminha sozinho pode até chegar mais rápido, mas aquele que vai acompanhado, com certeza vai mais longe. (Clarice Lispector)

Aos amigos que conquistei no mestrado Elaíne, Walneide, Erivan e Carvalho, pelas vivências compartilhadas, momentos de intensa convivência com riquíssimas aprendizagens que levarei para toda a minha vida. Deus não poderia ter me dado melhores colegas de mestrado do que vocês, que a nossa amizade perpetue.

Aqueles que passam por nós, não vão sós, não nos deixam sós. Deixam um pouco de si, levam um pouco de nós (Antonie de Saint-Exupéry).

De maneira especial, agradeço à minha orientadora professora Neli, pela presença amiga e profissional. Sua orientação firme, instigante, com exemplo e respeito à minha autonomia, permitiu-me que a criatividade pudesse fluir e chegar aos resultados que hoje apresento nesta dissertação.

“É junto dos “bão” é que a gente fica “mió”” (Guimarães Rosa).

Às associadas da Associação de Mulheres “Cantinho da Amazônia”, sujeitos dessa pesquisa, e ao Paulo, Gestor dos projetos socioambientais, que incondicionalmente dispuseram de seu tempo, de seus trabalhos e principalmente de suas vidas para contribuir com a minha pesquisa.

Aos professores membros da banca examinadora da qualificação e do mestrado pelas valiosas sugestões e pela disposição em participar e engrandecer estas etapas fundamentais no incremento do meu aprendizado.

À secretaria e à coordenação do PPGEnsino, sempre atentas e disponíveis nos encaminhamentos legais desse processo.

“A gratidão é a memória do coração”.

(Provérbio Francês)

RESUMO

O objetivo deste estudo foi compreender como as vivências possibilitadas pela Associação de Mulheres “Cantinho da Amazônia” (AMCA) contribuem para o empoderamento das mulheres pertencentes ao projeto. Trata-se de uma investigação que revela a importância dos espaços não formais de aprendizagem para a formação humana, especialmente no que concerne ao empoderamento feminino. A investigação ocorreu na AMCA com base na pesquisa qualitativa (BOGDAN; BIKLEN 1994). Os instrumentos de coleta de dados utilizados foram dois grupos focais com nove associadas e a análise de documentos da associação como: atas, reportagens, fotografias e livretos. A revisão teórica acerca das aprendizagens em espaços não formais, sob a perspectiva do empoderamento feminino, foi determinante para o estabelecimento do contraponto entre essas teorias e o fazer concreto. Por fim, apresenta-se algumas (in) compreensões do que foi possível vivenciar no decorrer da pesquisa. Serão encontradas nesse estudo razões significativas que apontam para a necessidade de se promover cada vez mais espaços como este pesquisado, a fim de alavancar o empoderamento feminino e, assim, efetivar uma sociedade com equidade de gênero e social, uma vez que a AMCA é um espaço onde há interlocução de vozes femininas que se aproximam, solidarizam-se, compartilham alegrias e problemas cotidianos em um processo de fortalecimento mútuo. As ações da AMCA por si só não levam ao empoderamento, contudo, elas possibilitam momentos que podem ser pontes para que os sujeitos desenvolvam habilidades para adquirirem o empoderamento. Os processos de aprendizagem encadeados nesse espaço possibilitam avanços progressivos político-psicológicos que impulsionaram mudanças na vida social das associadas. Os processos educativos desenvolvidos na AMCA não se desenvolvem apenas nas vivências diárias, mas também na participação de encontros, feiras, oficinas, projetos sociais, capacitações. São oportunizados conhecimentos às mulheres para se qualificarem profissionalmente, tanto no aperfeiçoamento como na aquisição de novas técnicas e aptidões. A AMCA é uma das poucas opções de trabalho remunerado para as mulheres do assentamento “Vale do Amanhecer”, tampouco há políticas públicas na região que qualifiquem especificamente as mulheres para o mundo do trabalho. Nessa direção, importante se faz refletir sobre a necessidade de constituir novas práticas e ampliar a reflexão sobre os caminhos das políticas públicas com o objetivo de qualificar as mulheres profissionalmente.

Palavras-chaves: Empoderamento Feminino. Aprendizagem em Espaços Não Formais. Relações de Gênero.

ABSTRACT

The objective of this study was to understand how the experiences made possible by the Association of Women "Cantinho da Amazônia" (AMCA) contribute to the empowerment of women belonging to the project. It is an investigation that reveals the importance of non-formal learning spaces for human formation, especially with regard to female empowerment. The data collection instruments used were: two focal groups with nine associates and the analysis of association documents such as minutes, reports, photographs. The research was carried out at the AMCA based on qualitative research (BOGDAN; BIKLEN 1994). The theoretical review of learning in non-formal spaces from the perspective of female empowerment was decisive for the establishment of the counterpoint between these theories and the concrete and thinking. Finally, I present some (in) understandings of what was possible to experience in the course of the research. We will find in this study, significant reasons that point to the need to promote more and more spaces like this one, in order to leverage female empowerment and thus effect a society with gender and social equity, since AMCA is a space where there is interlocution of female voices that approach, solidarity, share joys and daily problems in a process of mutual strengthening. AMCA actions alone do not lead to empowerment, however, they do provide opportunities that can be bridges for individuals to develop skills to gain empowerment. The learning processes chained in the AMCA allow for progressive political-psychological advances that have led to changes in the social life of the members. The educational processes developed in the AMCA are not only developed in daily life, but also in the participation of meetings, fairs, workshops, social projects, courses of short duration. Knowledge is given to women to qualify professionally, both in terms of improvement and acquisition of new skills and techniques. AMCA is one of the few paid employment options for women in the Valley of the Dawn settlement, nor is there any public policy in the region that specifically qualifies women for the world of work. In this direction, it is important to reflect on the need to establish new practices and broaden the reflection on the paths of public policies in order to qualify women professionally.

Keywords: Female Empowerment. Learning in Non-formal Spaces. Gender Relations.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Localização geográfica do município de Juruena no contexto do Mato Grosso, Brasil.....	19
Figura 2 – Quadro elaborado pela autora da pesquisa de acordo com as categorias identificadas durante análise dos resultados.....	27
Figura 3 – Fases do empoderamento feminino	42
Figura 4 – A Associação de Mulheres “Cantinho da Amazônia” primeira sede e sede atual.....	60
Figura 5 – Foto da inauguração de um dos prédios da AMCA com recursos do projeto CultivAção.....	60
Figura 6 – Curso de Gestão de custos de vendas.....	67
Figura 7 – Associadas representando a AMCA em um evento em Brasília.....	67
Figura 8 – III Encontro de mulheres rurais e indígenas do noroeste de MT.....	68
Figura 9 – Vivências cotidianas na AMCA.....	70
Figura 10 – Finalização de uma das formações propostas pelo projeto CultivAção.....	91

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 – Caracterização das participantes do grupo focal.....	62
--	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AMCA	Associação de Mulheres “Cantinho da Amazônia”
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
COOPAVAM	Cooperativa de Pequenos Agricultores do Vale do Amanhecer
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MDA	Ministério de Desenvolvimento Agrário
MDS	Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome
PETROBRAS	Petróleo Brasileiro S/A
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 APORTES METODOLÓGICOS	18
3 APRENDIZAGENS NÃO FORMAIS E EMPODERAMENTO: UM TRATAMENTO CONCEITUAL	29
3.1 Espaço não formal de ensino e aprendizagem.....	29
3.2 Conceituando o empoderamento feminino.....	36
3.3 A importância da participação feminina em associações	43
4 A ASSOCIAÇÃO DE MULHERES “CANTINHO DA AMAZÔNIA” COMO ESPAÇO DE TRANS-FORMAÇÃO	54
4.1 Um olhar para o Assentamento Vale do Amanhecer	54
4.1.1 Contextualização histórico social da Associação de Mulheres “Cantinho da Amazônia”	58
4.1.2 Quem são as mulheres associadas à Associação de Mulheres “Cantinho da Amazônia”	61
4.2 A contradição como elemento da transformação e empoderamento das Mulheres da AMCA.....	63
4.3 A materialização da intenção utópica.....	75
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	92
REFERÊNCIAS.....	96
APÊNDICES	107
APÊNDICE A - TERMO DE CONCORDÂNCIA DA ASSOCIAÇÃO DE MULHERES CANTINHO DA AMAZONIA- AMCA	108
APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO	109
APÊNDICE C - TÓPICOS NORTEADORES DO GRUPO FOCAL	111
ANEXOS	112
ANEXO A - PANFLETO DA FUNDAÇÃO DO BANCO DO BRASIL	113
ANEXO B - ESTATUTO SOCIAL DA AMCA	117
ANEXO C- LOGOMARCA DA AMCA.....	121

1 INTRODUÇÃO

O desejo de produzir uma pesquisa com a temática “aprendizagens em espaços não formais, sob a perspectiva do empoderamento” emergiu de reflexões e vivências desenvolvidas como educadora da Educação de Jovens e Adultos. Ao perceber que as educandas participantes de movimentos sociais e pastorais possuíam mais autonomia para aprender – eram solidárias com o grupo, estavam engajadas nas lideranças e representatividades estudantis, além de terem suas vidas pessoais bem resolvidas frente às demais educandas – questionava-me: de que maneira esses espaços contribuem na vida dessas atrizes sociais?

À vivência somaram-se as inquietações teóricas, propulsoras do aprofundamento no assunto. Por meio da disciplina “Educação em espaços não formais” ofertada pelo Programa de Mestrado em Ensino – PPGEnsino da Univates, tive o primeiro contato com o universo da educação não formal e fiquei deslumbrada com o potencial desta modalidade educativa para a formação humana dos indivíduos, possibilitando o empoderamento de seus partícipes, processo este que é essencial para o exercício pleno da cidadania.

Este estudo se propôs a compreender os processos educativos que ocorrem em espaços não formais, no âmbito da Associação de Mulheres “Cantinho da Amazônia” (AMCA) ¹. Ao analisar como ocorrem os processos de aprendizagens e as transformações que ocorrem na vida das mulheres associadas, chega-se a uma concepção ampla de educação, pensando a autonomia dos educandos e abarcando um viés social das práticas.

¹ Embora a Associação de Mulheres Cantinho da Amazônia tenha homens como associados, neste estudo elegemos somente as mulheres como foco deste estudo.

A AMCA surgiu do anseio de oitenta e sete mulheres assentadas do município de Juruena, estado de Mato Grosso, por emancipação econômica e crescimento pessoal e profissional. Em 2016 havia cento e dezoito sócias, sendo que a maior parte delas foi as fundadoras do projeto. Vale destacar que o assentamento onde está inserida a associação apresentava um alto índice de evasão por parte dos assentados antes da implantação da referida associação em 2009 (VARGAS, 2006).

A escolha pela Associação de Mulheres “Cantinho da Amazônia”, *lócus* da pesquisa, ocorreu por ser um universo reconhecido nacionalmente e internacionalmente e desconhecido nas pesquisas acadêmicas, tendo em vista que, por meio da participação na AMCA, as mulheres assentadas, vítimas de vários tipos de exclusões, têm conseguido reescrever sua história e a própria história do assentamento.

O estudo em tela insere-se em uma perspectiva atual e importante de análise da realidade feminina no Brasil. Ao entender as vivências dessas mulheres como protagonistas de suas vidas, a pesquisa aborda um tema de extrema relevância no contexto da academia e também para a instrumentalização e avaliação de políticas públicas na área.

Assim, constitui objetivo geral desta pesquisa compreender como as vivências possibilitadas pela AMCA contribuem para o empoderamento das mulheres pertencentes ao projeto. Assim, os objetivos específicos propostos se firmam na identificação da relação de ensino e aprendizagem desenvolvida na AMCA; averiguação do modo em que ocorrem as aprendizagens na AMCA; no evidenciar dos efeitos da vivência na AMCA na perspectiva do fortalecimento das relações sociais.

A intenção é perceber se a AMCA tem conseguido criar estratégias positivas capazes de empoderar as associadas para além do aspecto econômico, mediante participação na associação, de modo a identificar tais estratégias positivas e perceber como elas impactam na vida das mulheres associadas em suas muitas possibilidades. Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, para a qual utilizo-me do estudo de caso como método e da etnografia enquanto possibilidade

de coleta de dados. Frente à diversidade de situações encontradas e amplitude do tema, a escolha do instrumental metodológico recaiu sobre várias técnicas, a saber: pesquisa bibliográfica e documental, diário de campo e grupos focais, os quais possibilitaram apreender a amplitude das percepções presentes nas falas e atitudes das mulheres selecionadas para este estudo. Os dados foram organizados e interpretados por meio da Análise de Conteúdo conforme ditam os estudos de Bardin (2011).

O enfoque teórico proposto permite uma articulação entre as propostas de uma educação não formal, as vivências e práticas que alteram o coletivo da comunidade e os efeitos dessas práticas na vida das mulheres, sob a perspectiva do empoderamento. Utilizamos dos estudos de Gohn (2010, 2011c, 2014) e Freire (2005, 2009) para tratar das aprendizagens em espaços da educação não formal. Já para abordar a participação das mulheres em espaços públicos como associações de mulheres, recorremos as teorias de Ávila (2004), Sanderberg (2009) e Oliveira (2007). E, por fim, para fundamentar sobre o empoderamento feminino, utilizamos Freire (1979, 2009), Gohn (2010), Leon (1997) e Stromquist (1997).

A dissertação está organizada em quatro capítulos, os quais objetivam melhor estruturar as teorias e ideias dos autores que discutem as temáticas, aprendizagens geradas em espaços da educação não formal, participação das mulheres em associações e empoderamento feminino.

O primeiro capítulo consiste na introdução, na qual abordamos a temática e a natureza do estudo, com destaque para a contextualização do tema, a justificativa, o problema, os objetivos, assim como uma síntese do itinerário metodológico utilizado na realização da pesquisa. No segundo capítulo, consta o aporte metodológico empregado durante a realização da pesquisa, bem como os instrumentos que contemplaram cada um dos objetivos específicos propostos, a coleta e a análise dos dados obtidos.

No terceiro capítulo está o referencial teórico que embasa a pesquisa, de forma a articular a percepção dos diferentes autores com a realidade observada.

Por fim, no último capítulo, são tecidas as considerações acerca dos resultados alcançados, de forma a sintetizar as constatações mais significativas

sobre a importância da participação das mulheres em espaços não formais de educação, mediante associativismo rural, uma vez que, a partir das aprendizagens construídas e adquiridas nas vivências na associação, as mulheres, protagonistas desta investigação, conseguem se empoderar para conquistar maior autonomia e, assim, realizarem o processo de superação em relação às desigualdades de gênero.

2 APORTES METODOLÓGICOS

Este capítulo tem por intuito apresentar o caminho pelo qual nos inserimos na realidade abordada, ou seja, em nosso universo empírico, a fim de ressignificá-lo com os aspectos teóricos. Como já mencionado na introdução deste estudo, a escolha do universo empírico da pesquisa recaiu sobre a inquietude por parte da pesquisadora, no sentido de compreender as aprendizagens construídas em espaços da educação não formal, na Associação de Mulheres “Cantinho da Amazônia”, com vistas ao empoderamento.

Analisar e compreender a Associação de Mulheres “Cantinho da Amazônia”, na perspectiva de um espaço propulsor de empoderamento, não constitui uma tarefa simples, em virtude das subjetividades, intencionalidades e relações de poder advindas da própria dinâmica do envolvimento das atrizes sociais ali envolvidas.

A consolidação da Associação de Mulheres “Cantinho da Amazônia” solidificou-se depois da premiação da Fundação Banco do Brasil, em 2011, com a Tecnologia Social², denominada de “Mulheres da Amazônia”, na categoria “Mulheres na Gestão de Tecnologia Social”. A AMCA destaca-se também por desenvolver e executar projetos de cunho socioambiental aprovados em editais públicos, atingindo não somente as mulheres, mas toda a comunidade do

² Tecnologia Social, segundo a definição mais frequente no Brasil pode ser definida sinteticamente como “[...] produtos, técnicas e/ou metodologias reaplicáveis, desenvolvidas na interação com a comunidade e que representem efetivas soluções de transformação social” (www.rts.org.br).

Assentamento Vale do Amanhecer e extrativistas indígenas da castanha do Brasil³ da região, o que possibilitou aos sujeitos atendidos pelos projetos ampliar seus horizontes rumo a um futuro com mais equidade social.

A Associação de Mulheres “Cantinho da Amazônia” está localizada na Amazônia mato-grossense, na região do arco do desmatamento⁴, mais precisamente no assentamento “Vale do Amanhecer”, a 14km da sede do município de Juruena, pertencente ao estado de Mato Grosso. O município de Juruena, por sua vez, está localizado no noroeste do estado de Mato Grosso a uma distância rodoviária de 929km da capital Cuiabá, sendo que 120km não possuem pavimentação asfáltica e tem população estimada de 11.201 habitantes, com uma área de 3.203 km² (IBGE, 2010).

De acordo com os dados do último censo, Juruena ficou na posição 2.846 no ranking de desenvolvimento humano, considerando os 5.565 municípios do país. Em nível estadual, ela ficou na 105ª colocação do Estado, considerando que o estado possui 151 municípios. Cerca de 36,48 % da população estava vulnerável à pobreza, e a renda *per capita* de R\$ 434,07 representava 85,11% do valor do salário mínimo (R\$ 510,00) em 2010. No campo, o índice de precariedade foi ainda maior, pois a renda média *per capita* no mesmo período foi de R\$ 287,50. No tocante à escolaridade das pessoas nascidas Juruena, os juruenenses, apenas 52,57% das pessoas maiores de 18 anos possuíam o Ensino Fundamental completo (IBGE, 2010).

Figura 1 – Localização geográfica do município de Juruena no contexto do MT, Brasil.

³A castanha do Brasil, também conhecida por castanha do Pará, é o fruto da Castanheira (*Bertholletia excelsa*), uma árvore nativa da floresta Amazônica com risco de extinção.

⁴ Região localizada na fronteira agrícola com a floresta, onde se encontram os maiores índices de desmatamento da Amazônia. São 500 mil km² de terras que vão do leste e sul do Pará em direção oeste, passando por Mato Grosso, Rondônia e Acre (IPAM, 2015).



Fonte: Google Maps (2017)

Tendo em vista o cenário em tela, estima-se que os dados mencionados possam contribuir com este estudo, na busca por desvelar as tramas que envolvem os processos educativos, com foco na análise das vivências experienciadas na Associação de Mulheres “Cantinho da Amazônia”, no sentido de compreender como as aprendizagens geradas neste espaço contribuem para o empoderamento das associadas. A fim de cumprir os objetivos propostos, traçamos um itinerário metodológico que será percorrido na sequência.

Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa. Para Bogdan e Biklen (1994, p. 16), a pesquisa qualitativa é compreendida como:

[...] um termo genérico que agrupa estratégias de investigação que partilham de determinadas características. Os dados recolhidos são [...] ricos em pormenores descritos relativos a pessoas, locais e conversas e de complexo tratamento estatístico.

Nessa direção, a nossa preocupação esteve centrada na trajetória do levantamento dos dados, primando pelo significado da construção das percepções dos sujeitos e não somente no resultado da pesquisa. Segundo Bogdan e Biklen (1994), as características básicas da pesquisa com uma abordagem qualitativa são: os dados são coletados em seu ambiente natural, sem nenhum tipo de manipulação intencional; todos os dados são considerados importantes e apresentados de forma descritiva; o pesquisador tem sua atenção mais voltada ao processo do que ao resultado; o pesquisador se preocupa com o significado que o

participante atribui às coisas e à sua própria vida, e a análise dos dados coletados parte de uma visão mais ampla para uma mais focada.

Para a realização da pesquisa qualitativa, fizemos uso também da etnografia enquanto possibilidade de coleta de dados, partindo dos pressupostos evidenciados pela obra “A interpretação das culturas”, em que Clifford Geertz (1989, p. 15) “toma emprestado de Gilbert Ryle” a noção de “descrição densa”. A “descrição densa” é constituída pela interpretação do objeto, buscando compreender como ele é produzido, percebido e interpretado. Portanto, vai além da descrição superficial.

A etnografia densa é uma descrição detalhada que se atenta ao microcosmo, aos detalhes, às singularidades, e que traz um significado inteiramente novo por sua presença na compreensão da totalidade, isto é, daquilo que se percebe no micro, circunscrevendo-o nas grandes teias de significação macro. Em consonância com as ideias de Geertz (1989), preocupa-se em: “[...] estabelecer relações, selecionar informantes, transcrever textos, levantar genealogias, mapear campos, manter um diário, e assim por diante” (GEERTZ, 1989, p. 15).

Etimologicamente, etnografia significa “descrição cultural”, na qual os aspectos étnicos ganham visibilidade por sua diferença e identidade. Os antropólogos desenvolveram a etnografia como um esquema de pesquisa de campo, de inserção, para estudar as culturas e as sociedades. A etnografia tem dois sentidos: “(1) um conjunto de técnicas para coletar dados sobre os valores, os hábitos, as crenças, as práticas e os comportamentos de um grupo social; e (2) um relato escrito resultante do emprego dessas técnicas” (ANDRÉ, 2005, p. 25).

A pesquisa educacional do tipo etnográfico é, segundo André (2005), uma adaptação da etnografia à educação, pelos quais certos requisitos da etnografia não necessitam ser cumpridos pelos investigadores de questões educacionais, como, por exemplo, “[...] uma longa permanência do pesquisador em campo, o contato com outras culturas e o uso de amplas categorias sociais de análise de dados” (ANDRÉ, 2005, p. 25). Em uma pesquisa do tipo etnográfica, o pesquisador

faz uso de técnicas associadas à etnografia, como a observação participante, a entrevista intensiva, anotações em diário de campo e análise de documentos.

O método de pesquisa utilizado foi o estudo de caso, definido por Yin (2010) como a técnica de pesquisa utilizada para investigar um fenômeno atual, mediante uma ampla variedade de evidências. Para esse autor, o estudo de caso é “[...] uma investigação empírica de um fenômeno contemporâneo dentro do seu contexto de vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos” (YIN, 2010, p. 32).

Nesse propósito, o autor supracitado ressalta que:

Uma investigação de estudo de caso enfrenta uma situação tecnicamente única em que haverá muito mais variáveis de interesse do que pontos de dados, e, como resultado, baseia-se em várias fontes de evidências, com os dados precisando convergir em um formato de triângulo, e como outro resultado, beneficia-se do desenvolvimento prévio de proposições teóricas para conduzir a coleta e a análise de dados (YIN, 2010, p. 33).

Para Sampieri (2006, p. 275), o estudo de caso deve “[...] ser tratado em profundidade, buscando o completo entendimento de sua natureza, suas circunstâncias, seu contexto e suas características”. Para tanto, utilizaram-se diversas técnicas e instrumentos de natureza qualitativa que permitissem desvendar o vasto universo de ideias atreladas ao tema em foco, que diz respeito às aprendizagens em espaços não formais e o empoderamento feminino.

Frente à diversidade de situações encontradas e à amplitude do tema, a escolha do instrumental metodológico recaiu sobre várias técnicas, a saber: pesquisa bibliográfica e documental, diário de campo e grupos focais, os quais possibilitaram apreender a amplitude das percepções presentes nas falas e atitudes das mulheres selecionadas para este estudo.

Participaram dos grupos focais nove associadas selecionadas pela presidente da Associação de Mulheres “Cantinho da Amazônia”, a partir de agora denominada como AMCA ao longo do texto. O critério adotado para a escolha das pesquisadas, pautou-se na diversificação do tempo de permanência como associada. O grupo foi formado por quatro participantes fundadoras da mencionada associação, duas com tempo de associada superior a quatro anos,

uma com tempo de associada entre dois e três anos e duas com tempo inferior a um ano.

Depois da indicação dos nomes das participantes, a pesquisadora conversou individualmente com cada uma das mulheres, a fim de explicar os objetivos da pesquisa, deixando bem claro os seus direitos como pesquisadas. Todas as participantes da pesquisa assinaram o termo de Consentimento Livre Esclarecido que se encontra no apêndice B desta dissertação. Por intermédio da presidente da AMCA, os encontros foram agendados previamente.

Com o intuito de assegurar o anonimato das mulheres participantes da pesquisa, optou-se por identificá-las apenas como associadas utilizando um numeral de 1 a 9. Objetivando identificar a relação de ensino e aprendizagem desenvolvida na AMCA, utilizou-se da análise documental, enquanto possibilidade no que se refere à pesquisa qualitativa. Ela consiste em uma possibilidade a ser realizada a partir de documentos produzidos pela AMCA, como atas de reuniões e de criação, certificações de participação nos encontros, palestras e pautas de reuniões realizadas pelas participantes da associação, fotografias e materiais de áudio e vídeo, que não receberam tratamento analítico contemporâneo ou retrospectivo.

A análise documental consiste em uma técnica decisiva e indispensável para a pesquisa em ciências sociais e humanas porque a maior parte das fontes, escritas ou não, são quase sempre a base do trabalho de investigação. Conforme Lüdke (1986, p. 38), “[...] a análise documental pode se constituir numa técnica valiosa de abordagem de dados qualitativos, seja complementando as informações obtidas por outras técnicas, seja desvelando aspectos novos de um tema ou problema”.

Ressalto que a análise documental foi determinante para minha compreensão do contexto que permeia as relações de ensino e de aprendizagem da AMCA. De posse destas percepções, foi possível elaborar um roteiro para condução dos grupos focais coerente com a realidade das mulheres pesquisadas.

Com o objetivo de averiguar como as aprendizagens são geradas na AMCA e quais são os efeitos dessas vivências, na perspectiva do fortalecimento das relações sociais, realizaram-se dois grupos focais. A técnica do grupo focal consiste em criar espaços de discussão e aprofundamento de reflexão coletiva entre as pesquisadas e a pesquisadora. Barbour enfatiza que: “O método tem sido selecionado muitas vezes como especialmente apropriado para eliciar as perspectivas de mulheres, talvez pela ideia de que grupos focais pareçam mais próximos de padrões ‘feminilizados’ de interação e troca” (2011, p. 44).

Nesta técnica, a pesquisadora ocupa o lugar de mediadora, o qual direciona tópicos para serem discutidos levando as pesquisadas a descrever e explicitar sua compreensão e interpretação sobre questões e/ou fatos colocados em debate (MORGAN apud GONDIM, 2007). Um dos pontos positivos dos grupos focais refere-se ao fato de oferecer *insights* para as participantes e pesquisadora, sendo capaz de prover uma “janela” para experiências subjetivas.

Desse modo, essa técnica facilitou avaliar o que o grupo de participantes pensa sobre um determinado tema, visto que, por meio dos processos interativos grupais, as opiniões são confrontadas e discutidas em várias linguagens, representações, percepções e simbologias, prevalecendo a opinião do grupo e não o que uma integrante pensa isoladamente. Nesta perspectiva, Callaghan (apud BARBOUR, 2011, p. 64) defende que:

Os grupos focais podem dar aos participantes a oportunidade de simultaneamente administrarem suas identidades individuais e fazerem uma representação coletiva para o pesquisador, consequentemente provendo *insights* valiosos da construção de significados e dos seus impactos da ação.

Desse modo, o grupo focal:

[...] permite compreender processos de construção da realidade por determinados grupos sociais, compreender práticas cotidianas, ações e reações a fatos e eventos, comportamentos e atitudes, constituindo-se uma técnica importante para o conhecimento das representações, percepções, linguagens e simbologias prevalentes no trato de uma dada questão por pessoas que partilham alguns traços comuns, relevantes para o estudo do problema visado (GATTI, 2005, p. 10).

As questões que orientaram os grupos focais foram pautadas nos seguintes tópicos: sistematização da trajetória construída pelas mulheres participantes da

AMCA, possibilitando a identificação de sua participação e de seu conhecimento; impacto da AMCA na vida pessoal e comunitária das associadas; potencialidades e fragilidades das vivências na AMCA para a comunidade; oportunidades de aprendizagens possibilitadas pela AMCA (espaços, momentos, valorização dos saberes anteriores, variedade de aprendizagens, construção das mesmas, relação de ensino e de aprendizagem).

Compreendendo a importância do diário de campo como “[...] um instrumento muito complexo, que permite o registro das informações, observações e reflexões surgidas no decorrer da investigação ou no momento observado” (GERHARDT, 2009, p. 76), todos os registros foram feitos em diário de campo, com comentários precisos do dia, mês e ano das anotações. Nos grupos focais utilizou-se um gravador de áudio para os encontros; esses registros foram de suma importância para facilitar a revisitação das informações e percepções no momento de estruturar os resultados coletados da pesquisa. Os áudios foram transcritos totalizando um texto com 24 laudas digitadas.

O primeiro encontro de grupo focal ocorreu na sede da associação, no dia 30 de maio de 2017. O encontro durou em torno de duas horas. Antes de iniciar, a pesquisadora explicou em que consistia o estudo, ou seja, que se referia a uma pesquisa de mestrado, e seus objetivos, bem como a importância de tê-las como sujeitos pesquisados para a pesquisadora e para a universidade. Da mesma forma, a importância do estudo para a AMCA, uma vez que seria registrada e visibilizada a sua história de organização, sobretudo as aprendizagens construídas e adquiridas nesse espaço educativo. A pesquisadora pediu permissão para gravar a conversa e se comprometeu a dar a devolutiva do estudo para a AMCA.

No segundo encontro, que ocorreu em 31 de maio de 2017, as participantes já estavam mais à vontade com a presença da pesquisadora. Cabe mencionar que, nesse encontro, além das discussões do grupo focal, foi proposta uma atividade em grupos de três integrantes, que consistia em produzir uma propaganda televisiva para atrair mais sócias à AMCA. A necessidade de acrescentar essa atividade ocorreu em virtude da insuficiência de informações coletadas nos grupos focais com a finalidade de compreender o que realmente a AMCA representa para as

atrizes sociais. A descrição da atividade e os resultados serão apresentados no capítulo IV, relativo à discussão e à análise dos dados.

Cabe destacar que, para não deixar de captar os detalhes expressos, sejam verbais, via expressão ou comportamento, a pesquisadora contou com a ajuda de outra pesquisadora, uma agrônoma com experiência em extensão rural, para observar os encontros dos grupos focais e fazer registro das linguagens. Esse auxílio foi de grande importância, para não deixar passar nenhum dado que facilitasse a compreensão do universo da pesquisa. Um dia depois dos encontros, as pesquisadoras se reuniram para socializar os dados, na tentativa de compreender o que estava evidenciado nas falas.

Com a intenção de ampliar o conhecimento, de forma a fazer da pesquisa um material rico sobre o assunto, foi realizado pela pesquisadora um levantamento bibliográfico com base nos acervos já existentes sobre educação não formal, metodologia da pesquisa, empoderamento feminino e a relação dessas temáticas com o ensino e a aprendizagem para fundamentar o material a ser analisado do ponto de vista teórico.

A relevância do levantamento bibliográfico se manifesta por munir o pesquisador de condições cognitivas mais aperfeiçoadas, com a finalidade de impedir que pesquisas sejam duplicadas, bem como inteirar-se de recursos necessários para o levantamento de um estudo com características específicas, visto que:

É muito importante buscar esclarecer-se acerca dos principais conceitos que envolvem o tema de pesquisa, procurar um contato com trabalhos de natureza teórica capazes de proporcionar explicações a respeito, bem como com pesquisas recentes que abordaram o assunto (GIL, 2002, p. 61).

Os dados coletados durante a pesquisa de campo foram organizados e interpretados por meio da Análise de Conteúdo, conforme ditam os estudos de Bardin (2011). Segundo a autora, esse método de tratamento da informação se define como um conjunto de técnicas de análise das comunicações, sejam elas verbais ou não, com vistas a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção e recepção dessas mensagens.

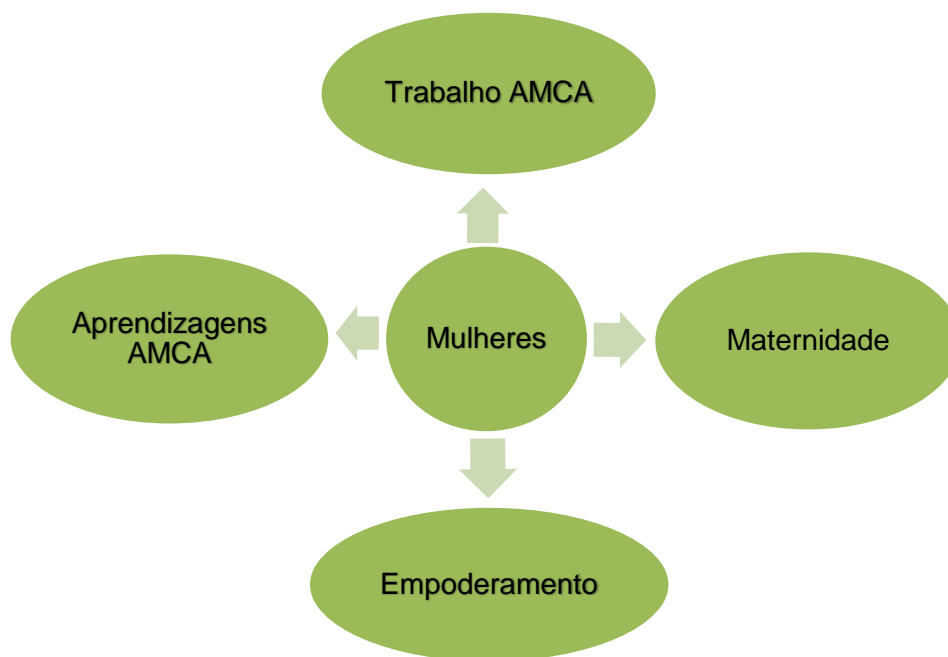
A análise do Conteúdo, segundo Bardin (2011), é uma técnica de análise dos dados utilizada em atividades científicas que se utiliza de categorizações para classificar os elementos significativos advindos do conteúdo das mensagens coletadas. A intenção é ampliar a compreensão dos significados das mensagens em um nível que vai além de uma simples leitura dos dados, que seja capaz de proporcionar a produção de inferências.

A matéria prima para análise de Conteúdo pode ser oriunda da comunicação verbal ou não verbal. Foram utilizados nessa pesquisa: fotografias, reportagens, vídeos, registros de atas, panfletos, livretos, gravações e diário de campo. Os dados chegam ao pesquisador em estado bruto, necessitando ser processados para, assim, facilitar a assimilação, a interpretação e a inferência que se pretende atingir por meio da análise de Conteúdo.

Sobre os textos gerados nas gravações de áudio e nos demais textos verbais coletados na pesquisa, Caregnato e Mutti (2006, p. 682) assinalam que o texto, na análise de Conteúdo, é “[...] um meio de expressão do sujeito, onde o analista busca categorizar as unidades do texto (palavras ou frases) que se repetem, inferindo na expressão que as representa”.

Nessa direção, mediante as informações coletadas durante a pesquisa, foram identificadas as seguintes categorias: trabalho – maternidade – aprendizagens – empoderamento – mulheres.

Figura 2 - Quadro elaborado pela autora da pesquisa de acordo com as categorias identificadas durante análise dos resultados.



Fonte: Elaboração da autora (2017).

A partir das categorias eleitas, foi possível fazer deduções lógicas e inferências para realizarmos com segurança teórica a análise dos dados. Desse modo, os dados coletados foram organizados pelos diferentes instrumentos em categorias e analisados, relacionando-os com a fundamentação teórica pertinente, com base na literatura atual e demais publicações científicas, conforme serão apresentados no capítulo IV.

No próximo capítulo está o referencial teórico que embasa a pesquisa, de forma a articular a percepção dos diferentes autores com a realidade observada.

3 APRENDIZAGENS NÃO FORMAIS E EMPODERAMENTO: UM TRATAMENTO CONCEITUAL

Para cumprir seus propósitos, este capítulo foi organizado em três instantes. O primeiro visa situar o leitor sobre a importância e como ocorrem os processos educativos desenvolvidos nos espaços não formais de ensino e aprendizagem. Em um segundo instante, é apresentada a temática do empoderamento feminino, de forma a abordar os processos que o conduzem. Por fim, é evidenciado a importância da participação feminina em associações para a conquista do empoderamento.

3.1 Espaço não formal de ensino e aprendizagem

Os efeitos da crise econômica globalizada, articulados às rápidas mudanças na era da informação, têm afetado de modo direto e indireto a vida cotidiana de todos os indivíduos, ocasionando constantes transformações em diferentes esferas da sociedade. Nesse sentido, desponta a necessidade de internalizar novos saberes e formas de ação, bem como ressignificar os já existentes para compreender e entender esse novo mundo apresentado à sociedade (GOHN, 2011c).

Tendo em vista que “[...] os próprios sujeitos são construtores ou reprodutores de estruturas sociais” (GOHN, 2012, p. 46), a educação assume um crucial papel na sociedade: o de tornar o ser humano apto a refletir e agir frente às adversidades e acontecimentos cotidianos de modo crítico, autônomo e reflexivo.

Compreende-se a educação como fenômeno social que ocorre por meio das interações socioculturais, as quais se apresentam como um leque de ações e

experiências tanto no âmbito formal como não formal, atuando como suporte para as mudanças sociais, bem como para o desenvolvimento econômico de uma região ou de países (SIMSON; PARK; FERNANDES, 2007).

A educação é vista como ferramenta para combater e diminuir as injustiças, uma vez que ela possibilita aos indivíduos desenvolver a consciência crítica para evitar novas formas de opressão (FREIRE, 2005). Ferrari (2008, texto digital), à luz de Freire, afirma que se faz necessário ao homem na contemporaneidade “aprender a ler a realidade (conhecê-la) para em seguida poder reescrever essa realidade (transformá-la)”.

A importância da educação na vida das pessoas é inquestionável. Neste estudo, a ênfase nos processos educativos será dada pelo seu potencial de possibilitar realizar mudanças no mundo, transformando-o em uma sociedade mais justa e igualitária, na perspectiva de que “A educação não transforma o mundo. Educação muda pessoas. Pessoas transformam o mundo” (FREIRE, 2005, p. 31).

Desse modo, a educação deve promover mecanismos de inclusão social. Na concepção de Gohn (2006), a inclusão é entendida como “[...] as formas que promovem o acesso aos direitos de cidadania, que resgatam alguns ideais já esquecidos pela humanidade, como o de civilidade, tolerância e respeito ao outro”.

Para tanto, deve-se considerar que os processos educativos não ocorrem apenas na escola, uma vez que a educação é um “[...] fenômeno plurifacetado, ocorrendo em muitos lugares, institucionalizados ou não, sob várias modalidades” (LIBÂNEO, 2010, p. 26). Por ser um fenômeno plurifacetado, a todo instante estamos estabelecendo processos educativos, seja na escola, seja na igreja ou participando de lutas sociais, tendo em vista que:

Ninguém escapa da educação. Em casa, na rua, na igreja ou na escola, de um modo ou de muitos, todos nós envolvemos pedaços da vida com ela: para aprender, para ensinar, para aprender e ensinar. Para saber, para fazer, para ser ou para conviver, todos os dias misturamos a vida com a educação. Com uma ou com várias: educação? Educações. [...] não há uma forma única nem um único modelo de educação; a escola não é o único lugar em que ela acontece e talvez nem seja o melhor; o ensino escolar não é a prática, e o professor profissional não é seu único praticante (BRANDÃO, 2006, p. 7-9).

É possível encontrar três tipos de educação segundo a literatura acadêmica sobre o assunto, são eles: formal, não formal e informal. A educação formal ou escolar pode ser compreendida como aquela que traz como referência o espaço físico próprio, denominado de prédio escolar, carga horária, calendário e currículo preestabelecidos e está vinculada a um órgão público mantenedor (GOHN, 2011).

Já no contexto da educação informal, a palavra informal, no dia a dia, refere-se a algo cuja formalidade inexistente ou não está sustentada em regras rígidas. No que diz respeito ao conceito, dentre os principais autores que trabalham a temática como Gadotti (2012), Gohn (2011c), Libâneo (2010), a educação informal é a que adquirimos mediante ações do dia a dia, nas conversas, leituras de revistas, jornais, na família, na igreja e outros.

A educação não formal tem como princípio evidenciar os processos educativos que vêm acontecendo fora ou mesmo dentro do espaço escolar, com características próprias, diferindo apenas na forma de conceituação pelos autores que se dedicam a pesquisar a educação nesta perspectiva, como Coombs e Ahmed (1986), Gohn (2011c), Gadotti (2012), Libâneo (2010), Gandhi e Trilla (2008) entre outros.

É imprescindível destacar que as ações da educação não formal, palco onde se situam as discussões desta pesquisa, compõem um campo de conhecimento com características que lhe são próprias, baseadas em princípios de igualdade e justiça social, com vistas a capacitar os indivíduos para a própria emancipação sociopolítica (GOHN, 2010). Nesse sentido, a educação não formal não substitui a formal, entretanto, uma complementa a outra e ambas são essenciais para formação integral dos seres humanos.

Em suma, os objetivos da educação não formal são:

- a) Educação para justiça social.
- a) Educação para direitos (humanos, sociais, políticos, culturais etc.).
- b) Educação para liberdade.
- c) Educação para igualdade e diversidade cultural.
- d) Educação para democracia.
- e) Educação contra toda e qualquer forma de discriminação.
- f) Educação pelo exercício da cultura e para a manifestação das diferenças culturais (GOHN, 2010, p. 39-40).

Nesta direção, é salutar valorizar e ampliar os diferentes espaços e modos educativos. Todavia, percebe-se que ainda paira o paradigma⁵ em que os processos educativos só ocorrem no universo escolar, o que ocasiona uma desvalorização dos saberes frutos das vivências cotidianas. A educação, em seu sentido mais amplo, como processo de formação dos indivíduos para exercerem a cidadania, não pode ficar restrita à educação formal, apesar deste espaço ser criado com esse fim. Sobre isso, Cortella (2014) pontua que a educação escolarizada é apenas uma parte da educação, não toda ela.

As práticas educativas na educação não formal são introduzidas para ir além da mera adaptação de saberes já existentes e dominantes, e sim, no sentido de construir novos espaços e oportunidades sociais que darão origem a novos conhecimentos e saberes, essenciais para formação humana. Nessa direção, a proposta pedagógica desta modalidade prima pelo desenvolvimento de relações sociais interativas permeadas por atitudes de respeito às diferenças, de tolerância, amizade, solidariedade e fraternidade.

Quanto aos espaços educativos que situam o território da educação não formal, estes são locais extramuros escolares, tanto em espaços urbanos como rurais. Exemplos destes espaços são: museus, ONGs, associações, organizações e movimentos sociais e outros. O importante é que a proposta esteja alicerçada em princípios de igualdade e justiça social, por meio dos quais os envolvidos se agrupem espontaneamente com a finalidade de criar ou buscar determinadas qualidades e/ou objetivos, resultando em compartilhamento e produção de aprendizados e saberes coletivos (GOHN, 1997).

Tomado por este ângulo, “[...] o espaço da aprendizagem é aqui, em qualquer lugar, o tempo de aprender é hoje e sempre” (GADOTTI, 2008, p. 3). Aprender é inato ao ser humano, pois, desde o nascimento até a morte, estamos em constante processo de aprendizado, independente da relação que estabelecemos com o saber. É por meio das interações sociais, do encontro com o

⁵ O conceito de paradigma é defendido por Thomas Khun como “[...] as realizações científicas universalmente reconhecidas que, durante algum fornecem problemas e soluções modelares para uma comunidade de praticantes de uma ciência” (KUHN, 1991, p. 13). Para autor, as ciências evoluem por meio de paradigmas.

outro, que construímos e adquirimos aprendizados e conhecimentos (VYGOTSKY, 2007).

Com essa mesma linha de raciocínio, Gohn (2014, p. 36) acentua que: “[...] o saber é sempre resultado de uma construção histórica, realizada por sujeitos coletivos”. Portanto, as aprendizagens são resultado das vivências coletivas, ou seja, uma consequência direta das práticas sociais. Nesta perspectiva, a aprendizagem é concebida como um processo de formação humana, criativo e de saberes gerados ao longo do tempo histórico e nas relações sociais.

As práticas educativas desenvolvidas nos espaços não formais procuram estimular a responsabilidade social dos seus atores, em virtude de possibilitar a construção de conhecimentos visando à conscientização crítica e política. O sentido da educação nesses espaços, sobretudo nas associações de mulheres, é o de contribuir na formação de sujeitos almejando a construção de uma sociedade com equidade de gênero e social, cujo protagonismo seja assumido pelos próprios sujeitos, em outras palavras, contribuir para que os sujeitos se empoderem por meio da união de forças e potencialidades.

É válido trazer para a discussão a etimologia da palavra aprender para enfatizar a necessidade do outro para concretizar o ato. “aprender vem de ‘*ad*’ que significa junto de alguém ou algo e ‘*prae-hendere*’, tentar prender, agarrar, pegar” (GADOTTI, 2008, p. 60). É nesta perspectiva, na importância do outro para o aprimoramento do eu como pessoa, sujeito ativo capaz de se tornar cidadão do mundo em que as ações da educação não formal se ancoram, uma vez que aprende-se “no mundo da vida”, por meio de processos de compartilhamento de experiências, sobretudo em espaços e ações coletivas cotidianas (GOHN, 2014).

Partindo do princípio freiriano de que “[...] só existe saber na invenção, na reinvenção, na busca inquieta, impaciente, permanente, que os homens fazem no mundo, com o mundo e com os outros” (FREIRE, 2005, p. 33), pontua-se que os processos educativos dessa modalidade não se desenvolvem apenas nas vivências diárias, mas também na participação de encontros, feiras, oficinas, projetos sociais, cursos de longa e curta durabilidade. Nesse encadeamento, a educação ocorre em diversos espaços e por meio de várias experiências, ou seja,

ela se desenvolve nos ambientes que acompanham as trajetórias de vida dos indivíduos, dos grupos, das comunidades.

A aprendizagem, nessa acepção, não está ligada a regras rígidas e técnico pedagógicas para se desenvolver, pois ela acontece de acordo com os interesses e possibilidades do grupo, pela troca de experiências das impressões sobre o mundo e dos saberes que cada um compartilha com o grupo. Os procedimentos metodológicos utilizados estão pouco codificados na palavra escrita, são organizados pelas falas dos atores sociais, via relações de diálogos, negociações e confrontos vividos no interior das relações sociais (GOHN, 2010).

Freire (1979, 2005, 2009) aponta como pedra angular para as transformações sociais o desenvolvimento da consciência crítica, cujo diálogo, compartilhamento de vivências e saberes são a engrenagem desse processo. Na esteira da teoria freiriana, Zitkokski (2010, p. 117) nos elucida que:

através do diálogo podemos olhar o mundo e a nossa existência em sociedade como processo, algo em construção, como realidade inacabada e em constante transformação. [...] o diálogo é a força que impulsiona o pensar crítico-problematizador em relação à condição humana no mundo. Através do diálogo podemos *dizer o mundo* segundo nosso modo de ver. Além disso, o diálogo implica uma *práxis social*, que é o compromisso entre a palavra dita e nossa ação humanizadora.

Nesses termos, o processo de conscientização do sujeito é resultante da produção de aprendizagens e saberes provenientes do diálogo, do confronto de ideias e ideais decorrentes de um ensino problematizador, voltado para as “reais” necessidades formativas dos educandos. Assevera-se que a conscientização não pode ficar só no imaginário, ou seja, ela deve impulsionar os sujeitos a promoverem mudanças sociais, realizar a denominada *práxis social*⁶ (FREIRE, 1979; 2005; 2009, GOHN, 2010).

Mediante tomada de consciência, o ser humano assume o protagonismo de sua vida, sendo conduzido a pensar como um ser histórico social no mundo e para o mundo em uma realidade que está em constante transformação, evoluindo do pensar ingênuo para o crítico. Haja vista que “Para o pensar ingênuo, o importante

⁶ O conceito de *práxis* teve origem com o filósofo Aristóteles, todavia foi com Karl Marx que tal conceito se aprofundou, passando a ser o cerne da teoria do Materialismo histórico. *Práxis* refere-se à necessidade de induzir os indivíduos à materialização do que é discutido na teoria sobre a atuação do homem na sociedade.

é a acomodação a este hoje normalizado. Para o crítico, a transformação permanente da realidade, para a permanente humanização dos homens” (FREIRE, 2005, p. 47).

Desse modo, a aprendizagem é vista como um processo de formação humana em que a relação com o outro mediada pelo mundo torna-se fundamental para o acesso a formas culturais de perceber e transformar a realidade, visto que “[...] ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si mediatizados pelo mundo” (FREIRE, 2005, p. 68).

Conforme Gohn (2010), o processo político pedagógico de aprendizagem e produção de saberes da educação não formal podem atingir as seguintes dimensões:

[...] a aprendizagem política dos direitos dos indivíduos como cidadãos, ou aprendizagem para a cidadania; aprendizagem dos indivíduos para atuarem no mundo do trabalho, por meio da aprendizagem de habilidades e/ou desenvolvimento de potencialidades em oficinas e laboratórios – é importante distinguir as práticas cidadãs de outras que consideram os indivíduos apenas como mão de obra para realizar ações que o Estado não realiza, ou para gerar renda em trabalhos sem direitos sociais regulamentados. A aprendizagem de conteúdos que possibilitem aos indivíduos fazer uma leitura do mundo do ponto de vista de compreensão do que passa ao seu redor é fundamental na educação não formal; a aprendizagem e o exercício de práticas que capacitam os indivíduos a se organizarem com objetivos comunitários, voltadas para a solução de problemas coletivos cotidianos, geradas pela participação em associações, movimentos, fóruns, conselhos e câmaras de gestão, de forma que estes cidadãos possam entender e fazer uma leitura do que está ao seu redor, quem é quem, que projetos e quais interesses cada um defende, quais são os interesses da maioria que deveriam ser defendidos, quais são as práticas cidadãs e emancipatórias, a aprendizagem pela cultura, de conteúdos que possibilitem aos indivíduos fazer uma leitura do mundo do ponto de vista de compreensão do que passa ao seu redor [...] (GOHN, 2010, p. 35-36).

Os fundamentos das ações da educação não formal se entrelaçam com a visão freiriana de educação. Freire (2005) preconiza que os processos educativos devem possibilitar a emancipação social dos indivíduos possibilitando-lhes autonomia para construir sua própria história, livre da opressão/dominação/manipulação na qual os “*oprimidos*” se encontram. Desse modo, contribui-se na formação dos sujeitos não para “adaptar-se” à realidade e aos outros, mas para “integrar-se” (FREIRE, 2005).

3.2 Conceituando o empoderamento feminino

Ao longo do tempo, sobretudo nas três últimas décadas, cresceu no mundo todo a necessidade de criar medidas para aumentar a equidade social, econômica e política. As políticas públicas apontam o empoderamento feminino como mecanismo crucial para o desenvolvimento na vida das pessoas e nas comunidades em geral. Vasconcelos (2003) ressalta que, muitas vezes, o conceito de empoderamento é utilizado de forma maleável, conforme a necessidade e o corpo ideológico de cada grupo social que dele se apropria.

Segundo Romano e Antunes (2002), órgãos governamentais, organizações da sociedade civil, agências de cooperação e organizações financeiras multilaterais, como o Banco Mundial e Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA), têm-se apropriado do termo “empoderamento” como discurso em uma dimensão instrumental e metodológica, com o intuito de diminuir os índices de pobreza e exclusão social a fim de alavancar o desenvolvimento local, diferentemente dos movimentos feminista e negro, que se apropriam do termo com uma conotação mais radical e política.

Nos Estados Unidos, nos anos 70, com o movimento negro, o termo empoderamento surgiu como “[...] uma forma de expressar a autoavaliação da raça e a conquista da cidadania plena” (COSTA, 2011, p. 7). No âmbito do universo feminista, as precursoras que difundiram o termo empoderamento foram Gita Sen e Caren Grown (1988). No texto “Development, Crisis and Alternative Visions”, o conceito de empoderamento é abordado como uma estratégia conquistada por mulheres dos chamados países de Terceiro Mundo para ressignificar suas próprias vidas e, respectivamente, promover transformações sociais. Nesta perspectiva, Deere e Leon (2002) apontam como condição prévia para o empoderamento das mulheres a organização delas em espaços democráticos e participativos como associações.

John Friedmann (1996) é um dos pesquisadores da língua inglesa que traz importantes contribuições sobre o termo para o debate científico. Para o autor, o empoderamento “[...] é todo acréscimo de poder que, induzido ou conquistado,

permite aos indivíduos ou unidades familiares aumentarem a eficácia do seu exercício da cidadania” (FRIEDMANN, 1996, p. 8).

No Brasil e nos países de língua portuguesa, o termo empoderamento surgiu nesse milênio e vem se transformando em categoria analítica e empírica de diversas disciplinas e áreas de conhecimento. Baqueiro (2012, p. 4), após realizar um levantamento dos artigos publicados com o termo empoderamento, esclarece que “[...] a maior parte deles situa-se na área de saúde pública, psicologia comunitária e administração”.

Entre os vários pesquisadores que utilizam o termo empoderamento na América Latina, destacam-se os estudos de Deere e León (2002). As autoras trazem para o debate o uso do termo atrelado ao conceito de poder. O poder é condicionado à experiência feminina em um duplo sentido: “[...] ele é fonte de sua opressão quando objeto de abuso e uma fonte de emancipação em seu uso [...] um mecanismo de resistência ou tomada de poder, sobre as formas existentes do mesmo”. Nessa direção, a conquista do empoderamento está imbricada a quatro formas de exercer o poder: “poder sobre”, “poder para”, “poder com”, “poder de dentro” (DEERE e LÉON, 2002).

Nessa acepção, Leon (2000, p. 95) considera que: “[...] empoderar-se significa que las personas adquieren el control de sus vidas”. A autora assinala que o empoderamento não é um processo linear, tampouco é igual para todas, já que ele está intimamente ligado com a trajetória de vida e do contexto familiar em que cada mulher está inserida.

Para o movimento feminista, em consonância com os estudos de Leon, o empoderamento é utilizado no âmbito da “[...] alteração radical dos processos e estruturas que reduzem a posição de subordinada das mulheres. Concebe-se que as mulheres tornam-se *empoderadas*, através da tomada de decisões coletivas e de mudanças individuais” (COSTA, 2011, p. 7).

Os estudos de Costa (2011) apontam que nas sociedades brasileiras e latino-americana as desigualdades de gênero são ainda mais acentuadas devido às ideologias advindas de traços culturais, do sistema religioso, das legislações, dos

modos de vida social e do próprio sistema educacional. Nessa ideologia é exaltada a supremacia masculina que desperta relações de domínio e subjugação.

Paulo Freire foi o precursor no Brasil a utilizar o conceito de empoderamento, neologismo criado a partir da tradução do inglês *empowerment*. Cabe enfatizar que Freire utilizava o termo na língua inglesa por acreditar que na tradução livre para o português não estava contemplado o sentido fidedigno do termo. O *empowerment* é visto por Freire em uma perspectiva político social, nas palavras do autor:

A questão do *empowerment* da classe social envolve a questão de como a classe trabalhadora, através de suas próprias experiências, na sua própria construção de cultura, se empenha na obtenção do poder político. [...] Indica um processo histórico de que a educação é uma frente de luta (FREIRE, 2009, p. 138).

O poder é aqui entendido na perspectiva freiriana, relacionado ao aumento da conscientização que leva a desenvolver a criticidade e, conseqüentemente, ocasiona transformações sociais. Desse modo, com a conquista do poder, *empowerment*, as relações de poder são dissolvidas, não existindo mais a dicotomia opressor-oprimido. Nas palavras de Oakley e Clayton (2003, p. 11), mas sob a mesma ótica, “[...] é o poder relacionado ao poder fazer e principalmente ao ser capaz, bem como de sentir-se com mais capacidade e no controle das mais diferentes situações da vida”.

Freire (1979) menciona que o empoderamento consiste na capacidade do indivíduo ou grupo de usufruir da liberdade para realizar suas próprias escolhas políticas, econômicas, culturais, psicológicas dentre outras, livre de dominações. Dessa forma, o indivíduo ou grupo, quando empoderado, pode avançar e superar processos no estado de subordinação (dependência econômica, física e outras).

Ainda à luz da teoria de Freire, o empoderamento ocorre à medida que o sujeito evolui de uma consciência ingênua para uma consciência crítica da sua condição atual. Esse processo ocorre por meio da relação dialética homem-mundo, idealizada em um ato de reflexão-ação-reflexão, ou seja, na práxis, levando o sujeito ou grupo a abandonar antigas posturas reativas ou receptivas, passando a agir com liberdade, considerando sua capacidade pessoal e social.

Desse modo, o empoderamento é visto como um processo educativo com ênfase no desenvolvimento da consciência crítica dos sujeitos, tanto em âmbito individual como no coletivo, perante as relações de poder instauradas na sociedade em geral e entre homens e mulheres (FREIRE, 1986; GOHN, 2010; LEON, 1997). As repercussões sociais que se esperam dos sujeitos empoderados se referem às transformações socioculturais baseadas nos princípios de alteridade, liberdade e equidade.

As pesquisas e os estudos acadêmicos que empregam o empoderamento como categoria apontam que ele é um conceito polissêmico. Em termos conceituais, divide-se em duas correntes teóricas distintas: a primeira, ligada ao empoderamento em uma perspectiva individualista, e a segunda ao empoderamento coletivizado (SARDENBERG, 2009).

Ao empoderamento em uma perspectiva individualista está acoplada a visão neoliberal, concebendo-o como fortalecimento de uma esfera privada, uma vez que é delegada à sociedade civil a resolução de seus problemas. Conforme a revisão bibliográfica realizada por Gonçalves e Marinho (2015), sobre as práticas de empoderamento na América Latina desenvolvida entre os anos 2000 e 2013, autores como Jonathan (2011), Fristzsche (2004), Di Lisca (2007) e Chablé et al (2007) abordam o conceito de empoderamento com essa perspectiva.

Freire e Shor (1986) asseveram que, ao utilizar o termo nessa primeira perspectiva, prima-se por uma visão simplista e individualista, ou seja, partem da premissa de que o sujeito sozinho consegue se empoderar sem interferência do coletivo. Segundo os estudos de Léon (2001, p. 96), é querer “fazer as coisas por si mesmo” e “ter êxito sem a ajuda dos outros”, como se fosse possível desconectar os sujeitos do seu contexto sócio-político, histórico, assim como desconsiderar as relações entre as estruturas de poder e a própria essência humana que necessita do outro para sua evolução.

Na segunda vertente teórica, é apresentada uma concepção de empoderamento sociopolítica, com o argumento de que só há empoderamento se ele for coletivo, dada a interferência de fatores políticos na vida das pessoas. Entre

os vários pesquisadores que abordam o conceito nessa perspectiva estão Freire e Shor (1986), Léon (2001), Stromquist (1997) e Gohn (2010).

A opção teórico metodológica deste estudo está alicerçada na discussão do empoderamento na perspectiva coletivizada, ou seja, as pessoas se empoderam juntas. Sob esta ótica, o empoderamento é adquirido através de um processo de vivência que transforma um grupo social em protagonista de sua história, por meio do qual se desenvolve a consciência crítica de seus partícipes e, por conseguinte, geram-se novos saberes e uma nova cultura.

Gohn (2010) compartilha com a mesma linha de raciocínio, todavia, ela prefere utilizar o termo emancipação sociopolítica em vez de empoderamento. A explicação da autora pela preferência desse outro termo se deve ao fato de que o termo empoderamento está em voga na contemporaneidade em discursos que atribuem um sentido diferente ao defendido por ela. Para a autora:

O (a) cidadão (ã) emancipado (a), para impor-se como cidadão (ã), tem que ter autonomia do pensar e do fazer. Necessita relacioná-la como uma das formas para vencer as dificuldades de compreensão política do mundo que o cerca, para além dos problemas emergentes locais, autonomia como instrumento de formação de um cidadão capaz de ser e agir, de ter um entendimento crítico da sociedade globalizada, de ler o mundo a partir de valores e metas de emancipação (GOHN, 2010, p. 41).

Nesta perspectiva, as associações, assim como a AMCA, se apresentam como espaços viabilizadores de empoderamento, uma vez que possibilitam a produção de saberes que permitem às mulheres associadas a possibilidade de agir e transformar o espaço onde estão inseridas.

Stromquist (1997, p. 105) aponta como parâmetros do empoderamento a “[...] construção de uma autoimagem e confiança positiva; o desenvolvimento da habilidade para pensar criticamente; a construção da coesão de grupo; a promoção da tomada de decisões e a ação”.

Nesse sentido, o empoderamento não se restringe apenas aos componentes cognitivos, psicológicos e econômicos, como preconizado na abordagem do termo na perspectiva individualista. Ele se estende para os componentes políticos em uma perspectiva emancipatória (STROMQUIST, 1997). Para entendermos melhor a

abrangência do empoderamento na vida das mulheres associadas à AMCA, defino abaixo cada componente, conforme os estudos da autora supracitada.

O componente cognitivo refere-se à conscientização do seu poder de fazer escolhas mesmo que elas venham de encontro às expectativas culturais e sociais. Esse novo aprendizado possibilita abolir crenças antigas, como questões de sexualidade, controle sobre a fertilidade, dinâmicas conjugais e outras, bem como a apropriação dos seus direitos legais.

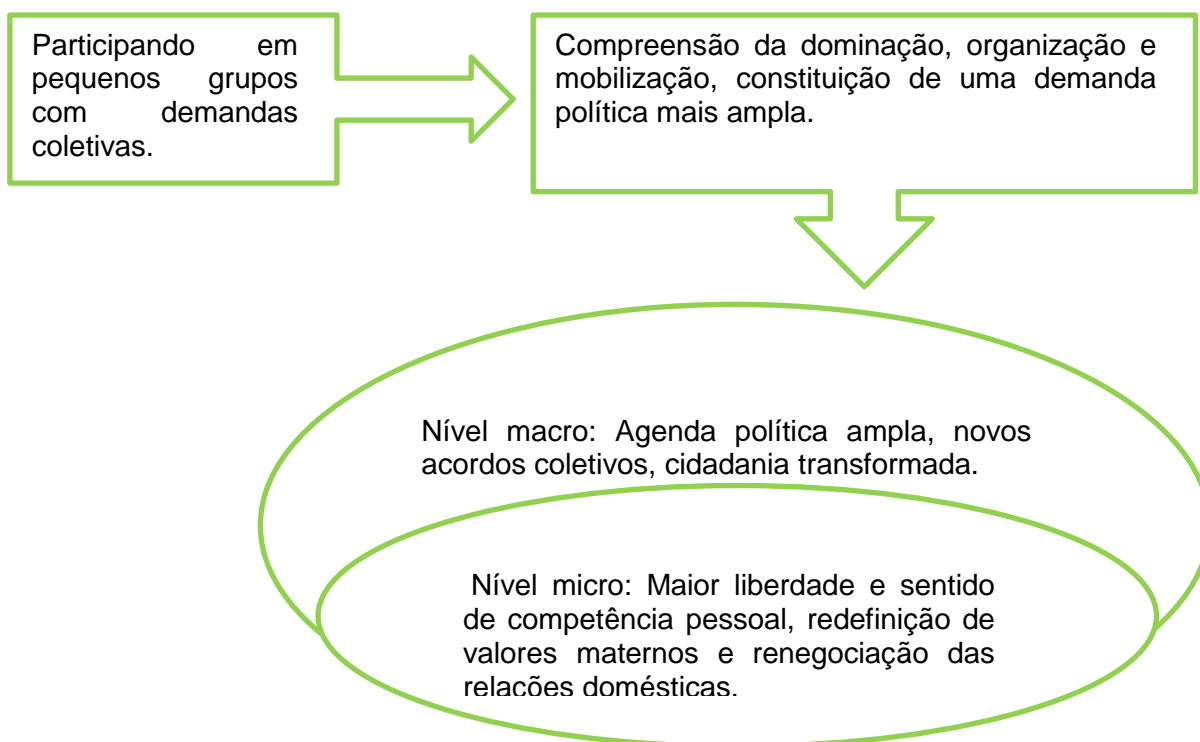
Já o componente psicológico está ligado ao desenvolvimento de sentimentos, da capacidade de implementar mudanças, tanto no aspecto pessoal como no social, para melhorar sua condição. A autoconfiança e a autoestima são palavras chaves na aquisição ou aperfeiçoamento desse aprendizado.

O componente econômico, por sua vez, é essencial para o desenvolvimento psicológico. Refere-se à necessidade que a mulher empoderada tem de se envolver em uma atividade produtiva para obter algum grau de autonomia financeira, o que independe do tamanho ou alcance da atividade.

Atrelado aos outros componentes, apresenta-se o componente político, que implica a habilidade de analisar o ambiente circundante em termos políticos e sociais com a possibilidade de promover e organizar mudanças sociais. Desse modo, um processo de empoderamento deve envolver a consciência individual e a ação coletiva.

É válido destacar que o empoderamento feminino passa por uma série de fases, a saber:

Figura 3 – Fases do empoderamento feminino



Fonte: Stromquist (1997, p. 84), adaptado pela autora.

Observa-se que, o ponto de partida para a conquista do empoderamento, segundo a autora, é a participação em pequenos grupos com demandas coletivas, assim como é apontado em nível micro o resultado deste processo, a redefinição de valores. Segundo os estudos feministas latino-americanos, o empoderamento está diretamente ligado à desconstrução dos valores patriarcais que foram cristalizados e naturalizados em nossa sociedade, os quais impedem que as mulheres assumam o controle sobre seus corpos e suas vidas. Nas palavras de Sardenberg (2009, p. 2):

Para nós, feministas, o empoderamento de mulheres é o processo da conquista da autonomia, da autodeterminação. E trata-se, para nós, ao mesmo tempo, de um instrumento/meio e um fim em si próprio. O empoderamento das mulheres implica, para nós, a libertação das mulheres das amarras da opressão de gênero, da opressão patriarcal. Para as feministas latinoamericanas, em especial, o objetivo maior do empoderamento das mulheres é questionar, desestabilizar e, por fim, acabar com a ordem patriarcal que sustenta a opressão de gênero. [...] para nós o objetivo maior do “empoderamento” é destruir a ordem patriarcal vigente nas sociedades contemporâneas, além de assumirmos maior controle sobre “nossos corpos, nossas vidas”.

Mediante a importância de reverter as desiguais relações de gênero, de dar às mulheres “o direito a ter direitos” (ARENDT, 1998, p. 330), o Programa de Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) define o empoderamento da

mulher através de cinco elementos: a autoestima das mulheres; o direito de ter e determinar escolhas; o direito de ter acesso a oportunidades e recursos; ter o direito de ter o controle sobre sua própria vida, tanto em casa, como fora de casa; e ter a capacidade de influenciar a direção de mudança social a nível nacional e internacional (ONU, 2016). No próximo capítulo, veremos o que se pode observar no processo de empoderamento das mulheres sujeito deste estudo.

3.3 A importância da participação feminina em associações

Diante das necessidades, desejos e interesses, a sociedade humana se constrói e se reconstrói constantemente, gerando diferentes saberes e ciências. Desse processo, nascem espaços de sentidos múltiplos para novas formas de organização social, abrigando novos tempos e espaços de aprendizagens (TESTA, 2009).

As pessoas, sobretudo mulheres assentadas, como é o caso das mulheres foco deste estudo, vivenciam um contexto marcado pela exclusão, discriminação e preconceito social, são desafiadas, exigidas a encontrarem estratégias criativas para garantirem o direito ao exercício da cidadania, ou seja “o direito a ter direitos” (ARENDT, 1998, p. 330).

Segundo Arendt (1998), as pessoas só conseguem exercer o seu “direito a ter direitos” por meio do acesso aos espaços públicos, uma vez que todos os direitos não são dados e sim construídos na convivência coletiva. Em outras palavras “Somente na ação política livre, manifestada no espaço público, os homens podem, por meio da cidadania, viver e criar uma comunidade mais justa, construída sob artifício humano” (MELEGARI, 2012, p. 77).

Desse modo, unir forças e formar organizações sociais como a AMCA é uma estratégia para driblar as opressões, na tentativa dos envolvidos em dar um novo recomeço para a própria vida e para a vida da comunidade. A condição humana de romper com algo que está imposto e dar início a uma nova história, um recomeço inédito, é explicada por Arendt (1991) com o conceito de natalidade. Para a autora, “[...] um novo começo inerente a cada nascimento pode fazer-se sentir no mundo somente porque o recém-chegado possui a capacidade de iniciar algo novo, isto é, de agir” (ARENDT, 1991, p. 17).

Hannah Arendt evidencia que a vida humana se desenrola por uma série de nascimentos. Esse potencial humano de agir para se reinventar, de dar início a novos nascimentos tem suas raízes no princípio da natalidade, que é condição básica para o exercício da liberdade. Nesta perspectiva, cada indivíduo se apresenta como ser único, livre, capaz de, por meio da ação, romper com toda uma sucessão de hierarquias e tradições opressoras e dar início a algo inteiramente novo.

A participação em coletivos, sobretudo em grupos femininos, está imbricada com a conquista do empoderamento. Romano e Antunes (2002, p. 31-32) argumentam que:

Experiências em diversas partes do mundo têm mostrado que processos de participação possibilitam processos de empoderamento e que estas metodologias favorecem o estabelecimento de políticas e práticas de desenvolvimento que contemplam as necessidades das pessoas vivendo na pobreza.

De acordo com os estudos de Cano e Arroyave (2014), a literatura acadêmica aponta como resultado da participação política o empoderamento. Dentre vários teóricos reconhecidos mundialmente por abordar esta temática, os estudos de Nelly Stromquist (1997) se destacam. Para a autora, a participação permite que as pessoas se sintam protagonistas de mudanças em suas comunidades, impactando tanto em suas próprias decisões como nas decisões comunitárias.

Nessa perspectiva, a participação é um pré-requisito para o empoderamento, uma vez que possibilita aos indivíduos unir forças e potencialidades para propor e desenvolver ações que impactarão positivamente na qualidade de vida de modo individual como no coletivo, à medida que os vínculos de responsabilidade e de solidariedade mútua são gerados e fortalecidos (CANO; ARROYAVE, 2014).

As vivências em associações como a AMCA possibilitam inúmeras oportunidades de aprendizagens para as atrizes sociais, permitindo que encontrem as ferramentas adequadas para uma (re) leitura da vida e do mundo. As associadas são levadas a pensar, refletir e analisar ações para novas posturas na luta cotidiana, tendo o outro como uma figura de apoio para enfrentar as adversidades e juntas lutarem por melhorias de vida pessoal e comunitária.

Silva corrobora com nossa discussão e argumenta que:

Quando essas atividades os levarem a pensar, refletir e elaborar que têm direito a uma vida digna e de qualidade, e, no momento em que esse sujeito estiver fortalecido e esclarecido – cultural e politicamente, percebendo-se não apenas como indivíduo, mas também como classe, como grupo, sua relação consigo e com o outro sujeito será melhor mediada pela solidariedade e pela liberdade (SILVA, 2013, p. 119).

Vários grupos feministas de países da América Latina investiram no potencial da educação não formal em contribuir com a emancipação humana dos sujeitos para romper com as amarras patriarcais (OLIVEIRA, 2007). A autora menciona que, no Brasil, essas ações tiveram início no final da década de 1970, como um dos métodos da organização feminista, denominados de grupos de autorreflexão. O método se baseava na socialização dos problemas da vida privada enfrentados pelas mulheres participantes, desse modo, os conteúdos originavam das próprias experiências e subjetividades das participantes (OLIVEIRA, 2007).

Desde então, o envolvimento em espaços da educação não formal tem sido vista como mecanismo eficaz, capaz de levar os grupos de mulheres à práxis feminina (OLIVEIRA, 2007). De acordo com Dikk (1996, p. 187), “[...] a educação não formal vem sendo direcionada para melhorar a vida das mulheres e/ou para proporcionar oportunidades para sua participação social, política e/ou econômica”.

Durante séculos, a participação em grupos femininos tem sido considerada como um mecanismo para melhorar as condições de vida não só das mulheres, mas também das famílias. Segundo Marin e Okali (2008), na maioria dos países colonizados da África e na América Latina os missionários formaram grupos de mulheres com a finalidade de promover o cristianismo e a educação formal, bem como de aumentar o bem-estar das famílias.

Diante das evidências expostas sobre a importância da participação feminina em grupos femininos, para o processo de emancipação e autonomia dos sujeitos, teses e dissertações têm sido produzidas nas universidades brasileiras (GOHN, 2011c).

Na tese de doutorado de Silva (2010), intitulada de “Uma pedagogia da experiência do encontro bordado nas trocas: Associação de Mulheres do bairro

Bethânia- Ipatinga, MG”, a autora reconstitui parte da história dos grupos de mulheres de municípios mineiros, com o recorte temporal de 1970 até os dias de hoje. A pesquisa focaliza em especial uma associação existente há mais de trinta anos. Essa pesquisa revela que as experiências vividas pelas mulheres são carregadas de significados, de aprendizados, de sentimentos e afetos extrapolando os saberes das atividades artesanais desenvolvidas nas associações. As aprendizagens geradas nesse espaço possibilitam a reinvenção de novas relações e sociabilidade, de novos pensamentos e visões sobre si mesmas, sobre suas vidas em casa, sobre seus viveres no mundo (re) significando suas subjetividades, desse modo, contribuem no processo de formação humana das mulheres pesquisadas.

As aprendizagens construídas nas vivências da educação não formal são adquiridas através das relações sociais. São aquelas “que se aprendem no ‘mundo da vida’, via processos de compartilhamento de experiências, principalmente em espaços e ações coletivas cotidianas” (GOHN, 2013, p. 40). Os processos de ensino e de aprendizagem ocorrem no interior da associação em uma perspectiva holística, contribuindo para o crescimento e desenvolvimento dos indivíduos enquanto cidadãos. Assim sendo, a educação é vista como um projeto de transformação de sociedade, em que ela é a pedra angular para uma sociedade mais justa e igualitária.

O espaço associativo é visto como caminho para a mudança de vida das associadas. Silva (2011), em sua dissertação “Histórias de mulheres catadoras: ambiguidades, gêneros e representações”, analisa o cotidiano de trabalho das sócias de uma associação de reciclagem, com o foco de descobrir se os ganhos da participação nesse espaço vão além do sustento financeiro. A autora revela que, apesar do espaço de trabalho da associação ser marginalizado em diversos contextos da sociedade, permite que as mulheres associadas perpassem da esfera doméstica à vida pública, superando paradigmas sexistas e passem a se verem como trabalhadoras e sujeitos sociais. Por meio das vivências na associação, novas funções e direções na vida das associadas foram atribuídas.

Cabe evidenciar que o envolvimento dos pequenos produtores em associações e cooperativas, como é o caso das associadas à AMCA, é essencial

para garantir a sua permanência no campo (VILPOUX; OLIVEIRA, 2011). Uma vez que, como afirma o jargão popular, “uma andorinha só não faz verão”, o pequeno produtor necessita se juntar com os outros para que concretize parcerias com instituições públicas e privadas, tanto para ter acesso a créditos, como para manter o pequeno agricultor informado e motivado (SANGALLI, 2015).

Na visão de Dalfovo et al. (2010), o associativismo rural surgiu com a finalidade de integrar as pessoas para que coletivamente encontrem soluções e, por meio do trabalho com projetos, melhorem suas condições de vida e garantam o exercício da cidadania dos associados. Nessa perspectiva, o (a) agricultor (a) é visto como um sujeito coletivo ativo. Dessa forma, o envolvimento nesses agrupamentos contribui para minimizar ou extinguir os demais fatores limitantes quanto à sua fixação no campo.

Diante do exposto, percebe-se a importância das mulheres se organizarem coletivamente por meio de associações, em especial mulheres assentadas, cujas desigualdades de gênero⁷ apresentam-se bem maiores (SIQUEIRA, 2014). A construção de um projeto de luta por meio da associação representa um mecanismo de resistência necessário para fugir da opressão, da condição de subalterna atribuída à mulher pela cultura patriarcal que ocasiona discriminações, preconceitos e exclusão social.

A ordem patriarcal vigente nas sociedades impõe para o gênero feminino a posição de subalterna perante o poder do gênero masculino como um processo natural e inerente à natureza humana, no entanto, “o patriarcado como modo de vida não é uma característica do ser humano. É uma cultura e, portanto, um modo de viver totalmente vivível por ambos os sexos” (MATURANA, 2004, p. 43).

Assim sendo, a cultura patriarcal por tratar-se de uma construção sociocultural, é “transformável, alterável e reformável, não pela vontade, mas sim histórica, cultural e psiquicamente (LAMAS, 2000, p. 20). É nessa perspectiva que este estudo aborda a necessidade de oportunizar espaços educativos que levam as

⁷ O conceito de gênero surge como contestação ao determinismo biológico e como instrumento de “desnaturalização” das desigualdades entre os sexos, das identidades sexuais, da divisão sexual do trabalho e das assimetrias/hierarquias sociais com base no sexo, demonstrando a sua historicidade e, assim, a possibilidade da sua transformação e transcendência (SCHEFLER, 2013, p. 3).

mulheres ao empoderamento, no sentido de possibilitar a desconstrução das representações sociais oriundas do patriarcalismo e, assim, modificar a cultura e a mentalidade dos homens e mulheres com o propósito de reescrever a história, trilhando por caminhos com equidade social e de gênero.

Segundo os estudos feministas, esse processo só é possível pela união das mulheres em organizações como a AMCA. De acordo com Toledo e Lisboa (2011, p. 5),

[...] o primeiro passo para o empoderamento deve ser o despertar da consciência por parte das mulheres em relação à discriminação de gênero: reconhecerem que existe desigualdade entre homens e mulheres, indignarem-se com essa situação e quererem transformá-la. Para se empoderarem, as mulheres devem melhorar sua autopercepção, acreditar que são capazes de mudar suas crenças em relação à submissão e despertar para seus direitos.

Uma vez que as desigualdades de gênero estão tão incorporadas e naturalizadas no cotidiano feminino, que até mesmo quando as mulheres sofrem injustiças ou violências, muitas delas se calam e aceitam a submissão por conceberem essa situação como algo natural. A invisibilidade da opressão/dominação das ideias patriarcais é produzida e reproduzida por uma força simbólica que atua diretamente sobre os corpos dos homens e mulheres, que fluem como magia, sem coerção física (BOURDIEU, 2002).

A cultura patriarcal delimitou às mulheres o espaço privado (o reduto doméstico) como único de sua atuação e, aos homens, os espaços públicos. Essa visão dicotômica tem provocado desigualdades sociais de gênero, que geram situações de exclusão e subalternidade às mulheres, bem como apagam as contribuições femininas nos espaços públicos, uma vez que, mesmo quando as mulheres realizam uma boa parte do trabalho da propriedade rural, a sua produção ainda não é caracterizada como trabalho produtivo, negando-lhe o direito de receber remuneração e tampouco o direito de decidir sobre o destino das finanças (ÁVILA, 2004). Nessa lógica, as mulheres são apenas coadjuvantes de sua própria história com um destino predestinado pelo gênero masculino.

Apesar dos avanços e importantes transformações nas famílias, as relações desiguais de poder ainda permanecem e se expressam no campo afetivo,

econômico e político. No tocante ao campo político, quando as mulheres saem do reduto doméstico para ingressarem no mundo do trabalho, observa-se que a

[...] divisão sexual e desigual do trabalho estava também contida a interdição das mulheres na esfera pública. As mulheres hoje, tendo conquistado a liberdade política, experimentam grandes dificuldades para organizar o tempo necessário para a vida pública em decorrência da dupla jornada de trabalho (ÁVILA, 2004, p. 44).

A sobrecarga de funções é uma realidade enfrentada pela maioria das mulheres que ingressam no mercado de trabalho, principalmente para aquelas em situação economicamente desfavorável como é o caso das mulheres da AMCA. Nessa condição e pela crença social de que é papel da mulher servir a família, sendo incansável e inabalável, ela não se dá conta de sua condição humana, das suas necessidades pessoais, dos limites do corpo, da necessidade do descanso e lazer.

Sobre essa situação desumana imposta ao gênero feminino, Meneses (2001, p. 133), adverte que:

Qualquer situação de opressão, de dominação, fere o princípio de evolução da vida. Cada ser é gerador de vida, sendo importante desenvolver uma sensibilidade consciente, a fim de que o ser humano seja capaz de criar condições de vida favoráveis para si mesmo e para os outros, levando a uma transformação do pensamento oprimido, onde a sensualidade, a sexualidade, a inteligência, o poder, a maternidade, o trabalho, a comunidade, a intimidade assumirão novos significados.

Cabe evidenciar que tanto a mulher no contexto urbano, como no rural sofre discriminações e preconceitos em relação ao seu gênero, impossibilitando-a de exercer sua autonomia nas múltiplas dimensões. Contudo, as desiguais relações de gênero são mais camufladas e naturalizadas no contexto rural, em virtude da própria formação étnico social brasileira proveniente de seu tipo de colonização e ao sistema patriarcal. O Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural - NEAD, órgão vinculado ao Ministério de Desenvolvimento Agrário - MDA, evidencia que as mulheres rurais

[...] não são suficientemente reconhecidas pelo Estado e pela sociedade como agricultoras familiares e assentadas pela Reforma Agrária e, ainda, os gestores e as famílias reproduzem preconceitos e reforçam os vínculos das mulheres trabalhadoras rurais com o espaço privado (2005, p. 11).

As diferenças entre homens e mulheres foram construídas ao longo do tempo, marcadas nos corpos. Nessa linha, as meninas são criadas para serem mais frágeis, delicadas e submetidas às figuras masculinas, como pais, maridos e irmãos. Para prevalecer e perpetuar o patriarcado, “[...] teorias foram construídas e utilizadas para ‘provar’ distinções físicas, psíquicas, comportamentais; para indicar diferentes habilidades, aptidões; ou para justificar os lugares sociais, as possibilidades e os destinos próprios de cada gênero” (LOURO, 1997, p. 45).

A teoria do essencialismo proposta por Rousseau (1995, p. 92), a qual apresenta como naturais e necessárias as desigualdades de gênero, ainda se faz presente na contemporaneidade, mesmo que de modo inconsciente. Para o autor “[...] um deve ser ativo e forte, o outro passivo e fraco”. No caso, o homem é o ser forte que deve ser ativo e liderar. Já a mulher deve ser fraca e aceitar ser submissa e subjugada com passividade.

Na época da revolução Francesa, se uma mulher se atrevesse a galgar espaços na vida pública, reivindicando seus direitos de cidadania, o seu destino era a morte na guilhotina. Enquanto isso, ao homem era atribuída a condição de herdeiro do sistema patriarcalista, machista e viril em uma sociedade ditada pelas regras do capitalismo selvagem.

Beauvoir (1970, p. 167-169), em seus estudos, explica o motivo da invisibilidade da mulher nos papéis de protagonismo na história, ao constatar que:

Toda a história das mulheres foi feita pelos homens [...] eles é que sempre tiveram a sorte da mulher nas mãos; e não decidiram em função do interesse feminino [...] foi o conflito entre a família e o Estado que então definiu o estatuto da mulher [...].

Mesmo frente a esse emaranhado de leis e costumes que prevaleceu por séculos, em que a mulher é excluída do direito ao exercício da cidadania, com muita luta, a mulher veio conquistando mais espaços na sociedade. Todavia, observa-se que tais avanços ainda não foram suficientes para igualar os direitos entre os gêneros. Segundo Cano e Arroyave (2014), apesar dos avanços na inclusão de gênero nas agendas públicas em todo mundo, a mulher ainda permanece em condições de desigualdade e violência e com dificuldade no acesso

aos recursos econômicos, educacionais e aos espaços políticos e de decisão. Isso implica a necessidade de uma luta contínua.

Não obstante, é comum ouvir nas mídias e no cotidiano, discursos com fragmentos estereotipados que demonstram a mulher em uma posição inferior à do homem, atribuindo a ela a fragilidade e a incompetência para assumir certas funções de predominância masculina, bem como a necessidade de ela ter um dono, um tutor. Isso nos permite afirmar que estereótipos sexistas atravessam os tempos e deixam suas marcas ainda na atualidade.

Daí a necessidade de reforçarmos que:

Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam de feminino. Somente a mediação de outrem pode constituir um indivíduo como um Outro (BEAUVOIR, 1970, p. 9).

Nesse interim de uma realidade de opressão e dominação masculina que as mulheres vivenciam, sobretudo as rurais, é crucial a participação das mulheres em espaços como associações, como é o caso das mulheres pertencentes à AMCA. Nesse espaço, são fornecidos subsídios para que elas, por meio da interação com as outras associadas, construam aprendizagens em um processo individual e coletivo que as leve a protagonizar sua própria história, bem como a possivelmente empoderar-se com significativas repercussões sociais.

Os processos educativos desenvolvidos em grupos femininos têm como aspectos constituintes a autonomia e a liberdade que levam ao exercício do empoderamento. A ênfase atribuída nesse processo é desfazer as amarras das desigualdades de gênero e assim concretizar transformações na vida das mulheres, tornando-as protagonistas da sua história. Ávila, teórica feminista brasileira, evidencia que:

A ruptura com a ideia de destino colocou imediatamente para o feminismo o problema da autonomia como requisito primordial para o exercício da liberdade. A reconstrução histórica privada, lugar no qual estão situadas as mulheres, foi de fato um caminho fundamental para a construção de uma proposição de autonomia para as mulheres, enquanto um projeto coletivo de libertação. Os homens tinham história, as mulheres tinham destino. Este destino heterônimo era ditado pelas normas patriarcais (ÁVILA, 2004, p. 52).

Segundo Stavracas (2013), as aprendizagens construídas pela participação social facilitam a inclusão sociocultural, ao possibilitar aos participantes novas e significativas oportunidades de acesso para as minorias sociais. O sentido atribuído à minoria, neste texto, não se limita apenas a uma composição demográfica, mas ao modo de como as “[...] relações sociais, expressando valores, definem a distribuição de prestígio, legitimidade e poder que organizam os vínculos entre homens e mulheres, somados a outros critérios de classificação social” (HEILBORN, 2000, p. 90).

Cabe evidenciar que mediante a participação dos sujeitos, em especial as mulheres, é possível a criação de novas identidades impregnadas de novos e significativos saberes que contribuem para a formação de indivíduos mais resistentes e autônomos na luta por transformações positivas.

Hall (2011, p. 12), em seus estudos, afirma que “[...] a identidade, então, costura [...] o sujeito à estrutura. Estabiliza tanto os sujeitos quanto os mundos culturais que eles habitam, tornando ambos reciprocamente mais unificados e predizíveis”. Desse modo, não há uma identidade absolutamente unificada. As identidades (individuais e/ou coletivas) são construídas pelas intrínsecas variabilidades das relações sociais no contexto espaço e tempo em que o sujeito está inserido pela luta da sobrevivência (SANTINELLO, 2011).

Por conseguinte, o saber é produzido por meio de reelaborações contínuas da cultura do grupo e de cada envolvido, uma vez que há confrontações e ressignificações de conhecimentos. Cabe aqui destacar que o conceito de cultura utilizado neste estudo vai ao encontro da teoria de Gohn (2014), ao apontar a cultura como “[...] um processo vivo e dinâmico, fruto de interações onde são construídos valores, modos de percepção do mundo, normas comportamentais e de conduta social, uma moral e uma ética no agir humano” (GOHN, 2014, p.39).

É por meio das interações com os outros que a cultura é moldada por costumes, tradições, valores e normas que orientam e restringem o comportamento. Nesse sentido, “[...] qualquer unidade social que tenha algum tipo de história terá desenvolvido uma cultura” (SCHEIN, 2009, p. 11).

Seguindo esse raciocínio, a cultura é vista com caráter relacional, pelo qual os sentidos e significados são construídos ou ressignificados por meio de processos interativos vivenciados em espaços não formais, como reuniões, capacitações e até mesmo a própria convivência cotidiana. Por meio destas interações, é possível colocar em xeque padrões de pensamento e formas de agir que impossibilitam aos indivíduos obter uma visão crítica da realidade, assim como os limitam a exercer a cidadania.

Sobre o exercício da cidadania, José Murilo de Carvalho (2009) afirma, na obra “Cidadania no Brasil: o longo caminho”, que o cidadão é o detentor de três direitos, a saber: direitos civis, que na visão do autor se referem aos direitos fundamentais à vida, à liberdade, à propriedade e à igualdade perante a lei; direitos políticos, que se referem à participação do cidadão no governo da sociedade a que pertence, e direitos sociais, que são os garantidores da participação na riqueza coletiva, ou seja, o direito à educação, ao trabalho, ao salário justo, à saúde, à aposentadoria.

Nessa perspectiva, exercer a cidadania é usufruir efetivamente dos direitos civis, políticos e sociais, pelos quais a conquista do empoderamento se torna elemento impreterível, uma vez que o sujeito quando se empodera detém um pensamento crítico e autônomo, consciente de seus direitos e deveres sociais. Esse processo é consolidado via participação social, perpassado por valores de solidariedade, justiça e alteridade em espaços de convívio coletivo como a AMCA.

Na trama social do universo feminino, a luta pelo exercício pleno da cidadania envolve questionar as restrições e as barreiras impostas pelo patriarcado na vida cotidiana das mulheres. Trata-se de incluí-las em todas as esferas da vida social, rompendo com o silêncio culturalmente estabelecido às mulheres, possibilitando-as a “serem mais” no mundo, capazes de escrever e reescrever a própria história (FREIRE, 1979, 2005).

4 A ASSOCIAÇÃO DE MULHERES “CANTINHO DA AMAZÔNIA” COMO ESPAÇO DE TRANS-FORMAÇÃO

Este capítulo é dividido em três partes, cuja finalidade consiste em apresentar a análise, a discussão e os resultados da pesquisa. O primeiro subcapítulo tem por propósito caracterizar nosso universo empírico, a AMCA. No segundo, buscou-se compreender as relações de ensino e de aprendizagens geradas na AMCA, sobretudo no que concerne ao empoderamento feminino, bem como compreender como ocorrem as aprendizagens, de modo a enfatizar a importância desses espaços para os processos educativos das mulheres com vistas ao empoderamento. O terceiro e último subcapítulo trata de evidenciar os efeitos da vivência na AMCA, na perspectiva do fortalecimento das relações sociais.

4.1 Um olhar para o Assentamento Vale do Amanhecer

O assentamento foi criado em 1998 pela prefeitura de Juruena, com a intenção de transformar o projeto de assentamento “Vale do Amanhecer” em um projeto modelo de reforma agrária sustentável do estado de Mato Grosso, entretanto, o Instituto Nacional de Reforma Agrária (INCRA) não incorporou a ideia (VARGAS, 2006).

A área total do assentamento é de 14.715,81ha, contudo 7.129,08ha foram destinados à reserva legal em bloco e o restante foi parcelado em 250 lotes para exploração agrícola e moradia. Cada lote tem em média uma área passível de

exploração a corte raso⁸ de 27,97ha, variando entre 21,56ha a 40,13ha (VARGAS, 2006).

No que concerne ao perfil dos assentados, Vargas (2006) afirma que eram da própria cidade, trabalhadores desempregados, empregados de madeireiras, de fazendas de pecuária e prestadores de serviços. A maior parte deles, oriundos da região sul do país, com idade média de 37,25 anos e com o nível de escolarização em torno dos 3,83 anos, sendo 45% da população de mulheres (VARGAS, 2006).

No documento "Agricultura Familiar, Reforma Agrária em Desenvolvimento Local para um Novo Mundo Rural", o INCRA e o Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) definiram a política de desenvolvimento rural alicerçada na expansão da agricultura familiar, bem como na sua inserção no mercado, apontando como objetivo dessa proposta:

Promover o desenvolvimento socioeconômico sustentável, em nível local e regional, por meio da desconcentração da base produtiva e da dinamização da vida econômica, social, política e cultural dos espaços rurais – que compreendem pequenos e médios centros urbanos –, usando como vetores estratégicos o investimento na expansão e fortalecimento da agricultura familiar, na redistribuição dos ativos terra e educação e no estímulo às múltiplas atividades geradoras de renda no campo, não necessariamente agrícolas (MDA, 1999).

Dessa forma, os pequenos produtores deveriam encontrar meios de produzir sem desmatar a floresta. Todavia, o documento preconizava que o poder público em conjunto com as famílias assentadas, prefeitura municipal e outras instituições deveriam elaborar um Plano de Desenvolvimento Sustentável dos Assentamentos (PDA) contendo

[...] as ações a serem desenvolvidas, as metas a serem alcançadas de organização, produção, comercialização, renda, preservação e recuperação de recursos naturais, capacitação de assentados, bem como os prazos e as responsabilidades de cada um dos envolvidos (VARGAS, 2006, p. 75-6).

Vargas (2006), na sua dissertação defendida no Programa de Pós Graduação em Agricultura Tropical, realizada pela Universidade Federal de Mato Grosso/ UFMT e intitulada de "Vale do Amanhecer, retrato de um assentamento:

⁸É a eliminação de toda e qualquer vegetação existente sobre uma área. Normalmente um corte raso é feito para plantar outra cultura, seja agrícola ou florestal. Fonte: <http://www.iap.gov.br/pagina-5.html>

Modelo de reforma agrária para a Amazônia Mato grossense?”, concluiu que o assentamento Vale do Amanhecer difere dos outros apenas por ter reserva legal de 50% de suas áreas, a qual deveria ser de 80%, como determinava a legislação vigente. Destaca ainda que o INCRA de Mato Grosso nunca considerou o Projeto de Assentamento Vale do Amanhecer um assentamento modelo, no sentido de planejar, implantar ou acompanhar novas práticas, técnicas ou abordagens diferentes das convencionais da Amazônia legal, bem como não teve participação da comunidade na elaboração do Plano de Desenvolvimento Agrário/PDA.

Segundo Vargas (2006), 82% das famílias assentadas tinham que complementar a renda fora do lote para garantir o sustento da família, 92% faziam queimadas e 54% dos assentados utilizavam agrotóxicos em seus lotes. No tocante ao interesse em participar do Plano de Manejo Sustentado de Uso Múltiplo da Floresta, construído em conjunto com os agricultores com orientação do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento/PNUD dentro das atividades do Projeto GEF⁹, os agricultores estavam bem divididos: a metade tinha interesse e a outra parte não acreditava que a partir da reserva legal fosse possível gerar renda para todos. Cabe salientar que foi a partir dessa ação do PNUD que a Cooperativa dos Agricultores do Assentamento Vale do Amanhecer (COOPAVAM) foi criada; mais adiante veremos a importância da COOPAVAM para nosso estudo.

As formas convencionais de reforma agrária na Amazônia Legal são marcadas por ações equivocadas ou descuidadas na condução da política de assentamentos, ocasionando sérios problemas, não só na dimensão ambiental, mas sobretudo na social e cultural, levando a reiniciar o ciclo do êxodo rural. Assim sendo, o que era para ser uma área de reforma agrária, acaba por virar uma reconcentração fundiária, por conta do fato de o pequeno produtor não conseguir se manter na sua propriedade e ser obrigado a vender seu lote para o latifundiário vizinho ou para um outro assentado que acumula lotes (VARGAS, 2006).

A própria Casa Civil da Presidência da República reconheceu estes problemas, como demonstra o texto abaixo:

⁹*Global Environment Facility*, Traduzido para o português como Fundo Mundial para o Ambiente, é um mecanismo de cooperação internacional com a finalidade de prover recursos adicionais e fundos concessionais para cobrir custos incrementais em projetos que beneficiem o meio ambiente global.

Frequentemente, o Incra e órgãos fundiários estaduais têm criado assentamentos em locais isolados, desconsiderando características da paisagem natural (aptidão agrícola, topografia, drenagem, flora e fauna, etc.) e a presença de populações tradicionais (indígenas, seringueiros, castanheiros, ribeirinhos, etc.). A agricultura itinerante e a pecuária extensiva têm sido os usos predominantes da terra nos assentamentos rurais. Em precárias condições de sobrevivência, muitos produtores familiares acabam por abandonar suas áreas em busca de emprego ou terras em novas frentes de ocupação na Amazônia. Os compradores destas áreas (geralmente comerciantes locais, madeireiros e pecuaristas, inclusive colonos mais bem-sucedidos) adquirem terras por meio de transações informais. Como resultado desse processo de (re) concentração fundiária nos assentamentos de reforma agrária, observam-se tendências de aumento do desmatamento, associado à expansão da pecuária extensiva (Presidência da República, 2004, p. 13).

No supracitado assentamento não foi diferente, como os pequenos produtores não tinham experiência com meios de produção sustentáveis e tampouco tiveram capacitações, a floresta foi vista como um obstáculo para a produção (VARGAS, 2006). O resultado não poderia ser outro, pois, seis anos depois, a área de pasto era o dobro da de floresta, em alguns casos o lote já estava praticamente desmatado e o índice de evasão era de 60% em 2006 (VARGAS, 2006).

Muitas foram as dificuldades que provocaram o alto índice de evasão no assentamento, contudo Ferrante e Bergamasco (1995) trazem para a reflexão uma variável que pode ter influenciado a evasão e o fracasso econômico. Os autores desenvolveram um estudo em assentamentos no estado de São Paulo e concluíram que nas comunidades onde as pessoas estavam unidas, seja por laços de parentesco ou de amizades oriundas de vivências anteriores, os índices de evasão quase anularam, bem como apresentaram um melhor desenvolvimento econômico.

Sobre a participação dos assentados do “Vale do Amanhecer” em associações, Vargas (2006) relata que, na época de sua pesquisa, existiam duas associações constituídas, a “Associação dos Pequenos Agricultores Rurais do Projeto Piloto Vale do Amanhecer”, criada em junho de 2001, e a “Associação Agroecológica da Linha Dez do PA Vale do Amanhecer”. O índice de participação por lote era maior na Associação dos Pequenos Agricultores Rurais do Projeto Piloto “Vale do Amanhecer”, que estava em torno 79% na sua pesquisa de amostra, entretanto, atualmente não existe mais nenhuma delas.

No tocante à participação feminina em espaços como associações e cooperativas, Vargas (2006) constatou que era modesta na época de sua pesquisa, e, quando ocorria, estava relacionada ao fato dos maridos fazerem parte da associação ou quando a mulher é a cabeça do lote. Diante do exposto, cabe-nos refletir o porquê da ausência feminina nesses espaços.

Siqueira (2014) na sua pesquisa de dissertação denominada "Empoderamento de mulheres agricultoras: Possibilidades e limites de um projeto de desenvolvimento rural no semiárido baiano", na Universidade Federal da Bahia/UFBA, constatou que uma série de barreiras impedem a mulher de participar nas atividades de gestão administrativa e financeira no cenário econômico rural. No entanto, a principal barreira está dentro dela mesma, no sentido de encarar seu próprio medo e insegurança em sair da área doméstica, do espaço privado, uma vez que ela foi formada culturalmente para ser do lar, subordinada aos seus pais e ao marido.

Todavia, quando a mulher arrisca trilhar espaços que até então eram redutos exclusivos dos homens, ela enfrenta preconceito e discriminação tanto dentro de sua casa, como na sociedade como um todo (SIQUEIRA, 2014). Este é um grande desafio para a mulher agricultora. Para tanto, ela precisa *empoderar-se*, processo que se realiza nas interações com o outro.

4.1.1 Contextualização histórico social da Associação de Mulheres “Cantinho da Amazônia”

A AMCA originou-se da Cooperativa dos Agricultores do Vale do Amanhecer (COOPAVAM). Essa cooperativa foi registrada em maio de 2008 e surgiu do incentivo do PNUD através do Plano de Manejo Sustentado de Uso Múltiplo da Floresta, com a ideia de trabalhar com produtos florestais não madeireiros. A cooperativa comercializa a castanha do Brasil *in natura* e alguns de seus subprodutos: a barra de cereais e o óleo da castanha (COOPAVAM, 2016).

A COOPAVAM envolve um grupo importante de parceiros governamentais, membros da iniciativa privada e a sociedade civil organizada, a saber: INCRA,

CONAB, MDA, GEF, PNUD, SEMA-MT, FUNAI, Sindicato de Trabalhadores Rurais de Juruea, Associação do Povo Indígena Cinta Larga de Aripuanã, Associação do Povo Indígena Caiaby, Instituto Munduruku, Associação do Povo Indígena Apiacá, Associação de Desenvolvimento Rural de Juruea, AMCA, Jasmine alimentos orgânicos, Frutos da Terra, Natura Indústria de cosméticos e outras diversas organizações (COOPAVAM).

Cabe destacar que essa cooperativa foi vencedora do Prêmio Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, ODM Brasil, na 4ª edição. Os objetivos certificados pela ONU foram: erradicar a extrema pobreza e a fome; garantir a sustentabilidade ambiental; estabelecer parcerias para o desenvolvimento; promover igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres.

Mediante um “[...] processo de conflito de gênero e de espaço de trabalho” (LIMA, 2017, p. 91) surge a Associação de Mulheres “Cantinho da Amazônia”. Um grupo de oitenta e sete mulheres percebe que, no processo da extração do óleo da castanha, a farinha era descartada; foi assim que surgiu a ideia de utilizar este material como ingrediente em uma de suas receitas tradicionais de biscoito. O produto foi aprovado por elas e resolveram testar a aceitação do consumidor na cidade.

Visto que o produto teve boa aceitação, resolveram comercializá-lo. Logo os empreendimentos avançaram, pois uma das mulheres que já tinha trabalhado como apoio escolar da prefeitura municipal sabia que havia uma verba da alimentação escolar para a compra de produtos oriundos da agricultura familiar e não havia oferta do produto comercializado por elas. Assim, conquistaram mais um espaço no mercado consumidor.

No início, o biscoito era feito nas instalações da COOPAVAM à noite, quando não tinha expediente de trabalho. Com uma demanda crescente, o espaço cedido pela COOPAVAM não era mais suficiente, foi quando resolveram abrir a associação e também comercializar a castanha *in natura*. A Associação de Mulheres “Cantinho da Amazônia” foi registrada no ano de 2009.

Figura 4 – Primeira sede e a atual da AMCA



Fonte: Arquivo da AMCA

Apesar do sucesso do biscoito e da venda da castanha *in natura*, as associadas ainda acreditavam que por meio da castanha era possível criar novos produtos e aumentar seus ganhos. Dessa vez, resolveram agregar à receita tradicional de macarrão a farinha da castanha e perceberam que o produto tinha demanda. Contudo, encontraram um entrave para produzir o macarrão: teriam que comprar um equipamento para comercializá-lo em maior escala.

Como a PNUD é uma instituição parceira da AMCA, no ano de 2011, uma técnica desta instituição inscreveu a tecnologia social desenvolvida pelas associadas na Fundação do Banco do Brasil, com intuito de que, com o dinheiro do prêmio, elas pudessem comprar o equipamento para comercializar o macarrão. O resultado não poderia ser outro, foram vencedoras com o destaque para o empreendedorismo feminino e puderam trabalhar com mais um produto oriundo da castanha, o macarrão (DA SILVA; MIRANDA, 2016).

Em 2013, para conseguir mais investimentos e melhorias de vida para as famílias extrativistas da castanha, indígenas e agricultores familiares da região, a AMCA escreveu o projeto, intitulado de “CultivAção: florestania e ações que transformam vidas”, para a Petrobrás socioambiental. O intuito desse projeto era reaplicar a tecnologia social desenvolvida por elas, incentivando a abertura de novas associações de mulheres e promover a inclusão social, digital e de gênero (DA SILVA; MIRANDA, 2016).

O projeto foi aprovado e os cursos de artesanato, corte e costura, informática e conserva de legumes foram ofertados, assim como benfeitorias foram realizadas na AMCA, como a ampliação da fábrica e construção de barracões de estoque. Depois das ações do projeto, outras três associações de mulheres foram criadas na região por intermédio da AMCA: a Associação de Mulheres Indígenas Apiaká Kayabi Munduruku (AKAMU), a Associação de Mulheres Andorinhas do Canamã (AMAC) e a Associação Marias da Terra (AMATER) (DA SILVA; MIRANDA, 2016).

Figura 5 – Foto da inauguração de um dos prédios da AMCA com recursos do projeto CultivAção.



Fonte: Forest Comunicação

Na ilustração acima estão presentes a presidente, uma formadora e a gestora do projeto supracitado. Atualmente, a Associação de Mulheres AMCA não está executando nenhum projeto com recursos externos. A maior parte de seus produtos é comercializada para a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) pelo Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

4.1.2 Quem são as mulheres associadas à Associação de Mulheres “Cantinho da Amazônia”

Após a realização de uma breve caracterização do nosso universo empírico, a AMCA, o próximo passo é evidenciar quem são essas mulheres, quais suas principais características e como vivem. Para isso, são retomadas as anotações e observações realizadas nos grupos focais.

No quadro 01, encontra-se a caracterização das pesquisadas.

Quadro 01 – Caracterização das participantes do grupo focal.

Identificação	Tempo de associada	Idade	Estado civil	Quantidade de filhos
Associada 1	8 anos	56	Casada	5
Associada 2	8 anos	52	Divorciada	2
Associada 3	8 anos	49	Casada	2
Associada 4	1 ano	20	Solteira	0
Associada 5	5 anos	43	Casada	3
Associada 6	8 anos	42	Casada	2
Associada 7	4 meses	28	Casada	1
Associada 8	5 anos	42	Casada	2
Associada 9	2 anos	27	Casada	1

Fonte: elaboração da autora, 2017.

A idade das mulheres participantes do grupo focal varia entre 20 e 56 anos. Apenas uma das mulheres é solteira e não tem filhos. No tocante às experiências profissionais fora do reduto doméstico, antes do ingresso na AMCA, apenas a Associada 6 havia trabalhado.

As nossas pesquisadas, com exceção das Associadas 2 e 9, estão no assentamento “Vale do Amanhecer” desde o início. Cabe mencionar que, quando ingressaram ao assentamento, todas já estavam casadas. Desse modo, para quem

chegou com uma “mala” cheia de sonhos e com muita coragem para enfrentar os desafios, é uma grande vitória ter o seu pedaço de terra e ainda a oportunidade de crescer profissionalmente.

Assim como evidenciado nos estudos de Madail e Lange (1998) sobre as projeções de futuro das mulheres rurais, a realidade da AMCA não é diferente, pois o principal desejo é “[...] criar os filhos e buscar as oportunidades que não tiveram, como: a de estudar e viver uma vida menos desgastante” (MADAIL; LANGE, 1998, p. 50). A luta é para possibilitar aos seus filhos o acesso à cultura e aos bens materiais de modo natural, diferente de como aconteceu na vida das associadas pesquisadas.

O contexto vivenciado pelas assentadas consiste em uma vida rural, que exige delas o desenvolvimento de trabalhos braçais com o emprego de força. Junto com o pouco espaço e tempo para a prática do lazer, percebeu-se que as associadas não têm o hábito de visitar os vizinhos, o que ocasiona seu isolamento. Desse modo, a convivência na AMCA é um espaço em que elas podem conversar e trocar ideias com outras pessoas.

Entende-se que essas vivências se referem a um processo educativo não formal, que constroem novas sociabilidades essenciais para o convívio em sociedade. A realidade tem revelado uma ampla e diversificada teia de experiências empreendidas nessa modalidade educativa, como bem ilustra a prática educativa da AMCA.

4.2 A contradição como elemento da transformação e empoderamento das Mulheres da AMCA

Partindo do potencial humano da natalidade, inerente à condição humana, a AMCA traz em seu bojo a intenção de oportunizar às mulheres assentadas melhorias na qualidade de vida, não só no âmbito econômico, mas sobretudo no social. Assim, o objetivo da associação “[...] é promover a igualdade de gênero, o protagonismo de mulheres rurais, a geração de trabalho e renda, e o desenvolvimento socioambiental de forma associativa e participativa” (DA SILVA; MIRANDA, 2016, p. 9).

Após análise das reportagens sobre o início dos trabalhos da AMCA observa-se a intenção de divulgar uma imagem da associação como propulsora de empoderamento por meio do empreendedorismo feminino. Um panfleto produzido pela fundação Banco do Brasil (vide ANEXO A) apresenta como resultados das vivências na AMCA o “Empoderamento, a autonomia e a geração de renda para as mulheres”.

Contudo, quando os objetivos da pesquisa foram explicados, as associadas demonstraram não ter conhecimento sobre o termo empoderamento. Na medida em que a pesquisadora explicava o significado do termo, elas olhavam-se umas para as outras, balançavam positivamente a cabeça e logo entoaram: “*nós precisamos é disso mesmo*”! (ASSOCIADAS 5 e 6). Percebeu-se que o termo não é utilizado com frequência no contexto dessas mulheres, todavia elas têm consciência da necessidade de empoderar-se.

Cabe deixar claro que, desde os primeiros contatos da pesquisadora com a presidente, sempre ficou evidenciado que o termo empoderamento era um vocábulo comum no meio delas, uma vez que, segundo a presidente, o termo é um clichê utilizado nas palestras, feiras e congressos de que as associadas participam. Para o nosso estudo, o conhecimento do termo não altera os resultados da pesquisa, pois o enfoque da pesquisa é saber se as associadas se apropriaram do empoderamento por meio das vivências na AMCA.

A AMCA é um espaço dinâmico de movimentação coletiva, propício para a assimilação e produção de novos saberes, produto da capacidade de pensar e viver o mundo, úteis para ressignificar a realidade. Nesse espaço, as mulheres influenciam e são influenciadas pelo ponto de vista do outro, bem como se afirmam como sujeitos capazes de compartilhar experiências, exibir habilidades e competências. Tendo em vista que:

[...] ao se entrelaçarem os processos da socialização, da individuação e da singularização do sujeito, os homens aprendem uns dos outros, constituem-se em sujeitos sociais concretos da aprendizagem e adquirem, como pessoas, as competências que os tornam capazes de linguagem e ação para tomarem parte nos processos de entendimento compartilhado e neles afirmarem sua própria identidade (MARQUES, 1995, p. 16).

Para refletir sobre o significado dos aprendizados assimilados por intermédio das vivências na AMCA, destacamos o relato da Associada 5:

Eu só vivia pelos cantos da casa chorando, estava com depressão; aí eu comecei a trabalhar aqui, fui me entrosando com a mulherada e graças a Deus sarei. Eu acho que era porque eu ficava muito sozinha, isolada, o serviço era pouco, logo eu terminava e ficava lá pensando nos problemas. De vez em quando temos uns probleminhas aqui na associação, mas a gente supera e continua nossa amizade e a alegria. Eu dou graças a Deus por existir isso aqui, sou muito feliz trabalhando na associação.

As práticas educativas desenvolvidas nesse espaço não formal contribuem para que as mulheres se sintam mais fortes, seguras e confiantes, pois, juntas, elas estão transformando a si mesmas, conseqüentemente, dão sua contribuição para transformar a comunidade em que vivem. Isso só é possível graças aos laços de amizade construídos na AMCA e principalmente pelo conhecimento de aprender a conviver. Assim sendo, infere-se que as vivências coletivas têm um papel crucial na emancipação dos indivíduos.

Para Gohn (2002), os processos educativos na perspectiva emancipatória devem pleitear quatro objetivos estratégicos, a saber: ser, conhecer, conviver e fazer. O objetivo estratégico referente ao desenvolvimento do aprender a ser, refere-se às competências individuais que necessitam ser assimiladas e produzidas; o conhecer concerne ao desenvolvimento das competências para saber o que conhecer; o fazer, diz respeito às competências produtivas; ainda, sobre o objetivo estratégico conviver, trata-se de desenvolver competências na esfera interpessoal, aprimorar ou desenvolver a sociabilidade dos sujeitos nas relações com os outros, comunidade local e geral.

As possibilidades de ensino e de aprendizagem desenvolvidas nesses espaços não formais de educação são riquíssimas e abrangentes. A AMCA contribui com a formação plena das associadas, à medida que as vivências compartilhadas são recheadas de aprendizagens para o ser, conhecer, conviver e fazer – os quatros objetivos estratégicos propostos por Gohn. Desse modo, abre-se a possibilidade às associadas de construir novos caminhos diferenciados na busca de uma política emancipatória, com vistas a responder aos problemas vividos e ressignificar suas vidas.

Os processos educativos desenvolvidos na AMCA não se desenvolvem apenas nas vivências diárias, mas também na participação de encontros, feiras, oficinas, viagens, exposições e capacitações oriunda da execução dos projetos socioambientais gestados pela associação. Nesse encadeamento, a educação ocorre em diversos espaços e por meio de várias experiências, ou seja, ela se desenvolve nos ambientes que acompanham as trajetórias de vida dos indivíduos, dos grupos, das comunidades.

Os momentos formativos ofertados pela AMCA, por intermédio de projetos socioambientais aprovados em editais públicos, foram selecionados no coletivo com a intenção de profissionalizar a comunidade, principalmente as mulheres, como também desenvolver capacidades e habilidades para o convívio mútuo. Para Amartya Sen (2005), as políticas definidas pelos órgãos governamentais e sociedade civil em prol da promoção da equidade de gênero devem primar pela participação da mulher no processo de discussão e tomada de decisão de tais ações. Ou seja, “[...] qualquer tentativa prática de aumentar o bem-estar feminino, não se pode deixar de recorrer à condição de agente das próprias mulheres para ocasionar tais mudanças” (SEN, 2005, p. 221).

Nos oito anos da AMCA, foram realizados vários momentos formativos, a saber: Seminário sistemas agroflorestais, extrativismo de produtos não florestais e Economia Solidária; Encontro de mulheres rurais e indígenas do noroeste de MT; Feira da sociodiversidade do noroeste de MT; Viveirista em Fruticultura; Seminário “Protagonismo de mulheres, e o acesso a políticas de igualdade de gênero e economia solidária”; Produção caseira Conservas vegetais e hortaliças; Produção de derivados do leite – queijo; Cultivo de frutíferas e legumes (adubação e implantação de horta); Curso de corte e costura- Tapetes; Gestão estratégica de negócios e comercialização; Curso de controle agroecológico de pragas e doenças; Panificação caseira; Oficina de formação – Economia Solidária – Associativismo e Cooperativismo; Curso de pintura; Curso de gestão de custos de vendas; Organização processos produtivo e construção dos custos de produção; Cursos de Informática; Palestras com assistente social sobre direitos sociais; Relações interpessoais. Além dessas capacitações, a AMCA proporcionou às associadas conhecerem outras realidades de mulheres inseridas em associações mediante a

representação dos seus trabalhos em exposições, feiras da agricultura familiar, entre outros eventos do tipo. A seguir apresentamos fotos de alguns desses momentos formativos.

Figura 6 – Curso de Gestão de custos de vendas



Fonte: Forest Comunicação

Figura 7 – Associadas representando a AMCA em um evento em Brasília



Fonte: Forest Comunicação

Figura 8 – III Encontro de mulheres rurais e indígenas do noroeste de MT



Fonte: Forest Comunicação

Nessas vivências oriundas da participação social possibilita-se o direito de se expressarem e de se fazerem ouvir, mediante a experiência do diálogo, elemento fundamental para o processo libertador, que torna a educação uma prática social potencialmente transformadora (FREITAS, 2014).

Por meio do diálogo, a realidade se apresenta como algo que “está sendo”, e não algo acabado e determinado, outrossim em constante transformação pela qual todo cidadão é protagonista do processo (FREIRE, 2005). O potencial do diálogo como prática pedagógica capaz de transformar a realidade é explicado por Zitzkorski (2010) à luz do pensamento de Freire:

[...] o diálogo é a força que impulsiona o pensar crítico-problematizador em relação à condição humana no mundo. Através do diálogo podemos dizer o mundo segundo nosso modo de ver. Além disso, o diálogo implica uma práxis social, que é o compromisso entre a palavra dita e nossa ação humanizadora (ZITKORSKI 2010, p. 117).

Nessa perspectiva, as vivências desenvolvidas na AMCA representam uma possibilidade de construção de novos cenários. As mulheres assumem a posição de protagonistas durante todo o processo, sem a figura fixa do ensinante e do aprendente, pois, ao mesmo tempo, quem ensina também aprende e vice-versa. Isso é ilustrado pela fala da associada 6:

É assim que a gente faz aqui, uma ensina à outra e dá força para ninguém desanimar. Tem hora que uma ensina e outra aprende, depois aquela que estava aprendendo ensina uma coisa diferente para a colega e aí vai... todas são importantes aqui, ninguém sabe mais do que a outra. Tem dias que a gente chega aqui toda triste, choramos juntas e logo a tristeza vai embora e assim é que eu faço com todo mundo daqui da associação.

Mais adiante, a presidente relata uma vivência de como ocorrem os processos de ensino e de aprendizagem.

A associada 9 não é tímida, ela é caladinha, sempre eu tento trazer ela [sic] para trabalhar mais perto de nós, eu coloquei ela numa máquina diferente, ela ficou toda insegura, aí a mulherada foi dando força para ela falando que ela é capaz de aprender e ela conseguiu. É gostoso a gente ver o avanço das pessoas, hoje ela é uma das mais produtivas aqui.

Nesse clima permeado por sentimento de solidariedade e companheirismo, os processos de ensino e de aprendizagem fluem, polarizados em uma relação horizontalizada, na perspectiva de que “[...] toda prática educativa demanda de sujeitos, um, que ensinando aprende, e outro que aprendendo ensina” (FREIRE,

1996, p. 77). Nas figuras a seguir são evidenciadas as vivências cotidianas na associação, palco onde ocorre a maior parte dos processos educativos desenvolvidos nesse espaço.

Figura 9 – Vivências cotidianas na AMCA



Fonte: Acervo da AMCA

As fotos acima evidenciam o trabalho coletivo realizado pelas atrizes sociais pertencentes à AMCA e nos levam à compreensão de que a existência humana depende diretamente da relação com o outro para a evolução, uma vez que “[...] estar isolado é estar privado da capacidade de agir” (ARENDT, 1991, p. 201). Nesse interim, os processos de ensino e de aprendizagem são marcados por:

[...] encontros e desencontros, de possibilidades e limites, de sonhos e desejos, de encantos e desencantos, de atividade de reflexão, de interação e de mediação nessa construção que não é unilateral, mas acontece à medida que compartilhamos experiências, vivências, crenças, saberes, etc. numa ciranda que não se esgota, ao contrário, se desdobra,

se modifica, se multiplica, revela conflitos e se amplia (BOLZAN, 2002, p. 27).

Nesse contexto em que as atrizes sociais são aprendentes e ensinantes ao mesmo tempo, as aprendizagens ocorrem em um processo natural e significativo, sem imposições e tampouco pressões para atingir um maior número de informações. Quanto à utilidade dessas aprendizagens não formais para os sujeitos, Gadotti (2008, p. 4) afirma que elas “[...] servem para adquirirmos as habilidades e as competências do mundo do trabalho; serve para tomar parte nas decisões da vida em geral, social, política, econômica”.

Segundo o que dispõe o regimento da AMCA sobre sua finalidade, a associação se incumbe de desenvolver ações para garantir a sustentabilidade ambiental do assentamento “Vale do Amanhecer”, objetivo de alta relevância para o universo das mulheres assentadas, tendo em vista que, para garantir a subsistência das famílias assentadas, crucial se faz tal ação.

As aprendizagens geradas com essa finalidade são evidentes, tanto nas reportagens sobre os trabalhos na AMCA, como nas falas dos grupos focais. Uma nova cultura foi criada, desmitificando a cultura dominante em que o desmatamento é visto como única forma de desenvolvimento rendável. Isso foi verificado no grupo focal quando a associada 1 faz o seguinte relato:

Quando nós chegamos aqui no assentamento, a maioria de nós veio lá do Sul, eu mesma vim do Paraná, lá nós só sabia [sic] mexer com o gado e lavoura, e pra isso tinha que derrubar tudo pra ganhar dinheiro. Hoje não... nós entendeu [sic] que para a gente sobreviver a floresta tem que ficar em pé, é em tudo, aqui no assentamento nós ganha [sic] mais dinheiro com assim, em pé, é pra gente respirar, viver... porque se derrubar tudo, vai sobrar só poluição, daqui uns dias todo mundo morre, pois nós dependemos da natureza pra viver.

São oportunizados conhecimentos às mulheres para se qualificarem profissionalmente, tanto no aperfeiçoamento como na aquisição de novas técnicas e aptidões. Na realidade das nossas atrizes sociais, a AMCA é a uma das poucas opções de trabalho remunerado para as mulheres do assentamento “Vale do Amanhecer”, tampouco há políticas públicas na região que qualifiquem especificamente as mulheres para o mundo do trabalho. Nessa direção, importante se faz refletir sobre a necessidade de constituir novas práticas e ampliar a reflexão

sobre os caminhos das políticas públicas com o objetivo de qualificar as mulheres profissionalmente.

As vivências proporcionadas pela AMCA têm um enorme valor nesse contexto, uma vez que

Um indivíduo, quando participa de uma oficina, ele aprende a se relacionar em grupo, a respeitar o seu limite e o do outro, aprende o que é capaz de fazer com suas competências e habilidades, a ensinar os parceiros de atividade a receber orientações destes, enfim, é uma gama de aprendizagens (VERCELLI, 2013, p. 117).

A autora destaca a importância da participação em vivências de interação mútua, no sentido de possibilitar aos sujeitos o desenvolvimento de habilidades e competências para a sociabilidade, seja na relação com os outros ou com a natureza. Nessa direção, têm a oportunidade de dar um novo sentido para sua vida, tornando-se mais pleno pela realização profissional.

Segundo os estudos de Zapata (2003), a conquista da independência econômica, a participação em redes sociais, o acesso às informações e ao conhecimento formal, a confiança e a autoestima e o desenvolvimento de habilidades para assumir liderança são fatores impulsionadores do empoderamento. Nessa perspectiva, a AMCA impulsiona o processo de empoderamento das associadas.

Para as associadas, viajar para exposições e feiras da agricultura familiar representando a associação, promove vivências mais significativas, uma vez que possibilita o reconhecimento e a valorização do seu trabalho. Essa afirmação pode ser demonstrada pela fala da associada 6.

Quando a gente ia representar a AMCA nas feiras, nós se achava. [explique para nós o que quer dizer essa expressão] Nós se achava [sic] as “donas” do pedaço. Todo mundo fazia perguntas de onde que a gente veio, como que a gente trabalha. Elogiavam nosso trabalho. Nós se sentia [sic] reconhecida e com a autoestima lá em cima. Lembro que tinha dois homens que já conheciam aqui e falavam pra gente: conheci o lugar de vocês lá, é muito bonito, organizado e vocês têm tudo para crescer. Nós se sentiu [sic] lá em cima (ASSOCIADA 6).

Nesse instante, todas se olharam e, com um sorriso, demonstraram orgulho em fazer parte da história da AMCA. Percebeu-se que tais momentos fortalecem as mulheres para continuar persistindo na associação, vislumbrando uma sociedade

mais justa e igualitária. Além disso, tal momento contribuiu para a construção de uma visão crítica da realidade em que estão inseridas. Em um dos tópicos do grupo focal, discutiu-se sobre a visão do grupo de outras associações que foram visitadas. A associada 4 explica como funciona o trabalho em uma associação do Acre. *“O pessoal é muito focado. Tem um objetivo e vai fundo nele, eles agem como um coletivo com muita responsabilidade e ética. As decisões são todas compartilhadas diferentes daqui. Pela maioria de votos as decisões são tomadas”*.

Como acontecido no mito da caverna narrado por Platão, só foi possível analisar a realidade de modo crítico e coerente, quando se teve contato com outra realidade. É válido mencionar que as associadas pesquisadas não tinham nenhum conhecimento sobre o associativismo antes de ingressarem na AMCA, assim como na época do surgimento da AMCA não havia nenhuma associação de mulheres na região. A associada 5, que é uma das fundadoras da AMCA, relata um aspecto positivo evidenciado após visita de uma feira da economia solidária:

Nós não tinha [...] dado conta de onde a AMCA chegou. Em uma dessas feiras que a gente vai [sic], veio um homem estudado e fez perguntas sobre o nosso trabalho e depois fez muitos elogios, pois ele já conhecia nossa região, as nossas dificuldades enquanto assentados e ficou admirado como o assentamento conseguiu avançar pela AMCA.

O que se notou, no caso em análise, é que os momentos oportunizados pela AMCA, principalmente as visitas nacionais e internacionais em feiras para a divulgação dos produtos, possibilitaram a retomada da esperança que move a busca por dias melhores. Desse modo, é devolvido o direito de sonhar às associadas, de reinventar a história de vida de cada uma, no sentido de dar novos significados para as vivências no assentamento. Freire (1992, p. 91) enfatiza que “[...] não há mudança sem sonho como não há sonho sem esperança”.

Nessas circunstâncias, segundo os ensinamentos de Paulo Freire, o sonho é a mola propulsora para as transformações sociais que leva os sujeitos ao protagonismo da sua história. Corroborando com a mesma perspectiva teórica, Freitas (2010, p. 380) destaca que “o sonho [...] tem forte conotação política e está associado à visão de história como possibilidade”. Assim sendo, o sonho se apresenta como possibilidade para o indivíduo deixar de ser um mero coadjuvante

da sua história para assumir o papel de protagonista cuja escrita não é imutável e muito menos determinada.

De acordo com Freire (2005), a necessidade de o sujeito ter sonhos utópicos não remete necessariamente a algo inalcançável ou a um sonho impossível, mas, sim, à esperança da construção de uma realidade exequível, sem opressões. Nessa perspectiva, os sonhos utópicos agem como combustíveis do desejo de querer lutar em prol de sonhos possíveis para a transformação de uma sociedade mais justa e igualitária. Nas palavras de Freire (1979, p. 16):

[...] o utópico não é o irrealizável; a utopia não é o idealismo, é a dialetização dos atos de denunciar e anunciar, o ato de denunciar a estrutura desumanizante e de anunciar a estrutura humanizante. Por esta razão a utopia é também um compromisso histórico.

Sonhar e lutar para realizar os sonhos fazem parte da nossa natureza humana. Para concretizar os sonhos utópicos é imprescindível somar forças e manter a esperança utópica para criar o que Freire denomina de *inéditos viáveis*. Sterling (2008) explica, à luz da teoria freiriana, esse conceito, ou seja, “inédito-viável” é a possibilidade ainda inédita de ação, é a futuridade histórica que não pode ocorrer se não for superada a situação-limite, transformando a realidade com práxis” (p. 77).

Sob este ângulo, é importante:

[...] atrever-se a sonhar, imaginar, encorajar a sonhar, fantasiar, desatar temores e medos das possibilidades da criação, da arte. Não ter medo do que pode o pensamento imaginoso. [...]. Não há ação, realização, empreendimento, ato, sem desejo, um sonho sonhado antes, realizado de forma antecipada na mente (MENESES, 2001, p. 137).

De acordo com Leon (2000, p. 96), espaços de aprendizagens como associações são de grande relevância para as lutas sociais, à medida em que “[...] o empoderamento como autoconfiança e autoestima deve integrar-se em sentido de processo com a comunidade, cooperação e solidariedade”.

O resultado do empoderamento constituído pelas relações coletivas potencializa as condições do grupo para ter o acesso ao poder econômico, social e político (OAKLEY; CLAYTON, 2003). Com essa perspectiva, pode-se afirmar que o empoderamento atua como elemento capaz de amplificar as vozes das minorias sociais, promovendo a inserção social e política dos grupos.

Acredita-se que somente via empoderamento dos sujeitos seja possível concretizar o sonho de usufruir de uma sociedade democrática, uma vez que o empoderamento gera capacidades individuais e coletivas para os sujeitos gerirem suas vidas e o coletivo com autonomia, liberdade e criticidade.

De acordo com os estudos de Romano e Antunes (2002), assim como relatos de experiências em diversas partes do mundo, a participação em coletivos é vista como um mecanismo eficaz para alavancar o processo de empoderamento, em virtude das metodologias utilizadas nesses espaços virem ao encontro das reais necessidades das pessoas.

É fundamental deixar registrada neste estudo a relevância que as nossas atrizes sociais atribuem às pesquisas acadêmicas e às visitas de ONG's para a continuidade dos trabalhos da AMCA. A Associada 8 declara que:

Essas pessoas que vêm aqui nos visitar ajuda muito nós [sic], às vezes elas podem pensar assim: não vou lá ocupar o tempo delas, mas não, nós acha [sic] bom. Isso divulga muito nosso trabalho e nos coloca pra cima, nós sente [sic] que estamos indo no rumo certo.

As ações da AMCA por si só não levam ao empoderamento, todavia, elas possibilitam momentos que podem ser pontes para que os sujeitos desenvolvam habilidades para adquirirem o poder sobre suas vidas, ou seja, o empoderamento. De acordo com Horochovski e Meireles (2007, p.482), proporcionar condições para que as pessoas se empoderem é “[...] permitir aos indivíduos ter voz, visibilidade, influência e capacidade de ação e decisão”.

4.3 A materialização da intenção utópica

As vivências das atrizes sociais na AMCA fazem parte de um processo de interlocução de vozes femininas que se aproximam, solidarizam-se, compartilham alegrias e problemas cotidianos em um processo de fortalecimento mútuo. Desse modo, riquíssimos aprendizados são gerados com criatividade para longo da vida, mediante a capacidade de ressignificar o contexto vivido, com o intuito de dar novos recomeços para a história individual e coletiva das associadas do “Vale do Amanhecer”.

De acordo com Oliveira (2007),

Historicamente, os grupos de mulheres são espaços privilegiados para que as mesmas possam expressar sentimentos e emoções (medos, desejos, dores), valores, ideias, assim como falar dos problemas enfrentados na vida cotidiana e realimentar sua autoestima. Também é nele e a partir dele onde se reconstroem e se recriam novas formas de se relacionar consigo mesma, com os outros e com o mundo, respeitando suas diferenças e superando limites (OLIVEIRA, 2007, p. 89).

Leon (1997) corrobora esse mesmo pensamento e acrescenta que só é possível uma transformação da sociedade patriarcal por meio da interação em coletivos. Nos grupos de mulheres, há a possibilidade de exercer a *práxis* da realidade imposta, reconhecendo-se como sujeitos de direitos e apropriando-se dos mesmos. Segundo a filósofa Marilena Chauí (1982), para que as mulheres se reconheçam como sujeitos de direitos, uma das condições é o enfrentamento em grupo perante as desiguais relações de gênero que as limitam no modo de pensar, querer, sentir e agir. Dessa maneira, o grupo torna-se referência para a conquista de direitos e da cidadania política.

As aprendizagens advindas da vivência e da experiência desenvolvidas na AMCA são geradas no esforço por entender e fazer a vida em um processo de autoafirmação da própria identidade. A associada 7 narra um acontecimento pessoal em que as vivências na AMCA foram fundamentais para a construção de sua autoaceitação e autoconfiança.

No início, quando eu comecei a trabalhar aqui, eu não sabia que estava gestante, foi uma gravidez sem planejamento em um momento difícil da minha vida. Fiquei apavorada, mas, graças a Deus, com as conversas das meninas daqui da AMCA, fui melhorando e aceitando a gravidez. Se não fosse o convívio aqui, eu teria entrado em uma depressão séria (ASSOCIADA 7).

Esse dado aponta fagulhas de empoderamento, uma vez que as outras associadas ajudaram, pela interação mútua, a Associada 7 a reconhecer o sua estima, sua força dentro de si, já que, por vários motivos no decorrer do processo de sua vida, essa autonomia foi abafada ou freada por outras formas de dominação estabelecidas. Oliveira (2007) impulsiona a seguinte reflexão: “empoderar” não é um ato que consiste em “dar” às mulheres o “poder”, no sentido de que as mulheres estavam despossuídas dele, mas, sim, é contribuir para que elas redescubram que são portadoras do poder e devem exercê-lo.

Importante destacar que a Associada 7 sempre teve o sonho de participar da AMCA, contudo, o esposo a proibia. Após uma fatalidade do destino, o esposo se acidentou e as dificuldades financeiras asseveraram, junto com a descoberta de uma gravidez sem planejamento. A AMCA representou para a associada, nesse momento, não só o sustento financeiro, mas o sustento psicológico e social.

O empoderamento representa a retomada do controle sobre “nossos corpos, nossas vidas” (SARDENBERG, 2009, p. 2), pois muitas vezes as mulheres são privadas da liberdade de tomar decisões sobre suas opções de vida, seus bens, suas opiniões e até mesmo sobre sua sexualidade e reprodução. Sen (2005) ressalta que o controle do próprio corpo, da sexualidade e da reprodução são efeitos do empoderamento feminino, uma vez que a mulher empoderada encontra-se dotada da liberdade e da autonomia para realizar suas escolhas.

A realidade vivenciada pela Associada 7, em que havia uma contradição entre o seu querer e a obediência à opinião do marido, faz parte do cotidiano de muitas mulheres da classe trabalhadora e da classe média baixa (ANYON, 1990). Nas palavras do autor “[...] manifesta-se na ruptura entre a vontade de seus maridos de que permaneçam em casa e sejam submissa e a necessidade de reconhecimento de sua competência e de autoestima” (ANYON, 1990, p. 14).

A pesquisa constatou que os homens têm dificuldades em aceitar a inserção da mulher no mundo do trabalho, pois apenas um marido das associadas pesquisadas a apoiou nessa nova caminhada. Apesar da opinião contrária dos companheiros, as atrizes sociais assumiram uma postura firme de não ceder às “vontades” dos maridos. Não obstante, mulheres desistem de seus sonhos e objetivos mediante a pressão masculina. A Associada 6 relata a reação dos maridos frente à decisão das esposas trabalharem na AMCA: *“No começo os maridos daqui não acharam muito bom não, professora. O meu mesmo enchia muito minhas paciências para eu não trabalhar aqui, mas ele acabou desistindo porque eu não largo de trabalhar aqui mesmo”*.

Diante do exposto, verificaram-se sinais de empoderamento perante a atitude das mulheres em resistir à pressão masculina em prol da realização de seus objetivos. Na visão de Freire (2000), um dos fundamentos do empoderamento é a

capacidade que os indivíduos possuem de decidir sua própria vida e de lutar por seus direitos. Nessa direção, espaços que possibilitam condições para que os indivíduos decidam sobre sua própria vida, assim como encontrem meio para que possam no coletivo obter transformações sociais reais são espaços propulsores de empoderamento.

Cabe ressaltar que essa reação dos maridos advém da mentalidade patriarcal impregnada na sociedade. Contudo, quando as mulheres começam a questionar os traços do patriarcado surge o conflito, elemento fundamental para reverter a situação, pois possibilita tanto as mulheres, como aos homens realizar a *práxis*, rompendo com a reprodução do que culturalmente lhes foi imposto. Sob este ângulo, Deere e Léon (2002, p. 52-55) enfatizam que “o empoderamento da mulher implica mudanças não apenas em sua própria existência, mas também nas de seus companheiros e familiares”.

As estudiosas Deere e Leon (2002) nos fazem refletir sobre a situação dos maridos perante a conquista do poder das esposas: será o empoderamento feminino um mecanismo contrário ao empoderamento masculino? As autoras argumentam que “[...] pode levar ao desempoderamento do homem, certamente, leva à perda da posição privilegiada de que desfruta sob o patriarcado”, todavia, quando as mulheres estão empoderadas, isso possibilita um efeito que “[...] libera e empodera o homem no campo tanto material quanto psicológico” (DEERE; LEON, 2002, p. 54).

Nessa perspectiva, há uma libertação tanto das mulheres como dos homens, uma vez que o patriarcado atribui ao homem o papel de ser forte e viril, de jamais fracassar e, ainda, de ser o único responsável pelo sustento financeiro da família. Contudo, quando há uma relação entre os gêneros igualitária, as responsabilidades são compartilhadas sem predeterminações.

Na busca por relações de gênero mais igualitárias, as atrizes sociais da AMCA buscam se autoafirmar na sociedade como mulheres assentadas capazes de competir no mercado de trabalho de igual para igual, tanto com outras mulheres, como com os homens e, assim, conquistarem a sonhada independência financeira e, por conseguinte, o empoderamento. Em uma das visitas da pesquisadora à

AMCA, a presidente enfatizou que: *“A AMCA faz muito bem para a mulherada que vem trabalhar aqui. Tudo que a gente faz aqui é para melhorar a qualidade de vida delas, para elas terem o tal do empoderamento de que se fala tanto nos cursos que a gente vai”*.

A fala da presidente é procedente; de fato, nas vivências proporcionadas pela AMCA acontecem múltiplos aprendizados que melhoram a qualidade de vida das associadas com possíveis efeitos de empoderamento. Contudo, Ana Maria Lima, na sua tese produzida em 2017 para o Programa de Pós-Graduação em Administração na UNISINOS, constatou que as associadas não possuem o sentimento de pertencimento e de propriedade do que está sendo construído no assentamento. Isso é preocupante, ao passo que a luta para a conquista do poder da comunidade é alavancada pelos laços de pertencimento e identidade (GOHN, 2014).

Um elemento inibidor da criação dos laços de pertencimento percebido pela pesquisa de campo é falta de critério de seleção das associadas que irão trabalhar, já que a AMCA não trabalha em regime de retiradas e sim por pagamento de diárias trabalhadas. Isso gera divisões entre as associadas. A associada 6 embasa a nossa afirmação quando afirma que:

Aqui é complicado, por conta que é a (nome da presidente) que escolhe quem vai trabalhar, ela diz que escolhe quem mostra serviço e quem sempre está disposta a trabalhar. As outras mulheres que não são chamadas com frequência para vim trabalhar, fala [sic] que a gente é “puxa-saco” dela e ficam com raiva da gente, sem a gente ter culpa de nada. Aí elas não se envolvem com nada e olham a gente de “cara virada”.

Trabalhar em grupo é uma experiência nova e desafiadora para as associadas, inclusive para a presidente, pois por muito tempo essas mulheres desenvolveram seus trabalhos de modo individual. As associadas relataram evasões provenientes da dificuldade de conviver em grupo e da descrença de que é possível construir juntas um projeto visando à sustentabilidade financeira e social. É necessário mencionar que o potencial empoderador dos grupos de mulheres reside a premissa de “[...] alcançar junto com os outros o que não seria possível conquistar sozinho” (TOWNSEND *et al.*, 2002, p. 51).

Buscamos compreender se o posicionamento da presidente perante o processo de escolha das diaristas representa uma ação desempoderadora das associadas. Não foram encontradas nas atas da AMCA reclamações sobre esse assunto. Durante as visitas *in loco* e pelas conversas da pesquisadora com a presidente e a secretária via celular, percebeu-se que a presidente é uma pessoa pró-ativa, com facilidade e boa vontade para resolver os desafios cotidianos que toda associação enfrenta. Por outro lado, isso pode implicar a acomodação das associadas. No entanto, o posicionamento da presidente pode evidenciar a existência de uma relação de poder verticalizada presidente-associadas. Nas duas hipóteses é possível identificar que essa situação representa uma ação de desempoderamento.

Conforme os estudos de Zapatta (2003), as responsabilidades domésticas são um fator inibidor do empoderamento, assim como “a opressão, a dependência econômica, a falta de apoio, a falta de capacitação e de maior participação” (ZAPATA, 2003, p. 225-249). Considerando tal estudo, investigou-se se a AMCA estabelece algum tipo de dependência passível de afetar a continuidade dos seus trabalhos. A principal fragilidade para a continuidade do empreendimento, segundo Lima (2017), é a dependência dos recursos financeiros dos projetos socioambientais, pois desde o início da AMCA o referido recurso garantiu a infraestrutura da AMCA, bem como a compra de estoques ao longo desses oito anos.

Quando no grupo focal questionou-se sobre a existência de uma relação de dependência da AMCA com parcerias externas, como a PETROBRÁS Socioambiental, percebeu-se um clima tenso e inseguro, apesar da resposta firme da associada 4:

Nós não vamos parar, apenas nosso ritmo diminuirá. Já estamos firmes, o pessoal que veio aqui do SEBRAE e o secretário estadual de Agricultura nos falou que a nossa fábrica está completa, só precisamos nos organizar para ter sempre o dinheiro para comprar o estoque.

Mesmo diante de um contexto que limita as associadas a assumirem o protagonismo da história da AMCA, a presente pesquisa constatou que as atrizes sociais não se restringem a este fato, elas vão além, pois, por meio das relações de amizades, solidarizam-se e se fortalecem entre si em busca da construção de um

espaço de trabalho e de uma sociedade mais digna e justa. Desse modo, elas deixam de ser coadjuvantes da história da própria vida e assumem um papel ativo no processo de construção do conhecimento. Segundo a Associada 6:

[...] trabalhar aqui é uma terapia. Às vezes a gente sai de casa com uma cabeça cheia de problemas, chega aqui conversa com uma e conversa com outra e logo passa o mal-estar, quando é no final do dia voltamos para casa aliviadas e leves.

Os sentidos da existência humana vão sendo construídos pelos processos educativos perante uma realidade que não “é”, mas “está sendo”, logo, é possível sua transformação (FREIRE, 2005). Os processos de aprendizagem encadeados na AMCA possibilitam avanços progressivos político-psicológicos que impulsionaram mudanças na vida social das associadas. As associadas demonstram consciência da importância das vivências na AMCA, não apenas para gerar renda, mas para o aumento da autoestima e autoconfiança repercutindo melhorias nas relações interpessoais das associadas, tanto no âmbito da associação, como em outros espaços. A associada 6 afirma que: “*Antes conviver aqui eu era muito estourada, hoje em dia sou muito mais calma, aprendi a lidar com as pessoas*”.

A aprendizagem consiste na capacidade de recriar, reconstruir ou mudar o existente, não como uma mera adaptação do ser humano à realidade, de tal modo que seja possível efetuar transformações sociais, sob esta perspectiva as aprendizagens são construídas na AMCA inundadas por sentimentos de felicidade, aconchego e alteridade. A Associada 5 referenda essa afirmação quando menciona que: “*Aqui uma ajuda a outra. Eu estou achando que vou cair no buraco, aí chega ela e diz: calma Associada 5, não é por aí, é por aqui; não faz isso não. Então, uma ajudando a outra para ficar um mundo melhor*”.

Segundo Sawaia (2003), a alegria, a felicidade e a liberdade são tão necessárias para a vida dos seres humanos como as necessidades de alimentação, abrigo e reprodução. Analisando por essa ótica, o significado de cidadania vai além de ter condições para a participação cidadã, ele se entrelaça com a necessidade da formação de laços sociais de solidariedade (SILVA, 2004).

Seguindo essa linha de raciocínio, é por meio da humanização das relações sociais que será possível “Chegarmos à verdadeira democracia que exige a superação de todas as formas de discriminação e dominação de classe, de raça e de gênero” (SILVA, 2004, p. 3).

Partindo da premissa de que a humanização das relações tem como base a liberdade de pensar e agir e “[...] só as pessoas livres são gratas umas às outras e estão ligadas por fortes laços de amizade e as servis ligam-se por recompensa e medo”, conforme Sawaia (2003, p. 61), detectou-se a humanização das relações estabelecidas na Associação de Mulheres “Cantinho da Amazônia”. Na convivência na AMCA, as mulheres se sentem livres, constroem relações duradoras e saudáveis. A vontade de vencer juntas reflete na continuidade dos trabalhos.

Isso fica evidente quando a Associada 6 junto com Associada 5 mencionam que:

Aqui o que espantou a mulherada de continuar trabalhando aqui foi o fato delas virem pra cá, só pensando no dinheiro, aí deu a crise e elas abandonaram Nós acredita [sic] nisso aqui, quando não venho aqui faz falta (ASSOCIADA 6).

Se nós não tiver [sic] garra e persistência para deixar isso aqui em cima, isso aqui já tinha acabado, muitas desistiram, mas nós continua [sic] com muita força e garra. Vamos continuar, é muito bom a gente saber que faz parte de um grupo e nós juntas vamos vencer tudo (ASSOCIADA 5).

Sawaia (2003, p. 60) afirma que, “[...] quando há uma ação transformadora, o afeto é indissociável da reflexão crítica, pois as ideias da alma são as afecções do corpo e não ideias inadequadas, impostas socialmente”. Segundo os relatos, a AMCA é vista pelas associadas como um espaço de expansão de suas vidas, já que se sentem como uma família, pois aprenderam lidar com as diferenças das colegas e há uma preocupação com o bem-estar de todas, como mencionou a Associada 5:

A AMCA representa nossa casa, estamos aqui como uma família. Eu chego aqui com um problema aí vem minha amiga e me abraça, tenta me entender. A dor dela dói em mim, hoje nossa amiga perdeu um pedaço de um dedo trabalhando aqui; ficamos todas comovidas, pois nós queria [sic] salvar o dedinho dela e nós não conseguimos. Então quando algo dói nela (apontou para as amigas) dói em mim também. Às vezes uma erra com a outra, porque nós somos seres humanos, aí nós sabemos pedir desculpas. Então eu considero a AMCA como uma casa, uma família.

A participação na AMCA possibilitou às mulheres adquirirem mais confiança em si mesmas, pois elas se consideravam muito tímidas e, hoje, não são mais, estão preparadas para enfrentar os obstáculos da vida com o apoio mútuo, nas palavras da Associada 4:

O que eu considero que melhor aprendi aqui foi a capacidade de conversar com pessoas diferentes, antes eu não tinha coragem, “morria” de vergonha, agora eu consigo, nunca tinha andando de avião, hoje entro em tudo qualquer lugar, converso com todo mundo e não estou nem aí pelo que vão falar.

A narrativa descrita revela a consolidação de um aprendizado que levou à superação da insegurança, do sentimento de menos valia por ser mulher e assentada. Desse modo, a associada teve acesso a um novo universo que estava à sua disposição, porém não se achava merecedora e nem segura para interagir nesse novo contexto. Conforme os estudos de Batliwala (1997, p. 201), é “[...] através do empoderamento que as mulheres conquistam o acesso a um novo mundo de conhecimentos que lhes permitem ampliar suas opções tanto para suas vidas pessoais como públicas”.

Mediante os dados relatados verificaram-se fagulhas de empoderamento resultantes das vivências proporcionadas pela AMCA. Batliwala (1997) sublinha que o processo de empoderamento das mulheres só ganha força quando elas estão inseridas em coletivos, na luta contra a subordinação e o isolamento. Essa afirmação é constatada quando as associadas relatam a importância da participação na AMCA como pilar para o enfrentamento das dificuldades cotidianas. Isso foi evidenciado no segundo grupo focal em uma atividade em grupos de três integrantes.

A atividade proposta consistia em criar uma propaganda televisiva para atrair novas sócias à AMCA. Com essa missão, cada grupo se reuniu para debater e criar um roteiro. As propagandas foram filmadas e, posteriormente, assistidas no coletivo. Foi um momento bem divertido. Os risos e a descontração tomaram conta do lugar.

As propagandas de cada grupo serão relatadas na íntegra, a fim de oferecer ao leitor um pouco dos momentos riquíssimos de aprendizado que a pesquisadora vivenciou enquanto coletava os dados.

Venho através da AMCA convidar para se unir a nós. Aqui somos uma família, queremos nos unir para nós vencer [sic] todos os obstáculos. Além disso, vamos ter uma renda da quebra, do macarrão e paçoca. Faz bem pra [sic] saúde trabalhar, e é uma terapia pra [sic] cabeça e coração e pro [sic] casamento, porque isso aqui já salvou muito casamento. Além disso, mostra que nós, mulheres, somos capazes de mudar o mundo (TEXTO EXTRAÍDO DA FILMAGEM DA PROPAGANDA DAS ASSOCIADAS 1, 5 e 6).

Questionei como as vivências na AMCA salvam casamentos?

Por exemplo, tem vez que a Associada 6 está triste porque conversou lá em casa com o marido e ele não está muito de acordo com ela. Aí ela chega em mim e diz: -Associada 5, eu não sei, minha vida está difícil. Aí eu digo: Minha amiga é assim mesmo, nós vai [sic] vencer, calma, respira fundo, vamos quebrar a castanha; você vai ver que em casa vai dar tudo certo. Quando chega lá... (olhares de cumplicidade e de forte amizade). Aí chega em casa, está tudo de boa [sic]. É isso aí. Estamos esperando as meninas para vim quebrar a castanha e fazer bastante macarrão, venham as meninas para a AMCA (ASSOCIADA 5)!

O segundo grupo utilizou os seguintes argumentos:

Venham mulheres trabalhar na associação. Sabemos que têm dificuldades, mas juntas podemos superar. Se estamos em casa não temos um ganho e ficamos pensando em problemas. Então aqui fazemos amizades, sorrimos e o dia passa. Na associação podemos expandir novos produtos, ter novos mercados, podemos fazer viagens, conhecer novos lugares, conhecer novas pessoas, adquirir novos conhecimentos. Gostou? Venha conhecer e traga novas ideias, temos certeza que vocês vão gostar. Venham fazer parte, ficaremos muito felizes (TEXTO EXTRAÍDO DA FILMAGEM DA PROPAGANDA DAS ASSOCIADAS 2, 3 e 7).

Já o último grupo alegou que a AMCA é um lugar

Onde você cresce junto com a associação; tem uma renda extra; lugar onde vem você e seus familiares; onde não faltará o produto e será de qualidade; reconhecimento do trabalho garantido com bonificações e as opiniões são bem aceitas (TEXTO EXTRAÍDO DA FILMAGEM DA PROPAGANDA DAS ASSOCIADAS 4, 8 e 9).

Para facilitar a interpretação das informações relatadas pelo último grupo, solicitei que reforçassem sobre a existência de ganhos não financeiros advindos da participação na AMCA. A associada 4 relatou a síntese das opiniões de suas colegas sobre o assunto:

Acho que o principal é o reconhecimento dos maridos, de todo mundo, pois muitas mulheres se sentem desvalorizadas e tem também o reconhecimento pelas outras associações. Quando a gente sai pra [sic] fora e diz que fazemos parte de uma associação de mulheres, só mulheres que participam? A maioria são mulheres. É muito bom! Faz a diferença

para a mulher dentro do assentamento. É fazer a diferença. A associação faz a diferença!

A consciência evidenciada pelas atrizes sociais demonstra a importância da participação na AMCA para seu reconhecimento como pessoa, cidadã, sujeito da sua história e agente de transformação. Um elemento fundamental para percepção de si próprias é o reconhecimento do seu trabalho, principalmente por parte dos companheiros. A Associada 5, com muita satisfação e alegria, salienta que: *“Muitas vezes o homem fala que lugar de mulher é na cozinha; a mulher não dá conta de fazer isso. Aí nós mostra [sic] que nós dá conta, nós é capaz [sic], nós é mulher”*.

Sen (1990) aponta o aumento do bem-estar e da autoestima feminina, bem como o reconhecimento dos outros membros da família sobre a contribuição da mulher, como os principais efeitos na vida das mulheres oriundos de sua participação no mercado de trabalho. Nessa perspectiva, o autor argumenta que a autonomia financeira feminina conduz ao empoderamento.

Identifica-se no relato dessa associada indícios de empoderamento, considerando que a mulher empoderada no percurso da construção de sua identidade pessoal e coletiva vai se reconhecendo como ser humano de direitos, construtor da sua história e capaz de realizar transformações sociais. Estar empoderada vai além de apenas ter o acesso à tomada de decisões, é se perceber como capaz e merecedora de protagonizar sua história tanto no espaço privado, como no público (ROWLANDS,1995).

Percebe-se, portanto, que as práticas educativas desenvolvidas na AMCA têm despertado e impulsionado nas mulheres, através de suas aprendizagens e saberes, a prática da alteridade, visto que as atrizes sociais aceitam as diferenças e vão ao encontro do *alter* (outro) com responsabilidade para responder às demandas alheias, sem esperar nada em troca. Nessa relação de estar juntas “para o que der e vier” é que as mulheres vão se constituindo como sujeitos da própria história.

À luz dos estudos de Dussel (2006), a pesquisadora Sílvia Maria dos Santos Stering (2016, p. 20) salienta que:

Na relação alteritária estão sempre presentes os fenômenos holísticos da complementaridade e da interdependência, no modo de pensar, de sentir e de agir, onde o nicho ecológico, as experiências particulares são preservadas e consideradas sem que haja a preocupação com a sobreposição, assimilação ou destruição destas.

Trata-se de perceber o outro com valorização e consideração, sem o intento de modificá-lo, outrossim como um ser complementar e interdependente. Ao mesmo tempo em que contribuo para autoafirmação e formação da identidade do outro, me construo e autoafirmo como ser humano, corresponsável pela minha existência no mundo. Paulo Freire (2000, p. 33) reforça que:

Se, na verdade, não estou no mundo para simplesmente a ele me adaptar, mas para transformá-lo; se não é possível mudá-lo sem um certo sonho ou projeto de mundo, devo usar toda possibilidade que tenha para não apenas falar de minha utopia, mas participar de práticas com ela coerentes.

Um elemento chave para assumir o protagonismo da própria vida para os seres humanos, principalmente para as mulheres, é a inserção no mundo do trabalho, visto que estamos inseridos em uma sociedade capitalista. Ao elevar o saber-fazer, a competência técnico-política, quando adentram nesse novo contexto, são construídos novos valores que permitem a percepção dos sujeitos como merecedores e capazes de construir um novo começo da própria história, rompendo com toda uma sucessão de fatos que os oprimem. Hannah Arendt (1991) explica que essa capacidade de renascer é própria da condição humana, para tanto, o sujeito tem de ser agente desse processo por meio da ação.

Para as atrizes sociais, a aquisição do poder de compra resultante do seu trabalho proporciona liberdade, possibilidade de elaboração de planos, de realização de sonhos, de inclusão social, tanto no mundo do consumo como em outros patamares sociais. Nessa direção, surgem novas possibilidades de ressignificar o sentido de sua vida e assim construir sua emancipação.

Segundo Kabber (2014), o trabalho remunerado possibilita o deslocamento no campo das desigualdades de gênero, na medida em que contribui para a redução da pobreza e, conseqüentemente, para o desenvolvimento e o crescimento econômico, com potencial de compensar as desigualdades de gêneros em vários sentidos e assim transformar a vida das mulheres e meninas. Desse modo, de acordo com a autora supracitada, o trabalho tem um potencial

empoderador, “[...] uma vez que se relaciona à capacidade das mulheres de terem voz e interferirem nas arenas primordiais de suas vidas que propiciam o ímpeto para mudanças” (KABBER, 2014, s.p.).

Nessa perspectiva, pela aquisição da autonomia financeira, aumenta-se o potencial da conquista de outras liberdades que podem se refletir no espaço doméstico, assim como em outros espaços. Na visão de Rego e Pinzani (2013), o acesso das mulheres a uma renda financeira tem o poder de libertá-las de relações opressoras que as mantêm reféns. Diante do exposto,

O empoderamento das mulheres representa um desafio às relações patriarcais nos espaços socioinstitucionais, em especial dentro da família, ao poder dominante do homem e à manutenção dos seus privilégios de gênero. Significa uma mudança na dominação tradicional dos homens sobre as mulheres, garantindo-lhes a autonomia no que se refere ao controle dos seus corpos, [...] e às decisões unilaterais masculinas que afetam a toda a família (COSTA, 2011, p. 9).

Em virtude do paradigma instaurado na sociedade, por muito tempo fruto da cultura patriarcal, que aponta o homem como o único detentor de direitos e benefícios nos espaços públicos e políticos, quando as mulheres começam a ocupar os espaços públicos e políticos os homens se sentem ameaçados pela possibilidade de ter de compartilhar o poder e, por conseguinte perder seu *status* privilegiado. Como relata a Associada 5:

Os homens têm medo das mulheres virem trabalhar aqui e trazer problemas para o casamento; no sentido de a mulher não se importar mais com a opinião do marido, afinal ela já tem seu dinheiro. O meu mesmo, no início, não achou muito bom, mas hoje em dia, ele incentiva minha participação na associação, pois levo um dinheirinho para casa que já ajuda bem.

A Associada 8 revela que:

Muitos maridos pensam que pelo fato da gente ter um ganho, a gente vai querer mandar na casa, eu faço, o dinheiro é meu e pronto. Mas não é assim. Lá em casa é assim, vou fazer minhas compras e aí meu véi [sic] pergunta se eu vou levar tudo isso, eu toda alegre respondo: vou. Mas quando ele precisa do meu dinheiro eu dou para ele. Se eu não tivesse meu dinheiro, eu tinha [sic] de comprar só o que ele queria e esperar quando ele pudesse dar as coisas que eu queria no tempo dele.

Infelizmente esse pensamento machista relatado nas falas anteriores faz parte não só da realidade das assentadas do “Vale do Amanhecer” como também da realidade brasileira. Isso ocorre por conta da formação étnico-histórica dos

brasileiros, na qual a mentalidade patriarcal impera. Apesar dos avanços oriundos das lutas dos movimentos feministas, ela ainda está incrustada na mente masculina. Como essa mentalidade perdurou por muito tempo e as fagulhas do patriarcalismo ainda são visíveis e perceptíveis na contemporaneidade, é crucial que as mulheres se vejam como cidadãs iguais aos homens, desnaturalizando a soberania do gênero masculino. Para tanto, a conquista do empoderamento é imprescindível.

Para as associadas, “*o maior ganho de trabalhar na AMCA é o fato de não precisar mais depender de marido*” (ASSOCIADA 3). Sinalizam que querem viver em outro contexto diferente do vivido, em que muitas vezes são humilhadas, violentadas e acabam aceitando a situação devido à dependência financeira. No caso estudado, as atrizes sociais revelaram que a independência financeira, mesmo de modo parcial, possibilitou-lhes um maior reconhecimento por parte dos maridos, pois se sentiam desvalorizadas.

Em contraposição à cultura patriarcal, as atrizes sociais ensaiam os primeiros passos para a igualdade de gênero se materializar no cotidiano. As associadas relataram que houve avanços nas relações de gênero no contexto familiar depois do envolvimento delas com a AMCA. Muitas das mulheres adquiriram o poder de opinar sobre o destino da renda familiar e também começaram a contar com a participação masculina nos afazeres domésticos. Conforme é relatado na fala abaixo:

Hoje em dia, meu marido me ajuda em casa com as tarefas domésticas, coisa que ele não fazia antes. Ele sabe que precisa me ajudar em casa, pois senão fosse meu dinheiro, nós não tinha [sic] conseguido um tanto de coisa, nós ia passar apurado [sic] (ASSOCIADA 2).

A cultura patriarcal ainda está bem presente nas relações de gênero das associadas, pois, ao definir as atividades ao gênero masculino ou feminino, isso é ilustrado. Tanto homens quanto mulheres concebem os afazeres domésticos como responsabilidade apenas das mulheres, e a participação masculina nesses trabalhos é vista como ajuda e não como corresponsabilidade do homem. A Associada 1 adverte que:

O meu marido e meus filhos se eles estiverem desocupados em casa, eles fazem de tudo, só não lavam roupas. Eu acho que os maridos das outras

também estão assim hoje em dia, se a mulher trabalha e ele chega em casa primeiro ele tem de ajudar. Agora também não é justo o homem trabalhar e quando ele chega em casa para descansar tem de ajuda a mulher.

No caso em estudo, essa sobrecarga de serviço atrapalha as mulheres a se dedicarem mais nos empreendimentos financeiros. Em alguns casos, não são os maridos que colocam barreiras, são elas próprias que se apropriaram da figura feminina que prioriza sempre o bem-estar dos filhos e do marido em primeiro plano em detrimento de suas vontades. Como narrado pela Associada 8 *“Meu marido é tranquilo, não liga se eu venho trabalhar; eu que sou preocupada. Não posso deixar minha casa jogada e meus filhos. Meu marido me ajuda, mas é a mulher que tem a obrigação de cuidar da casa e dos filhos”*.

A Associada 4 expressa que a AMCA possibilita as mulheres “A serem mais mulheres”. O sentido atribuído à expressão “ser mais mulher” está ligado ao aumento de poder sobre suas decisões e a autoconfiança na capacidade de se realizar profissionalmente sem deixar de ser a mãe e a esposa presente. O sentido da expressão é também explicado por outras associadas.

*É se sentir mais responsável. “Dona” do próprio nariz (ASSOCIADA 6)
Sentir-se mais mulher, é saber que sou mulher, mas eu faço, eu consigo tudo que quero (ASSOCIADA 5).*

A realidade apontada pelas associadas também é evidenciada na tese de Maria Lúcia Lopes de Oliveira (2007) para o Programa de Pós-Graduação em Educação, intitulada de “Transformações das Desigualdades de Gênero? Narrativas da vida cotidiana e empoderamento de mulheres de Assentamentos do Cariri”. A autora argumenta que as vivências em coletivos possibilitam as mulheres:

[...] a tomar consciência de suas múltiplas identidades de mulher- mãe, esposa, trabalhadora, cidadã e sujeito político – a colocar para fora a criatividade e adquirir confiança em si mesmas, a exercitar suas - capacidades de recriar e produzir, a romper com a fala silenciada e compartilhar através da escuta dos problemas cotidianos umas das outras, que se misturam e que as aproxima num processo de fortalecimento mútuo. Mas é, sobretudo, um espaço de reconhecimento e valorização de seu trabalho e de descoberta do poder e da força dentro de cada uma (OLIVEIRA, 2007, p. 89).

Para compreender os efeitos sociais das vivências na AMCA, percebeu-se a necessidade de conhecer os sonhos armazenados pelas associadas quanto ao

futuro da associação. Em todas as falas foi mencionada a AMCA como possibilidade de gerar bons empregos para os filhos, impedindo o êxodo rural. Para Oliveira (2007, p. 32), a migração dos jovens do campo para as cidades por falta de perspectiva econômica ou mesmo em busca de realizar seus sonhos, “[...] tem se revelado como uma predominância e um desafio para as políticas de desenvolvimento rural sustentável”.

A Associada 6, resumidamente, expressa com clareza o maior sonho das associadas: *“Aqui nós sonhamos assim... né, meninas? Todas as nossas crianças trabalhando aqui, sem precisar sair daqui do assentamento [...]. As decisões seriam tomadas com todo o pessoal da direção ou a maioria dos sócios”*.

O que se notou, no caso em análise, é que a AMCA, como instituição capaz de promover ações para o desencadeamento do empoderamento das associadas, contribui apenas na oferta dos cursos de formação oriundos dos projetos socioambientais. No entanto, ela é um espaço de interação mútua em que as pessoas constroem conhecimentos, processam educação, aprendem e desenvolvem capacidades.

Diante do exposto, é impossível negar que a ação desenvolvida possui um caráter educativo importante para a vida das associadas, e que se trata de um empreendimento que promove a inclusão da mulher na sociedade na tentativa de minimizar os efeitos do patriarcado. Porém, não é possível deixar de perceber que ela, por possuir características de um espaço de educação não formal, segundo a teoria de Gohn, não o é em sua plenitude, dado suas particularidades.

Ao concluir a pesquisa, mediante o estudo relativo às aprendizagens em espaços não formais e ao empoderamento feminino na perspectiva de um estudo de caso em uma associação da região amazônica, faz-se importante destacar a expressão do rosto de cada associada, mulheres guerreiras, que corajosamente assumem o desafio de ser mulher, com sorriso no rosto reafirmando o pensamento de Simone de Beauvoir, (1970), de que é pelo trabalho que a mulher vem diminuindo a distância que a separava do homem, somente o trabalho poderá garantir-lhe uma independência concreta, condição expressa na figura 10. As atrizes sociais se mostraram determinadas para enfrentar as adversidades da vida cotidiana, na

esperança da materialização da utopia, no sentido de melhorar, não só a sua condição no cenário de hoje, mas também das futuras gerações, para que seus herdeiros, sobretudo suas filhas, possam vivenciar uma sociedade com equidade social e de gênero.

Figura 10 – Finalização de uma das formações propostas pelo projeto CultivAção



Fonte: Acervo da AMCA

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao concluir esta investigação, viso tecer considerações de modo a evidenciar a importância dos processos educativos desenvolvidos em espaços não formais para a conquista do empoderamento feminino, uma vez que este estudo se propôs a pesquisar os processos de aprendizagens e a repercussão destes na vida das associadas à AMCA no tocante ao empoderamento.

A prática educativa desenvolvida na AMCA incorpora a ideia de que riquíssimos e significativos aprendizados são assimilados e construídos nos diversos espaços e pelas variadas experiências, visto que a educação se desenvolve nos ambientes que acompanham as trajetórias de vida dos indivíduos, dos grupos, das comunidades. Assim, chega-se a uma visão ampla de educação.

As vivências mediatizadas pela AMCA possibilitam às associadas gerar novos aprendizados, produtos do pensar e viver o mundo, úteis para ressignificar a realidade. Nesse ínterim, os processos de ensinar e aprender ocorrem em uma relação horizontalizada, sem a figura fixa do ensinante e do aprendente, pois, ao mesmo tempo, quem ensina também aprende e vice-versa. Tais processos são mediatizados pela experiência do diálogo, na tentativa de as atrizes sociais romperem com o silêncio na história, culturalmente imposto na vida das mulheres.

Os resultados da pesquisa se assemelham ao que Freire (1979, 2009), Gohn (2010), Leon (1997) e Stromquist (1997) constataram nos seus estudos, que o convívio em grupos de mulheres é elemento chave para a conquista do empoderamento. Percebeu-se, no caso em tela, que quando as mulheres se unem “para o que der e vier”, brota uma força coletiva capaz de superar as situações opressoras, remetendo à possibilidade da capacidade humana de dar novos

recomeços inéditos para a própria vida (ARENDT, 1991) e, assim, desfazer as amarras opressoras. Nesses termos, enfatiza-se a importância dos espaços educativos no formato da AMCA para viabilizar transformações na vida das mulheres, sobretudo as rurais.

Diante dos dados da pesquisa, perceberam-se algumas lacunas e limitações que impedem a AMCA de contribuir mais efetivamente com a formação humana das associadas, no que diz respeito à falta de uma gestão compartilhada, assim como a dependência dos projetos socioambientais de agentes para ofertar ações e formações que levem a melhorias na qualidade na vida das associadas, além do viés econômico.

À luz das análises constatou-se que as ações da AMCA por si só não levam ao empoderamento, contudo, elas possibilitam momentos que podem ser pontes para que os sujeitos desenvolvam habilidades para adquirirem o poder sobre “nossos corpos” “nossas vidas” (SARDENBERG, 2009), ou seja, o empoderamento. Ao evidenciar que pequenas mudanças já estão em curso, infere-se que talvez advenha de “micro poderes” a capacidade transformadora dessa realidade. Uma realidade permeada de sonhos e saberes populares que foram evidenciados na pesquisa.

A AMCA é um espaço onde há interlocução de vozes femininas que se aproximam, solidarizam-se, compartilham alegrias e problemas cotidianos em um processo de fortalecimento mútuo. Antes das vivências na AMCA, muitas dessas mulheres se sentiam inúteis, desvalorizadas, sozinhas e, após a sua inserção na associação, passaram a ver a vida sob outra perspectiva.

Na AMCA, riquíssimos aprendizados ao longo da vida são assimilados e produzidos com criatividade mediante a capacidade de ressignificar o contexto vivido, de dar novos recomeços para a história individual e coletiva das atrizes sociais. As mudanças ganham realce quando as atrizes sociais começam a identificar, a questionar o patriarcado e, assim, percebem-se como pessoas, cidadãs, sujeitos da sua história e agentes de transformação.

Os dados analisados representam que as mulheres conquistaram novos cenários após o ingresso à AMCA. Por meio dos aprendizados consolidados nas vivências da AMCA, elas se tornaram mais autoconfiantes, elevaram a autoestima, começaram a acreditar no potencial individual e coletivo de realizar transformações sociais, bem como perceberam que são capazes e merecedoras de protagonizar a própria vida. Assim, a concepção de que a mulher está predestinada a um destino estabelecido pelo gênero masculino é desconstruída e erguida a possibilidade de protagonizar a própria história e ter o “direito a ter direitos” (ARENDT, 1998).

É preciso ter a consciência de que foram séculos de imposição patriarcal no Brasil, sobretudo no contexto rural, dessa maneira, a conquista do empoderamento feminino é um processo que ocorre paulatinamente, pois se faz necessário desfazer constructos socioculturais enrustados na mentalidade de homens e mulheres.

Como obstáculo no processo da pesquisa, temos a polissemia que abrange o termo “empoderamento” atrelada à reduzida produção acadêmica brasileira na área da educação e do ensino; a dificuldade de reunir as associadas para os grupos focais por conta da sobrecarga de trabalho exercida por elas.

Acredita-se, diante dos resultados da pesquisa, que as atrizes sociais não se encontram empoderadas, contudo, pequenos poderes foram assimilados e criados em decorrência do convívio na AMCA. Identificou-se que elas passaram a ser mais ouvidas dentro de casa, reconhecidas e valorizadas pelo seu trabalho por parte dos esposos e filhos, bem como desenvolveram capacidades e habilidades no que concerne ao aprimoramento das relações interpessoais, assumindo uma postura ativa frente aos desafios cotidianos, tanto na esfera doméstica, como na esfera pública. Por sua vez, elas ensaiam a experiência profunda de se assumir como ser social e histórico, que pensa e age com autonomia, culminando na construção de uma sociedade justa, humana e com equidade social.

Nessa direção, na esteira da escritora francesa Simone Beauvoir, finalizo com uma mensagem para todas as mulheres, em especial às associadas da AMCA “Que nada nos limite. Que nada nos defina. Que nada nos sujeite, que a liberdade seja a nossa própria substância”. Hoje, ao finalizar mais uma etapa do meu

processo formativo, o mestrado, posso afirmar que acumulei muito mais que aprendizados formais, outrossim aprendizados que carregarei ao longo da minha existência. Utilizando-me das palavras de Clarice Lispector, aprendi que “sou o que quero ser, porque possuo apenas uma vida e nela só tenho uma chance para fazer o que quero”.

REFERÊNCIAS

ANDRÉ, M. E. D. A. de. **Estudo de caso em pesquisa e avaliação educacional**. Brasília: Liberlivros, 2005.

ANYON, J. Intersecções de gênero e classe: acomodação e resistência de mulheres e meninas às ideologias de papéis sexuais. n. 73. **Caderno de Pesquisa**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1990.

ARENDT, H. **Origens do Totalitarismo** – Anti-semitismo, imperialismo e totalitarismo. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. **A condição humana**. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1991.

ÁVILA, M. B. Vida cotidiana e o uso do tempo pelas mulheres. In: **Anais do VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais**, 2004. Disponível em: <<http://www.ces.uc.pt/lab2004/inscricao/pdfs/painel29/MariaBetaniaavila.pdf>> Acesso em: 23 mar 2017.

GADOTTI, M. Educação popular, educação social, educação comunitária conceitos e práticas diversas, cimentadas por uma causa comum. In: **Anais do Congresso Internacional de Pedagogia Social**, 2012. Disponível em: <<http://www.proceedings.scielo.br/pdf/cips/n4v2/13.pdf>>. Acesso em 20 de jun. de 2017.

BAQUERO, R. V. A. Empoderamento: instrumento de emancipação social? – uma discussão conceitual. **Revista Debates**: Porto Alegre, v. 6, n. 1, p.173-187, jan.-abr. 2012. Disponível em:<<http://seer.ufrgs.br/index.php/debates/article/view/26722/17099>>. Acesso em: 24 abr. 2017.

BARBOUR, R. **Grupos Focais**. Coleção Pesquisa Qualitativa. Porto Alegre: Artmed, 2011.

BEAUVOIR, S. **O Segundo Sexo**, Volume 2. Difusão Européia do Livro, 2ª Edição, 1970.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Ed. 70, 2011.

BATLIWALA, S. El significado Del empoderamiento de las mujeres: nuevos conceptos desde La acción. In: LEÓN, M. **Poder y empoderamiento de las mujeres**. Santa Fé de Bogotá/Colombia: TM, 1997.

BOGDAN, R.; BIKLEN, S. K. **Investigação Qualitativa em educação**: uma introdução à teoria e aos métodos. Porto, Portugal: Porto Ed., Coleção Ciências da Educação, 1994.

BOLZAN, D. **Formação de professores**: compartilhando e reconstruindo conhecimentos. Porto Alegre. Mediação, 2002.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2002

BRANDÃO, C. R. **O que é Educação**. São Paulo, Brasiliense, 2006.

CAREGNATO, R. C. A.; MUTTI, R. **Pesquisa qualitativa**: análise de discurso versus análise de conteúdo. Florianópolis: Texto Contexto Enferm, 15(4), p. 679-84 out-dez; 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tce/v15n4/v15n4a17>>. Acesso em: 05 jun. 2017.

CARVALHO, J. M. de. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. Civilização Brasileira. 12ª ed. Rio de Janeiro, 2009.

CHABLÉ, C. E.; et al. Fuentes de ingreso y empoderamiento de las mujeres campesinas em el municipio de Calakmul. **Política y cultura**, Campeche, nº 28, p.71-95, 2007.

CHAUÍ, M. Participando do debate sobre violência contra a mulher. In: **Perspectivas Antropológicas da Mulher**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1982.

CANO ISAZA, T. A.; ARROYAVE ÁLVAREZ, O. A. (2014). Procesos de empoderamiento de mujeres: subjetivación y transformaciones en las relaciones de poder. **Revista Virtual Universidad Católica del Norte**, 42, 94-110. Disponível em: <http://revistavirtual.ucn.edu.co/index.php/RevistaUCN/article/view/497/1033>. Acesso em: 12 nov 2017.

COOMBS, P. H. **A crise mundial da educação uma análise de sistemas**. 2ª Ed. São Paulo. Ed. Perspectiva, 1986.

COOPAVAM. **História**. Disponível em: <<http://coopavam.org.br/historia/>>. Acesso em: 01 jan. 2016.

CORTELLA, M. S. **Educação, escola e docência**: novos tempos, novas atitudes. São Paulo: Cortez, 2014.

COSTA, A. A. A. **Gênero, poder e empoderamento das mulheres**. Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher. NEIM/UFBA, 2011. Disponível em www.agende.org.br/.../Empoderamento%20-%20Alice.pdf-similares. Acesso em 14 jun de 2017.

DALFOVO, W. T. et al. A constituição de um modelo associativista familiar como alternativa de desenvolvimento local e regional sustentável: o caso do borboletário do Sesc Pantanal em Poconé-MT. In: Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 40, 2010, Campo Grande. **Anais...** Campo Grande: SOBER, 2010.

DA SILVA, L. M.; MIRANDA, L. Mulheres da Amazônia. **Florestania e Ações que Transformam vidas**. - 1. ed. Juruena, Brasil. Associação de Mulheres Cantinho da Amazônia (AMCA). Projeto CultivAção. 2016, 48 p.

DIK, S. V. Educação Popular e Mulheres na América Latina. In STROMQUIST, Nelly P. **Gender dimensions in education in Latin América**. Washginton D.C.: Interamer, 1996.

DEERE, C. D.; LEÓN, M. **O empoderamento da mulher**: direitos à terra e direitos de propriedade na América Latina. Porto Alegre: Ed. da Universidade (UFRGS), 2002.

DI LISCIA, M. H. B. Memórias de mujeres: untrabajo de empoderamiento. **Política y Cultura**, nº 28, p. 43-69, 2007.

DUSSEL, E. **Ética da libertação na idade da globalização e da exclusão**. Petrópolis: Vozes, 2000.

FERRANTE, V. L. S. B.; BERGAMASCO, S. M. P. P. **Censo de Assentamentos Rurais do Estado de São Paulo**. Araraquara: UNESP, 1995.

FERRARI, M. Paulo Freire, o mentor da educação para a consciência. **Revista nova escola digital**, out. 2008. Disponível em: <<http://novaescola.org.br/conteudo/460/mentor-educacao-consciencia>>. Acesso em: 23 mar. 2017.

FREIRE, P.; SHOR, I. **Medo e ousadia** – o cotidiano do professor. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

FREIRE, P. **Conscientização**. São Paulo: Cortez e Moraes, 1979.

_____. **Pedagogia da esperança**: um reencontro com a pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

_____. **Pedagogia da indignação**: cartas pedagógicas e outros escritos / Paulo Freire. – São Paulo: Editora UNESP, 2000.

_____. **Pedagogia do Oprimido**. 49. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

_____. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 40. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

FREITAS, A. L. S. de. **Leituras de Paulo Freire**: uma trilogia de referência. Passo Fundo, Méritos, 2014, v.1.

_____. UTOPIA (verbetes). In: STRECK, Danilo; REDIN, Euclides; ZITKOKSKI, Jaime José (Org.). **Dicionário Paulo Freire**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010, p. 412-413.

FRITZSCHE, B. Negociando o feminismo popular na cultura jovem feminina: um estudo empírico com fãs de grupos femininos. **Revista Estudos Feministas**, nº12, p. 106-115, 2004.

GADOTTI, M. **Boniteza de um sonho**: ensinar-e-aprender com sentido. São Paulo: Editora e Livraria Paulo Freire. 2008.

_____. Educação popular, educação social, educação comunitária conceitos e práticas diversas, cimentadas por uma causa comum. In: **Anais do Congresso Internacional de Pedagogia Social**, 2012. Disponível em: <<http://www.proceedings.scielo.br/pdf/cips/n4v2/13.pdf>>. Acesso em 20 de jun. de 2017.

GAPI – Grupo de Análise de Políticas Públicas (DAGNINO, Renato et al.). Caderno de 446 Acta Scientiae, v.15, n.3, p.432-446, set. /dez. 2013 **textos base para discussões do I Fórum Nacional da Rede de Tecnologia Social**, Salvador, 2006. Disponível em: <http://www.ige.unicamp.br/gape/Forum_RTS_Textos_Base.pdf>. Acesso em: 7 jul. 2017.

GATTI, B. A. **Grupo focal na pesquisa em ciências sociais e humanas**. Brasília: Líber Livro, 2005.

GERHARDT, T. E. **Métodos de pesquisa**. (Org.) Tatiana Engel Gerhardt e Denise Tolfo Silveira; coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GEERTZ, C. **Saber local**: novos ensaios em antropologia interpretativa. Tradutora: Vera Melo Joscelyne. 4.ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

_____. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1989.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GONDIM, S. M. G. **Grupos focais como técnica de investigação qualitativa: desafios metodológicos**. Disponível em: <<http://www.ffclrp.usp.br/paideia/artigos/24/03.doc>>. Acesso em: 20 de jul. 2017.

GOHN, M. G. Educação não-formal no Brasil: anos 90. **Cidadania/Textos**. nº 10. Campinas, nov. 1997.

_____. Conselhos gestores na política social urbana e participação popular. **Caderno Metrôpole**, v. 07, p. 9–31, 2002.

_____. Empoderamento e participação da comunidade em políticas sociais. **Saúde e Sociedade**, v. 13, n. 2, p. 20-31, maio/ago. 2004.

_____. Educação não-formal: participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. **Ensaio: Avaliação, Políticas Públicas e Educação**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 50, p. 27-38, jan. /mar. 2006.

_____. **Educação não formal e o educador social atuação no desenvolvimento de projetos sociais**: São Paulo: Cortez, 2010; Coleção Questões da Nossa Época; v. 1.

_____. **Movimentos e lutas sociais na história do Brasil**. 6. ed. São Paulo: Loyola, 2011a.

_____. Movimentos Sociais na Contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**. v. 16, n. 47, p. 333-361, maio-ago. 2011b. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v16n47/v16n47a05.pdf>>. Acesso em> 14 mar. 2017.

_____. **Educação não-formal e cultura política**: impactos sobre o associativismo do terceiro setor; 5ª Ed.: São Paulo: Cortez, 2011c; Coleção Questões da Nossa Época; v. 26.

_____. **Movimentos Sociais e Educação**. 8. ed., São Paulo: Cortez, 2012.

_____. **Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil**. 7.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013a.

_____. Aprendizagens em Pedagogias Alternativas: Movimentos Sociais. Desigualdade & Diversidade. **Revista de Ciências Sociais da PUC-Rio**, ed. dupla, n 12, p. 13-27, jan. /dez, 2013. Disponível em: <<http://desigualdadediversidade.soc.puc-rio.br/media/05%20-%20artigo%201%20-M%20G%20Gohn.pdf>>. Acesso em: 2 de agosto de 2017.

_____. Educação Não Formal, Aprendizagens e Saberes em Processos Participativos. **Investigar em Educação - IIª Série**, Número 1, p.35-50, 2014.

GHANEM, E.; TRILLA, J. **Educação formal e não-formal: pontos e contrapontos**. São Paulo: Summus, 2008.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes da Silva. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2011.

HEILBORN, M. L. Violência e mulher. In: VELHO, G.; ALVITO, M.(org). Cidadania e Violência. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, Editora FGV, 2000.

HIRATA, H.; KERGOAT, D. A divisão do Trabalho Revisada. In: MURUANI, Elizabeth; HIRATA, Helena (orgs). **As Novas fronteiras da desigualdade: homens e mulheres no mercado de trabalho**. São Paulo: Editora Senac, 2003.

HOROCHOVSKI, R. R.; MEIRELLES, G. **Problematizando o conceito de empoderamento**. In: Seminário Nacional Movimentos Sociais, Participação e Democracia. Florianópolis, 2., 2007. Disponível em: <http://www.sociologia.ufsc.br/npms/rodrigo_horochovski_meirelles.pdf>. Acesso em: 24 abr. 2017.

IPAM, Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia. **Arco do desmatamento**. Publicado em nov. de 2015. Disponível em: <<http://ipam.org.br/glossario/arco-do-desmatamento/>> Acesso em 13 jul. 2017.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia Estatística. **idades@**. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/painel.php?lang=&codmun=510517&search=ljuruena>> Acesso em 20 mar. 2017.

JONATHAN, E. Mulheres empreendedoras: o desafio da escolha do empreendedorismo e o exercício do poder. **Psicologia Clínica**, nº 23, p. 65-85, 2011. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-5665201100010000>

KABBER, N. Contextualizando as trilhas econômicas do empoderamento de mulheres: resultados de um programa de pesquisa em diferentes países. [online] **Revista Feminismos**. v.1, n.2. Salvador, mai. /ago. 2013. s.p. Disponível em: <http://www.feminismos.neim.ufba.br/index.php/revista/article/viewFile/51/58>. Acesso em: ago. 2017.

KUHN, Thomas. S. A estrutura das revoluções científicas. São Paulo: Perspectiva, 1991.

KLEBA, M. E. ; WENDAUSEN, A. Empoderamento: processo de fortalecimento dos sujeitos nos espaços de participação social e democratização política. **Saúde e Sociedade**. v. 18, n. 4. São Paulo, out. /dez. 2009.

LAMAS M. Gênero: os conflitos e desafios do novo paradigma. **Revista Proposta**. Rio de Janeiro, n. 84/85, mar. /ago. 2000.

LANDERDAHL, M. C.; PADOIN, S. M. de M.; VILLELA, Wilza Vieira. "AGORA EU POSSO": empoderamento de operárias da construção civil na perspectiva da autonomia econômica. **Revista Feminismos**. Vol.3, N.2 e 3. Salvador, Maio–Dez. 2015. p. 24-35. Disponível em: <http://www.feminismos.neim.ufba.br/index.php/revista/article/viewFile/152/174>. Acesso em: mai. 2017.

LEON, M. **Poder y empoderamiento de las mujeres**. Bogotá: Tercer Mundo Editores; Fondo de Documentación Mujer Y Genero de La Universidad Nacional de Colombia, 1997.

_____. "Empoderamiento: relaciones de las mujeres con el poder". **Revista Estudos Feministas**, v. 8, n. 2, p. 191-205, 2000. Disponível em: <<http://www.rbcdh.ufsc.br/index.php/ref/article/view/11935/11201>>. Acesso em: 26 de julho de 2017.

LEÓN, M. El empoderamiento de las mujeres: encuentro Del primery tercer mundos enlosetudios de género. **La Ventana**, n. 13, p. 94-106, 2001.

LIBÂNEO, J. C. **Pedagogia e pedagogos, para quê?** 12ª ed. São Paulo: Cortez, 2010.

LIMA, A. M. de. **A institucionalização da cooperação por meio de práticas de trabalho entre atores locais:** um estudo de caso em uma comunidade vulnerável da região amazônica. Tese (Doutorado em Administração). Universidade Vale do Rio dos Sinos. São Leopoldo, 2017.

LISBOA, T. K. **O empoderamento como estratégia de inclusão das mulheres nas políticas sociais.** Fazendo Gênero, 8. Florianópolis, de 25 a 28 de agosto, 2008.

LOURO, G. **Gênero, sexualidade e educação:** uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 1997.

LÜDKE, M., ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação:** abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MDA. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Agricultura familiar, reforma agrária e desenvolvimento local para um novo mundo rural:** política de desenvolvimento rural com base na expansão da agricultura familiar e sua inserção no mercado. Brasília: MDA, 1999.

MAGDAIL, J. C. M.; LANGE, R. M. **Diagnóstico da agricultura familiar de base familiar no município de São Lourenço do Sul,** RS. Pelotas: Embrapa – CPACT, 1998m 54p.

MARÍN, R. E. R.; OKALI, C. Empoderamiento de las mujeres através de su participación en proyectos productivos: experiencias no exitosas. **Convergencia Revista de Ciencias Sociales**, núm. 46, 2008, Universidad Autónoma del Estado de México. UAEMex, núm. 46, pp. 119-141, enero-abril 2008.

MARINHO, P. A. S; GONÇALVES, H. S. Práticas de empoderamento feminino na América Latina. **TEMAS VARIADOS**. Nº56, abr-jun 2016, p. 80-90. Disponível em: <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:http://www.scielo.org.co/pdf/res/n56/n56a07.pdf&gws_rd=cr&ei=ZlItWZSDMcGfwAS8ypjICQ>. Acesso em 15 de mai. 2017.

MARQUES, M. O. **A aprendizagem na mediação social do aprendido e da docência.** Ijuí: Ed. Unijuí, 1995.

MARTINS, M. F. Educação não escolar: discussão terminológica e mapeamento dos fundamentos das tendências. **Revista Contrapontos - Eletrônica**, Vol. 16, n. 1, Itajaí, p.1-22, jan-abr 2016. Disponível em: <<http://siaiap32.univali.br/seer/index.php/rc/article/viewFile/7609/pdf>>. Acesso em 28 de set.de 2017.

MATURANA, H. R. Conversações Matrística. In: MATURANA, Humberto R.; VERDEN-ZOLLER, Gerda. **Amar e Brincar**: fundamentos esquecidos do humano do patriarcado à democracia. São Paulo: Palas Athena, 2004.

MELLEGGARI, I. L. S. **Direitos humanos e cidadania**: no pensamento de Hannah Arendt. Curitiba: Juruá Editora, 2012.

MENESES, A. M. T. de. Mulheres: frutos de dominação e fruto para a libertação. In: STREY, Marlene Neve et al. (Org.). **Construções e perspectivas em gênero**. São Leopoldo: Unisinos, 2001.

MOREIRA, H.; CALLEFE, L. G. **Metodologia da Pesquisa para o Professor Pesquisador de sua Prática**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

NASCIMENTO, E. P. Modernidade ética: um desafio para vencer a lógica perversa da exclusão. **Proposta**, Rio de Janeiro, Fase, ano 23, n. 65, 1995.

NÚCLEO DE ESTUDOS AGRÁRIOS E DESENVOLVIMENTO RURAL. **Ciranda do Pronaf para as mulheres**, Brasília: NEAD DEBATE. 2005.

OAKLEY, P.; CLAYTON, A. **Monitoramento e avaliação do empoderamento ("empowerment")**. Tradução de Zuleika Arashiro e Ricardo Dias Sameshima. São Paulo, Instituto Pólis, 2003.

OLIVEIRA, M. L. L. de. **Transformações das Desigualdades de Gênero?** Narrativas da vida cotidiana e empoderamento de mulheres de Assentamentos do Cariri Paraibano. 2007. 169f. Dissertação (Mestrado em Educação) UFPB, João Pessoa, 2007.

ONU. Organização das nações Unidas Mulheres Brasil. **Princípios de empoderamento das mulheres**. 2016. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/wpcontent/uploads/2016/04/cartilha_WEPs_2016.pdf> Acesso em: 10 jan. 2017.

PAULSON, S. Reflexiones sobre metodologias para género y forestería comunal. **Desarrollo Agroforestal y Comunidad Campesina**. Ano 5. n.22. Abr-mai de 1996.

PERKINS, D. D.; ZIMMERMAN, M.A. Empowerment meets narrative: listening to stories and creating settings. **American Journal of Community Psychology**. Oct. v. 23, n. 5, p.569-79, 1995.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Casa Civil. Grupo permanente de trabalho interministerial para a redução dos índices de desmatamento da Amazônia Legal. **Plano de ação para a prevenção e controle do desmatamento na Amazônia legal**. Brasília, 2004. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br/casacivil/desmat.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2017.

REDE DE TECNOLOGIA SOCIAL. www.rts.org.br

REGO, W. L.; PINZANI, A. **Vozes do Bolsa Família: autonomia, dinheiro e cidadania**. São Paulo: UNESP, 2013.

ROWLANDS, J. Empoderamiento y mujeres rurales en Honduras: un modelo para el desarrollo. In: LEÓN, Magdalena. **Poder y empoderamiento de las mujeres**. Santa fé de Bogotá: Tercer Mundo y UN Facultad de Ciencias Humanas, 1997.

ROMANO, J. O. ; ANTUNES, M. Org. **Empoderamento e direitos no combate à pobreza**. Rio de Janeiro: Action Aid Brasil. Rio de Janeiro, 2002.

ROUSSEAU, J. J. **Emílio ou Da Educação**. Tradução Roberto Leal Ferreira – São Paulo: Martins Fontes, 1995.

SAFFIOTI, H. I. B. Exploração sexual de crianças. In: AZEVEDO, M.A.; GUERRA, V.N.A. (Org.). **Crianças vitimizadas: a síndrome do pequeno poder**. São Paulo: Iglu, 1989, p. 49-95.

_____. **Violência de gênero no Brasil contemporâneo**. NIPAS, Brasília, DF: UNICEF, 1994.

SARDENBERG, C. M. B. **Conceituando “empoderamento” na perspectiva feminista**. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/6848/1/Conceituando%20Empoderamento%20na%20Perspectiva%20Feminista.pdf>>. Acesso em: 14 jan. 2017.

SAMPIERI, R. H. et al. **Metodologia da Pesquisa**. São Paulo: McGraw Hil, 2006.

SANGALLI, A. R. et al. Associativismo na agricultura familiar: contribuições para o estudo do desenvolvimento no assentamento rural Lagoa Grande, em Dourados (MS), Brasil. **Revista Organizações Rurais & Agroindustriais**, Lavras, v. 17, n. 2, p. 225-238, 2015.

SANTINELLO, J. A identidade do indivíduo e sua construção nas relações sociais: pressupostos teóricos. **Rev. Estud. Comun.**, Curitiba, v. 12, n. 28, p. 153-159, maio/ago. 2011.

SANTOS, A. C. de S. **Relações de gênero e empoderamento de mulheres: A experiência da associação de produção “Mulheres Perseverantes”**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2008.

SAWAIA, B. B. Fome de Felicidade e Liberdade. **Educação e Participação**. São Paulo: CENPEC/ Fundação Itaú Social/ UNICEF, 2003.

SCHEIN, E. **Cultura organizacional e liderança**. São Paulo: Editora Atlas, 2009.

SCHEFLER, M. de L. N. Gênero, autonomia econômica e empoderamento o real e o aparente: sistematização de processos de investigação-ação e/ou de intervenção social. **REVISTA FEMINISMOS**, Vol.1, N.3 Set. - Dez. 2013. Disponível em: <www.feminismos.neim.ufba.br>. Acesso em 12 jun de 2017.

SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, vol. 20, nº2, jul. /dez. 1995

SEN, G.; GROWN, C. **Development, crises and alternative visions**: third world women's perspectives. London: Earthscan, 1988.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SENAR - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural. **Associações rurais**: práticas associativas, características e formalização / Serviço Nacional de Aprendizagem Rural. -- Brasília: SENAR, 2011. 56p.; Coleção SENAR.

SILVA, C.; MARTINEZ, M. L. Empoderamiento: proceso, nivel y contexto. **Psykhé**, Santiago/Chile, v. 13, n. 1, p. 29-39, nov. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-22282004000200003&lng=es&nrm=iso>. Acesso em: 22 abr. 2017.

SILVA, L. C. da. **Histórias de mulheres catadoras: ambiguidades, gênero e representações**. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2011.

SILVA, V. da S. O Céu como Espaço de Construção do Sujeito Através da Educação Não Formal. In: GOHN, Maria da Glória; VERCELLI, Ligia A. (org.) **Educação não formal**. Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2013.

SIMSON, O. R. M. V.; PARK, M. B.; FERNANDES, R. S.; Educação não-formal: um conceito em movimento. In: **Visões singulares, conversas plurais**/ textos de SIMSON, O. R. de M. V. et al; São Paulo: Itaú Cultural (Rumos Educação Cultura e Arte, 3); 2007.

SIQUEIRA, A. E. S. S de. **Empoderamento de mulheres agricultoras**: possibilidades e limites de um projeto de desenvolvimento rural no semiárido baiano. Dissertação (Mestrado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.

STERING, S. M. dos S. **Ritmos e tons das ações instituintes da Educação Popular**: Um olhar fenomenológico da Orquestra de Flautas Meninos do Pantanal. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2008.

_____. **O desafio da qualificação para o trabalho na perspectiva do PROEJA no IFMT**: política, fato e possibilidades. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual Paulista —Júlio de Mesquita Filholl, Rio Claro, 2016.

STRAVACAS, I. Educação Musical em espaços não formais de Ensino. In.: VERCELLI, Ligia A. (Org.). **Educação não formal**: Campos de Atuação; Jundiaí: Paco editorial, 2013. p. 61-85.

STROMQUIST, N. P. La búsqueda del empoderamiento: em qué puede contribuir el campo de La educación. In. LEÓN, Magdalena. **Poder y empoderamiento de las mujeres**. Santa fé de Bogotá: Tercer Mundo y UN Facultad de Ciencias Humanas, 1997.

TESTA, J. D. **Educação pública em assentamento do MST**. Dissertação. Programa de Mestrado Profissional em Gestão de Políticas Públicas. UNIVALI- Universidade do Vale do Itajaí. Itajaí- SC. 2009. 91f.

TOLEDO, A.; LISBOA, T. O sexo da pobreza brasileira. **Anais do II Simpósio Gênero e Políticas Públicas**, Universidade Estadual de Londrina, 18 e 19 de agosto de 2011.

TOWNSEND, J. “Contenido del empoderamiento: cómo entender el poder”, In Zapata, Emma et al., **La mujeres y el poder contra el patriarcado y la pobreza**, México: Plaza y Valdés Editores. 2002.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 1987.

VARGAS, L. N. **Vale do Amanhecer, retrato de um assentamento: modelo de reforma agrária para a Amazônia mato-grossense?** Dissertação (Mestrado em Agricultura Tropical) - Faculdade de Agronomia e Veterinária, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2006.

VASCONCELOS, E. M. 2003. **O poder que brota da dor e da opressão: empowerment, sua história, teorias e estratégias**. São Paulo: Paulus.

VERCELLI, Ligia A. (Org.). **Educação não formal: Campos de Atuação**. Jundiaí: Paco editorial, 2013

VYGOTKY, L. S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

VILPOUX, O. ; OLIVEIRA, M. A. C. **Sustentabilidade e agricultura familiar**. Curitiba: CRV, 2011.

YIN, R. K. **Estudo de Caso Planejamentos e Métodos**. 4ª Ed. - Porto Alegre: Bookmam, 2010.

ZAPATA, E. **Microfinanzas y empoderamiento de las mujeres rurales**. México: Plaza y Valdés, 2003.

ZITKOKSKI, J. J. DIÁLOGO/DIALOGICIDADE (verbete). In: STRECK, Danilo; RENID, Euclides; ZITKOKSKI, Jaime José (Org). **Dicionário Paulo Freire**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. p. 117-118.

APÊNDICES

APÊNDICE A - TERMO DE CONCORDÂNCIA DA ASSOCIAÇÃO DE MULHERES CANTINHO DA AMAZONIA- AMCA

À senhora Presidente da AMCA

Eu, Katiane Vargens de Oliveira, aluna regularmente matriculada no Curso de Pós-graduação *Stricto Sensu*, Mestrado em Ensino do Centro Universitário UNIVATES de Lajeado, RS, venho solicitar a autorização para coletar dados nesta associação, para a realização de minha pesquisa de Mestrado, intitulada: “Aprendizagens em espaços não formais e o empoderamento feminino” tendo como objetivo geral: Analisar como as vivências possibilitadas pela AMCA, na perspectiva de um espaço de educação não formal, contribuem para o empoderamento das mulheres.

Afirmo ainda, que as coletas de dados serão realizadas por meio de análise de documentos, observações, questionários, grupos focais e entrevistas junto às mulheres que fazem parte da AMCA.

Desde já, agradeço a disponibilização, visto que a pesquisa contribuirá para fortalecer e valorizar a importância da participação de mulheres em espaços de educação não formal, como a AMCA.

Pelo presente termo de concordância declaro que autorizo a realização da pesquisa prevista com as mulheres associadas da AMCA.

Data ____/____/____

Presidente da AMCA

Katiane Vargens de Oliveira

Mestranda em Ensino– UNIVATES

APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO

Com o intuito de alcançar o objetivo proposto para este projeto: “Analisar como as vivências possibilitadas pela AMCA contribuem para o empoderamento das mulheres”, venho através deste documento convidá-lo a participar desta pesquisa que faz parte da dissertação de mestrado desenvolvida no programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, Mestrado em Ensino, tendo como Orientadora a Professora Dra. Neli Teresinha Galarce Machado.

Deste modo, no caso de concordância em participar desta pesquisa, ficará ciente de que a partir da presente data:

- A pesquisadora terá o direito de fazer relatório das observações feitas durante o período em que tiver contato com os sujeitos sociais dessa pesquisa, que são as mulheres associadas da AMCA.

- As gravações dos grupos focais realizadas pela pesquisadora, serão utilizadas integral ou parcialmente, sem restrições;

- As fotografias tiradas durante o período da pesquisa serão analisadas com os critérios necessários para que não se criem constrangimentos para os sujeitos dessa pesquisa.

- Estará assegurado o anonimato nos resultados dos dados obtidos, sendo que todos os registros ficarão de posse da pesquisadora por cinco anos e após esse período serão extintos. Será garantido também:

- Receber a resposta e/ou esclarecimento de qualquer pergunta e dúvida a respeito da pesquisa.

- Retirar seu consentimento a qualquer momento, deixando de participar do estudo, sem que isso traga qualquer tipo de prejuízo.

Assim, mediante termo de Consentimento Livre e Esclarecido, declaro que autorizo minha participação nesta pesquisa, por estar esclarecida e não me oferecer nenhum risco de qualquer natureza. Declaro, ainda, que as informações fornecidas nesta pesquisa podem ser usadas e divulgadas neste curso Pós-graduação *stricto sensu*, Mestrado em Ensino, bem como nos meios científicos, publicações eletrônicas e apresentações profissionais.

Participante da pesquisa

Pesquisadora: Katiane Vargens de Oliveira

katiane.oliveira@jna.ifmt.edu.br

Juína (MT) _____ de _____ de 2017.

APÊNDICE C – TÓPICOS NORTEADORES DO GRUPO FOCAL

- ✓ Sistematização da trajetória construída pelas mulheres participantes da AMCA, possibilitando a identificação de sua participação e de seu pertencimento.
- ✓ Impacto da AMCA na vida pessoal e comunitária das associadas.
- ✓ Potencialidades e fragilidades das vivências na AMCA para a comunidade.
- ✓ Oportunidades de aprendizagens possibilitadas pela AMCA (Espaços, momentos, valorização dos saberes anteriores, variedade de aprendizagens, construção das mesmas, relação de ensino e aprendizagem).

ANEXOS

ANEXO A – PANFLETO DA FUNDAÇÃO DO BANCO DO BRASIL



Foto: Dileza Amorim



Como funciona a Tecnologia Social Mulheres da Amazônia

Em um primeiro momento, os próprios moradores do assentamento realizaram um mapeamento das castanheiras existentes na reserva legal Guariba-Roosevelt. Na amostragem, foram mapeados 1.900ha dos mais de 7.000ha de extensão da reserva. Descobriu-se um enorme potencial para o aproveitamento sustentável de seu fruto, a castanha do Brasil.



Gênero, biodiversidade e renda na Amazônia

Na Amazônia Legal existem vários assentamentos às margens de reservas ambientais. São comunidades que muitas vezes ignoram as potencialidades da floresta, dedicando-se a atividades agropecuárias nem sempre lucrativas. A situação é especialmente delicada para as mulheres que, dentro dessa lógica produtiva, acabam relegadas a atividades domésticas, sem autonomia.

Em Juruena, Mato Grosso, uma Tecnologia Social está fazendo com que as mulheres do assentamento Vale do Amanhecer olhem para a floresta com os olhos do empreendedorismo sustentável e solidário. Reunidas em uma associação produtiva, elas descobriram no extrativismo e na produção de alimentos à base de castanha uma forma de empoderamento, geração de renda e convivência harmoniosa com a natureza.



Os trabalhadores formaram, então, uma cooperativa para a coleta e comercialização da castanha. O Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) apoiou a iniciativa com a instalação de uma fábrica de beneficiamento do produto, que passou a ser gerida pela cooperativa.

Mesmo com a cooperativa, ainda não havia trabalho para todos, principalmente para as mulheres. Foi então que um grupo de 87 trabalhadoras da comunidade percebeu que podia agregar valor à castanha com o seu uso na fabricação de produtos. Dessa percepção, nasceu a Associação de Mulheres Cantinho da Amazônia.

Na associação, as mulheres começaram a produzir deliciosos biscoitos à base de castanha, que logo ganharam o gosto dos consumidores da região. O sucesso motivou o desenvolvimento de novos sabores. Como a ideia da tecnologia é produzir de forma sustentável, a partir de insumos obtidos localmente, as mulheres implantaram em suas propriedades quintais agroflorestais, de onde passaram a extrair outros ingredientes para o preparo dos biscoitos.

A cooperativa ajudou a aumentar em quase sete vezes o valor pago ao extrativista por um quilo de castanha, beneficiando não só o assentamento Vale do Amanhecer, mas diversas outras comunidades do entorno, incluindo comunidades indígenas. E a associação trouxe para as mulheres da região uma fonte de renda sustentável, mais autonomia e elevação da autoestima.

Resultados

- Produção de 1.500 famílias de agricultores, índios e extrativistas comercializada na cooperativa
- Mais de 90 mulheres associadas na produção de biscoitos
- Mais de 70 toneladas de castanhas beneficiadas e comercializadas
- 20 toneladas de biscoitos comercializadas, inclusive para a CONAB
- Empoderamento, autonomia e geração de renda para as mulheres
- Estimulo ao empreendedorismo sustentável
- Conscientização para a preservação ambiental



Para mais informações sobre esta tecnologia, contate:

Associação de Mulheres Cantinho da Amazônia

Núcleo de Assentamento Vale do Amanhecer, Linha 06
Assentamento Vale do Amanhecer – Juruena (MT)

CEP 78.340-000

(66) 3553-1690

amcajuruena@hotmail.com

O Banco de Tecnologias Sociais

O Banco de Tecnologias Sociais – BTS – é uma base de informações organizadas no site da Fundação Banco do Brasil, que disponibiliza à sociedade soluções para demandas de água, alimentação, educação, energia, habitação, meio ambiente, renda e saúde.

As Tecnologias Sociais compreendem produtos, técnicas ou metodologias reaplicáveis, desenvolvidas na interação com a comunidade e que representam efetivas soluções de transformação social. Podem aliar saber popular, organização social e conhecimento técnico, para promoção do desenvolvimento sustentável.

O Prêmio

Com o objetivo de identificar e certificar as Tecnologias Sociais que compõem o BTS, a Fundação Banco do Brasil instituiu, em 2001, o Prêmio Fundação Banco do Brasil de Tecnologia Social.

Realizado a cada dois anos, o Prêmio reconhece e dissemina iniciativas sociais que garantem melhores condições de vida para muitos brasileiros, por meio da valorização da vida, da cidadania, da igualdade de direitos e do espírito solidário, representando possibilidades reais de transformação social.

www.fundacaobancodobrasil.org.br

Prêmio Fundação Banco do Brasil de Tecnologia Social 2011

Parceria Institucional

Representação no Brasil: KPMG, BNDES, BRASIL

Parceiros: PETROBRAS, FUNDAÇÃO

Para saber mais sobre esta e outras Tecnologias Sociais, acesse: www.fundacaobancodobrasil.org.br

OFÍCIO - Cotriguaçu - MT
ESTADO

Em 11 de Junho de 2017, compareceram ao cartório do Estado de Mato Grosso, na cidade de Juruena, a seguinte lista de pessoas:

1. Aparecida Dias Cardosa
2. Angélica Aparecida Benini
3. Edson Roberto do Couto
4. Sampaio Ana de Vas
5. Consuelo Justina dos Milgioranga Martins
6. Marlene Knies
7. Maria da Glória da Silva
8. Raul B. dos Santos
9. Margarida S. Sear
10. Gisele Cremona
11. Helena Gardino
12. Cláudia Knies
13. Jefferson Santos Reis

ESTATUTO SOCIAL DA ASSOCIAÇÃO DE MULHERES CANTINHO DA AMAZÔNIA

ARTIGO 1º - DENOMINAÇÃO, SEDE, FINALIDADE E DURAÇÃO

A Associação de Mulheres do Vale do Amanhecer, neste estatuto designada, simplesmente, como Associação de Mulheres Cantinho da Amazônia-AMCA, fundada em 30 de Julho de 2009, na cidade de Juruena estado de Mato Grosso, Na linha nº 6 – KM 01 – Núcleo do Assentamento Vale do Amanhecer cidade de Juruena do Estado de Mato Grosso, CEP Nº 78340-000, com sede e foro na comarca de Cotriguaçu/MT é uma sociedade sem finalidade econômica, lucrativa, política, religiosa ou racial, constituída por tempo indeterminado cujas atividades se regerão pelo disposto neste estatuto, e pelas disposições legais aplicáveis, com a finalidade de atender as mulheres do assentamento Vale do Amanhecer que a ela se dirigirem, podendo também associar-se um homem para cada duas mulheres sócias, independente de classe social, nacionalidade, raça, cor ou crença religiosa.

ARTIGO 2º - SÃO PRERROGATIVAS DA ASSOCIAÇÃO:

No desenvolvimento de suas atividades, a Associação observará os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e da eficiência, com os seguintes fins:

- I. Promover o desenvolvimento comunitário através da realização de obras e melhoramentos, com recursos próprios ou obtidos por doação, convênios ou empréstimos;
- II. Desenvolver projetos que visem a melhoria da renda familiar dos associados, tais como feira livres, atividades culturais, assistenciais, desportivos, ambientais e outras;
- III. Proporcionar entre os associados uma maior integração melhor convívio e espírito participativo na defesa dos interesses comuns;
- IV. Promover a organização da produção dos associados para obter rentabilidade e melhor qualidade dos produtos;
- V. Buscar meios para industrializar e comercializar a produção dos associados;
- VI. Prestar serviços e informações mercadológicas de transporte, beneficiamento, classificação e comercialização de produtos, pesquisas agrícolas e agrárias.
- VII. Promover de forma coletiva a compra e distribuição de insumos básicos, bens de consumo e gêneros de primeira necessidade para os associados;
- VIII. Comercializar seus produtos in natura ou na forma industrializada, com marca própria, ou com marca diversa, na forma de acordos comerciais, tanto nos mercados local regional nacional e internacional, buscando melhores resultados econômicos financeiros para seus associados;
- IX. A Associação tem por direito a contratação de profissionais capacitados para ter um bom funcionamento dando-se maior segurança para os associados que estejam em dias com suas obrigações.
- X. Promover a preservação e a conservação do meio ambiente, através do manejo sustentável dos recursos naturais e de atividades de sensibilização e capacitação dos agricultores.

Parágrafo Único- Para cumprir suas finalidades sociais, a Associação se organizará em tantas unidades se fizerem necessárias, em todo território nacional, as quais funcionarão mediante delegação expressa da matriz, e se regerão pelas disposições contidas neste estatuto e ainda, por um regimento interno aprovado pela Assembleia Geral.

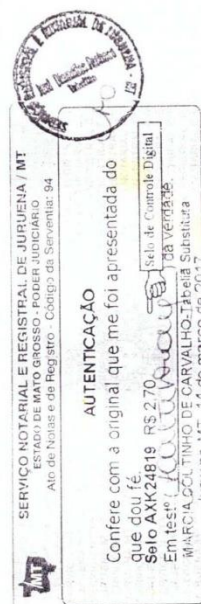
ARTIGO 3º - DOS COMPROMISSOS DA ASSOCIAÇÃO

A Associação se dedicará às suas atividades através de seus administradores e associados, e adotará práticas de gestão administrativa, suficientes a coibir a obtenção, de forma individual ou coletiva, de benefícios ou vantagens, lícitas ou ilícitas, de qualquer forma, em decorrência da participação nos processos decisórios, e suas rendas serão integralmente aplicadas em território nacional, na consecução e no desenvolvimento de seus objetivos sociais.

ARTIGO 4º - DOS ASSOCIADOS

Os associados serão divididos nas seguintes categorias:

- I. **Associados Fundadores:** os que ajudaram na fundação da Associação, e que são relacionados em folha anexa.
- II. **Associados Beneméritos:** os que contribuem com donativos e doações;
- III. **Associados Contribuintes:** as pessoas físicas ou jurídicas que contribuem, mensalmente, com a quantia fixada pela Assembleia Geral.



ARTIGO 5º – DA ADMISSÃO DO ASSOCIADO

Poderão filiar-se MULHERES maiores de 18 (dezoito) anos, ou maiores de 16 (dezesseis) e menores de 18 (dezoito) legalmente autorizadas, e também um homem para cada duas mulheres sócias independente de classe social, nacionalidade, raça, cor ou crença religiosa e, para seu ingresso, o interessado deverá preencher ficha de inscrição na secretaria da entidade, que a submeterá à Diretoria Executiva e, uma vez aprovada, terá seu nome, imediatamente, lançado no livro de associados, com indicação de seu número de matrícula e categoria à qual pertence, devendo o interessado:

- I. Apresentar a cédula de identidade e, no caso de menor de dezoito anos, autorização dos pais ou de seu responsável legal;
- II. Concordar com o presente estatuto e os princípios nele definidos;
- III. Ter idoneidade moral e reputação ilibada;
- IV. Assumir o compromisso de honrar pontualmente com as contribuições associativas.
- V. A contribuição associativa será de R\$ 3,00 (TRÊS REAIS) mensais.

ARTIGO 6º – SÃO DEVERES DOS ASSOCIADOS

- I. Cumprir e fazer cumprir o presente estatuto;
- II. Respeitar e cumprir as decisões da Assembléia Geral;
- III. Zelar pelo bom nome da Associação;
- IV. Defender o patrimônio e os interesses da Associação;
- V. Cumprir e fazer cumprir o regimento interno;
- VI. Comparecer por ocasião das eleições;
- VII. Votar por ocasião das eleições;
- VIII. Denunciar qualquer irregularidade verificada dentro da Associação, para que a Assembléia Geral tome providências.

Parágrafo Único - É dever de o associado contribuinte honrar pontualmente com as contribuições associativas.

ARTIGO 7º – SÃO DIREITOS DOS ASSOCIADOS

São direitos dos associados quites com suas obrigações sociais:

- I. Votar e ser votado para qualquer cargo da Diretoria Executiva ou do Conselho Fiscal, na forma prevista neste estatuto, exceto, os sócios homens que não poderão ser votados e sim somente votar.
- II. Usufruir os benefícios oferecidos pela Associação, na forma prevista neste estatuto;
- III. Recorrer à Assembléia Geral contra qualquer ato da Diretoria ou do Conselho Fiscal;

ARTIGO 8º – DA DEMISSÃO DO ASSOCIADO

É direito do associado demitir-se do quadro social, quando julgar necessário, protocolando seu pedido junto à Secretaria da Associação, desde que não esteja em débito com suas obrigações associativas.

ARTIGO 9º – DA EXCLUSÃO DO ASSOCIADO

A perda da qualidade de associado será determinada pela Diretoria Executiva, sendo admissível somente havendo justa causa, assim reconhecida em procedimento disciplinar, em que fique assegurado o direito da ampla defesa, quando ficar comprovada a ocorrência de:

- I. Violação do estatuto social;
- II. Difamação da Associação, de seus membros ou de seus associados;
- III. Atividades contrárias às decisões das assembleias gerais;
- IV. Desvio dos bons costumes;
- V. Conduta duvidosa, mediante a prática de atos ilícitos ou imorais;

Parágrafo Primeiro – Definida a justa causa, o associado será devidamente notificado dos fatos a ele imputados, através de notificação extrajudicial, para que apresente sua defesa prévia no prazo de 20 (vinte) dias a contar do recebimento da comunicação;

Marcia Coltinho de Carvalho



SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL DE JUZEIRO DO NORTE / MT
ESTADO DE MATO GROSSO - PODER JUDICIÁRIO
Ato de Notas e de Registro - Código da Serventia: 94

AUTENTICAÇÃO

Confere com a original que me foi apresentada do
que dou fé.

Selo AXK24820 R\$ 2,70

Em test. *Marcia Coltinho de Carvalho* da verificação

MARCIA COLTINHO DE CARVALHO - Tabelã Substituta

Juazeiro do Norte - MT - 14 de março de 2017

Selo de Controle Digital





Parágrafo Segundo – Após o decurso do prazo descrito no parágrafo anterior, independentemente da apresentação de defesa, a representação será decidida em reunião extraordinária da Diretoria Executiva, por maioria simples de votos dos diretores presentes;

Parágrafo Terceiro – Aplicada a pena de exclusão, caberá recurso, por parte do associado excluído, à Assembleia Geral, o qual deverá, no prazo de 30 (trinta) dias contados da decisão de sua exclusão, através de notificação extrajudicial, manifestar a intenção de ver a decisão da Diretoria Executiva ser objeto de deliberação, em última instância, por parte da Assembleia Geral;

Parágrafo Quarto – Uma vez excluído, qualquer que seja o motivo, não terá o associado o direito de pleitear indenização ou compensação de qualquer natureza, seja a que título for;

ARTIGO 10º – DA APLICAÇÃO DAS PENAS

As penas serão aplicadas pela Diretoria Executiva e poderão constituir-se em:

- I. Advertência por escrito;
- II. Suspensão de 30 (trinta) dias até 01 (um) ano;
- III. Eliminação do quadro social.

ARTIGO 11º – DOS ORGÃOS ADMINISTRATIVOS DA INSTITUIÇÃO

São órgãos da Associação:

- I. Assembleia Geral;
- II. Diretoria Executiva;
- III. Conselho Fiscal.

ARTIGO 12º – DA ASSEMBLÉIA GERAL

A Assembleia Geral Deliberativa é o órgão máximo e soberano da Associação, e será constituída pelos seus associados em pleno gozo de seus direitos. Reunir-se-á na segunda quinzena de janeiro, para tomar conhecimento das ações da Diretoria Executiva e, extraordinariamente, quando devidamente convocada. Constituirá em primeira convocação com a maioria absoluta dos associados e, em segunda convocação, meia hora após a primeira, com qualquer número, deliberando pela maioria simples dos votos dos presentes, salvo nos casos previsto neste estatuto, tendo as seguintes prerrogativas.

- I. Fiscalizar os membros da Associação, na consecução de seus objetivos;
- II. Eleger e destituir os administradores;
- III. Deliberar sobre a previsão orçamentária e a prestação de contas;
- IV. Estabelecer o valor das mensalidades dos associados;
- V. Deliberar quanto à compra e venda de imóveis da Associação;
- VI. Aprovar o regimento interno, que disciplinará os vários setores de atividades da Associação;
- VII. Alterar, no todo ou em parte, o presente estatuto social;
- VIII. Deliberar quanto à dissolução da Associação;
- IX. Decidir, em última instância, sobre todo e qualquer assunto de interesse social, bem como sobre os casos omissos no presente estatuto.

Parágrafo Primeiro - As assembleias gerais poderão ser ordinárias ou extraordinárias, e serão convocadas, pela Presidente ou por 1/5 dos associados, mediante edital fixado na sede social da Associação, com antecedência mínima de 10 (dez) dias de sua realização, onde constará: local, dia, mês, ano, hora da primeira e segunda chamada, ordem do dia, e o nome de quem a convocou;

Parágrafo Segundo - Quando a assembleia geral for convocada pelos associados, deverá a Presidente convocá-la no prazo de 3 (três) dias, contados da data entrega do requerimento, que deverá ser encaminhado a presidente através de notificação extrajudicial. Se o Presidente não convocar a assembleia, aqueles que deliberam por sua realização, farão a convocação;

Parágrafo Terceiro - Serão tomadas por escrutínio secreto as deliberações que envolvam eleições da diretoria e conselho fiscal e o julgamento dos atos da diretoria quanto à aplicação de penalidades.

ARTIGO 13º – DA DIRETORIA EXECUTIVA

Ynés Candido Grassi

SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL DE JUVENAL - MT
ESTADO DE MATO GROSSO - PODER JUDICIÁRIO
Ato de Notas e de Registro - Código da Serventia: 15

AUTENTICAÇÃO

Confere com a original que me foi apresentada do
que dou fé.

Selo AXK24821 RS 270

Em testº de *MARCIA COL TINHO DE CARVALHO* da Verdade

MARCIA COL TINHO DE CARVALHO - Tabellã Substituta

JURAMENTO - 14 de março de 2017



A Diretoria Executiva da Associação será constituída por 04 (quatro) membros, os quais ocuparão os cargos de: Presidente, Vice Presidente, 1º Secretário, 1º Tesoureiro. A Diretoria reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por mês, e, extraordinariamente, quando convocada pelo presidente ou pela maioria de seus membros.

ARTIGO 14º - COMPETE À DIRETORIA EXECUTIVA

- I. Dirigir a Associação, de acordo com o presente estatuto, e administrar o patrimônio social.
- II. Cumprir e fazer cumprir o presente estatuto e as decisões da Assembléia Geral;
- III. Promover e incentivar a criação de comissões, com a função de desenvolver cursos profissionalizantes e atividades culturais;
- IV. Representar e defender os interesses de seus associados;
- V. Elaborar o orçamento anual;
- VI. Apresentar a Assembléia Geral, na reunião anual, o relatório de sua gestão e prestar contas referentes ao exercício anterior;
- VII. Admitir pedido inscrição de associados;
- VIII. Aceitar pedido de demissão voluntária de associados.

Parágrafo único - As decisões da diretoria deverão ser tomadas por maioria de votos, devendo estar presentes, na reunião, a maioria absoluta de seus membros, cabendo ao Presidente, em caso de empate, o voto de qualidade.

ARTIGO 15º - COMPETE AO PRESIDENTE

- I. Representar a Associação ativa e passivamente, perante os órgãos públicos, judiciais e extrajudiciais, inclusive em juízo ou fora dele, podendo delegar poderes e constituir procuradores e advogados para o fim que julgar necessário;
- II. Convocar e presidir as reuniões da Diretoria Executiva;
- III. Convocar e presidir as Assembléias Ordinárias e Extraordinárias;
- IV. Juntamente com o tesoureiro, abrir e manter contas bancárias, assinar cheques e documentos bancários e contábeis;
- V. Organizar relatório contendo o balanço do exercício financeiro e os principais eventos do ano anterior, apresentando-o à Assembléia Geral Ordinária;
- VI. Contratar funcionários ou auxiliares especializados, fixando seus vencimentos, podendo licenciá-los, suspendê-los ou demiti-los;
- VII. Criar departamentos patrimoniais, culturais, sociais, de saúde e outros que julgar necessários ao cumprimento das finalidades sociais, nomeando e destituindo os respectivos responsáveis.

Parágrafo Único - Compete ao Vice - Presidente, substituir legalmente o Presidente, em suas faltas e impedimentos, assumindo o cargo em caso de vacância.

ARTIGO 16º - COMPETE AO 1º SECRETÁRIO

- I. Redigir e manter, em dia, transcrição das atas das Assembléias Gerais e das reuniões da Diretoria Executiva;
- II. Redigir a correspondência da Associação;
- III. Manter e ter sob sua guarda o arquivo da Associação;
- IV. Dirigir e supervisionar todo o trabalho da Secretaria.

ARTIGO 17º - COMPETE AO 1º TESOUREIRO

- I. Manter, em estabelecimentos bancários, juntamente com o presidente, os valores da Associação, podendo aplicá-los, ouvida a Diretoria Executiva;
- II. Assinar, em conjunto com o Presidente, os cheques e demais documentos bancários e contábeis;
- III. Efetuar os pagamentos autorizados e recebimentos devidos à Associação;
- IV. Supervisionar o trabalho da tesouraria e da contabilidade;
- V. Apresentar ao Conselho Fiscal, os balancetes semestrais e o balanço anual;
- VI. Elaborar, anualmente, a relação dos bens da Associação, apresentando-a, quando solicitado, à Assembléia Geral.

ARTIGO 18º - DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal, que será composto por (6) seis membros, e tem por objetivo, indelegável, fiscalizar e dar parecer sobre todos os atos da Diretoria Executiva da Associação, com as seguintes atribuições;

- I. Examinar os livros de escrituração da Associação;



SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL DE JURUENA / MT
ESTADO DE MATO GROSSO - PODER JUDICIÁRIO
Ato de Notas e de Registro - Código da Serventia: 94

AUTENTICAÇÃO

Confere com a original que me foi apresentada do
que dou fé.

Selo AXK24822 R\$ 2,70

Em test. (assinatura) da Verdade

MARCIA CÔLTINHO DE CARVALHO, Tabelã Substituta
Juruena-MT, 14 de março de 2017





II. Opinar e dar pareceres sobre balanços e relatórios financeiro e contábil, submetendo-os a Assembléia Geral Ordinária ou Extraordinária;

III. Requisitar ao 1º Tesoureiro, a qualquer tempo, a documentação comprobatória das operações econômico-financeiras realizadas pela Associação;

IV. Acompanhar o trabalho de eventuais auditores externos independentes;

V. Convocar Extraordinariamente a Assembléia Geral.

Parágrafo único - O Conselho Fiscal reunir-se-á ordinariamente, uma vez por ano, na segunda quinzena de janeiro, em sua maioria absoluta, e extraordinariamente, sempre que convocado pelo Presidente da Associação, ou pela maioria simples de seus membros.

ARTIGO 19º - DO MANDATO

As eleições para a Diretoria Executiva e Conselho Fiscal realizar-se-ão, conjuntamente, de 02 (dois) em 02 (dois) anos, por chapa completa de candidatas apresentada à Assembléia Geral, vedada mais de uma reeleição consecutiva.

ARTIGO 20º - DA PERDA DO MANDATO

A perda da qualidade de membro da Diretoria Executiva ou do Conselho Fiscal, será determinada pela Assembléia Geral, sendo admissível somente havendo justa causa, assim reconhecida em procedimento disciplinar, quando ficar comprovado:

I. Malversação ou dilapidação do patrimônio social;

II. Grave violação deste estatuto;

III. Abandono do cargo, assim considerada a ausência não justificada em 03 (três) reuniões ordinárias consecutivas, sem expressa comunicação dos motivos da ausência, à secretaria da Associação;

IV. Aceitação de cargo ou função incompatível com o exercício do cargo que exerce na Associação;

V. Conduta duvidosa.

Parágrafo Primeiro - Definida a justa causa, o diretor ou conselheiro será comunicado, através de notificação extrajudicial, dos fatos a ele imputados, para que apresente sua defesa prévia à Diretoria Executiva, no prazo de 20 (vinte) dias, contados do recebimento da comunicação;

Parágrafo Segundo - Após o decurso do prazo descrito no parágrafo anterior, independentemente da apresentação de defesa, a representação será submetida à Assembléia Geral Extraordinária, devidamente convocada para esse fim, composta de associados contribuintes em dia com suas obrigações sociais, não podendo ela deliberar sem voto favorável de 2/3 (dois terços) dos presentes, sendo em primeira chamada, com a maioria absoluta dos associados e em segunda chamada, meia hora após a primeira, com qualquer número de associados, onde será garantido o amplo direito de defesa.

ARTIGO 21º - DA RENÚNCIA

Em caso renúncia de qualquer membro da Diretoria Executiva ou do Conselho Fiscal, o cargo será preenchido pelos suplentes.

Parágrafo Primeiro - O pedido de renúncia se dará por escrito, devendo ser protocolado na secretaria da Associação, a qual, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contado da data do protocolo, o submeterá à deliberação da Assembléia Geral;

Parágrafo Segundo - Ocorrendo renúncia coletiva da Diretoria e Conselho Fiscal, o Presidente renunciante, qualquer membro da Diretoria Executiva ou, em último caso, qualquer dos associados, poderá convocar a Assembléia Geral Extraordinária, que elegerá uma comissão provisória composta por 05 (cinco) membros, que administrará a entidade e fará realizar novas eleições, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados da data de realização da referida assembléia. Os diretores e conselheiros eleitos, nestas condições, complementarão o mandato dos renunciantes.

ARTIGO 22º - DA REMUNERAÇÃO

Os membros da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal não perceberão nenhum tipo de remuneração, de qualquer espécie ou natureza, pelas atividades exercidas na Associação.

ARTIGO 23º - DA RESPONSABILIDADE DOS MEMBROS

Os associados, mesmo que investidos na condição de membros da diretoria executiva e conselho fiscal, não respondem, nem mesmo subsidiariamente, pelos encargos e obrigações sociais da Associação.

Domènico Candidato Grassi



SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL DE JUAZEIRO DO NORTE / MT
ESTADO DE MATO GROSSO - PODER JUDICIÁRIO
Ato de Notas e de Registro - Código da Serventia: 94



AUTENTICAÇÃO

Confere com a original que me foi apresentada do
que dou fé.

Selo AXK24823 RS 270

Em test: *[assinatura]*

MARCO GUILTINHO DE CARVALHO - Tabelião Substituto

Juazeiro do Norte - MT - 14 de março de 2017

Selo de Controle Digital
da Verdade

ARTIGO 24º - DO PATRIMÔNIO SOCIAL

O patrimônio da Associação será constituído e mantido por:

- I. Contribuições mensais dos associados contribuintes;
- II. Doações, legados, bens, direitos e valores adquiridos, e suas possíveis rendas e, ainda, pela arrecadação dos valores obtidos através da realização de festas e outros eventos, desde que revertidos totalmente em benefício da associação;
- III. Aluguéis de imóveis e juros de títulos ou depósitos;

ARTIGO 25º - DA VENDA

Os bens móveis e imóveis poderão ser alienados, mediante prévia autorização de Assembléia Geral Extraordinária, especialmente convocada para este fim, devendo o valor apurado ser integralmente aplicado no desenvolvimento das atividades sociais ou no aumento do patrimônio social da Associação.

ARTIGO 26º - DA REFORMA ESTATUTÁRIA

O presente estatuto poderá ser reformado, em qualquer tempo, por decisão de 2/3 (dois terços) dos presentes à assembléia geral especialmente convocada para esse fim, não podendo ela deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos associados contribuintes em dia com suas obrigações sociais, ou com menos de 1/3 (um terço) nas convocações seguintes, e entrará em vigor na data de seu registro em cartório.

ARTIGO 27º - DA DISSOLUÇÃO

A Associação poderá ser dissolvida, a qualquer tempo, uma vez constatada a impossibilidade de sua sobrevivência, face à impossibilidade da manutenção de seus objetivos sociais, ou desvirtuamento de suas finalidades estatutárias ou, ainda, por carência de recursos financeiros e humanos, mediante deliberação de Assembléia Geral Extraordinária, especialmente convocada para este fim, composta de associados contribuintes em dia com suas obrigações sociais, não podendo ela deliberar sem voto concorde de 2/3 (dois terços) dos presentes, sendo em primeira chamada, com a totalidade dos associados e em segunda chamada, meia hora após a primeira, com a presença de, no mínimo, 1/3 (um terço) dos associados,

Parágrafo único - Em caso de dissolução social da Associação, liquidado o passivo, os bens remanescentes, serão destinados para outra entidade assistencial congênera, com personalidade jurídica comprovada, sede e atividade preponderante nesta capital e devidamente registrada nos órgãos públicos competentes.

ARTIGO 28º - DO EXERCÍCIO SOCIAL

O exercício social terminará em 31 de dezembro de cada ano, quando serão elaboradas as demonstrações financeiras da entidade, de conformidade com as disposições legais.

ARTIGO 29º - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

A Associação não distribui lucros, bonificações ou vantagens a qualquer título, para dirigentes, associados ou mantenedores, sob nenhuma forma ou pretexto, devendo suas rendas ser aplicadas, exclusivamente, no território nacional.

ARTIGO 30º - DAS OMISSÕES

Os casos omissos no presente Estatuto serão resolvidos pela Diretoria Executiva, "ad referendum" da Assembléia Geral.

Juruena MT, 30 de Julho de 2009.

Inês Candiottto Grassi
Presidente
Inês Candiottto Grassi

Rosimere Duarte
Advogada
Rosimere Duarte
OAB/MT Nº 9.100

Inês Candiottto Grassi



SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL DE JURUENA - MT
ESTADO DE MATO GROSSO - PODER JUDICIÁRIO
Ato de Notas e de Registro - Código da Serenidade: 94

**AUTENTICAÇÃO**

Confere com a original que me foi apresentada do que dou fé.

Selo AXK24824 R\$ 2,70

Em testº: *Marcia Coutinho de Carvalho* Selo de Controle Digital

MARCIA COUTINHO DE CARVALHO - Tabelião Substituta

Juruena-MT, 14 de março de 2017

Consultar: www.jmnotas.com.br

ANEXO C - LOGOMARCA DA AMCA

Fonte: Forest comunicação